

**INQUÉRITO INTEGRADO À FORÇA DE TRABALHO
(IFTRAB 2004/05)**

RELATÓRIO FINAL

PRESIDÊNCIA

João Dias Loureiro
PRESIDENTE

Manuel da Costa Gaspar
VICE-PRESIDENTE

Valeriano da Conceição Levene
VICE-PRESIDENTE

FICHA TÉCNICA

TÍTULO:

Inquérito Integrado à Força de Trabalho
(IFTRAB 2004/05)
Relatório Final

EDITOR:

Instituto Nacional De Estatística
Direcção De Estatísticas Demográficas, Vitais
E Sociais
9º Andar Flat 93, Av. Ahmed Sekou Touré,
Nº 21, Caixa Postal 493 Maputo
Tel: + 258-1-490926, Fax: + 258-1-492114
E-Mail: info@ine.gov.mz
Homepage: www.ine.gov.mz

ANÁLISE DE QUALIDADE:

João Dias Loureiro, Manuel da Costa Gaspar

DIRECÇÃO:

Fátima Zacarias

PRODUÇÃO:

Cassiano Soda Chipembe, Xadrique
Maunze, Maria Alfeu, Elísio Mazive, Basílio
Cubula

REVISÃO:

Fátima Zacarias

DESIGN E GRAFISMO:

António Guimarães

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA:

Países Escandinavos, Bureau de Estatísticas
de Tanzania, Programa Escandinavo e
UNICEF

DIFUSÃO:

Instituto Nacional de Estatística
Departamento de Difusão da Direcção de
Coordenação, Integração e Relações
Externas do INE (DICRE)

IMPRESSÃO:

TIRAGEM:

Exemplares

Índice

1. INTRODUÇÃO	5
1.1 Objectivos do inquérito, período de referência e cobertura	6
1.2 Questionários do inquérito.....	8
1.2.1 Questionário do agregado familiar	8
1.2.2 Questionário principal.....	9
1.2.3 Questionário para as pessoas de 7-17 anos	9
1.3 Inquérito piloto.....	9
1.4 Formação do pessoal de campo	10
1.5 Principais conceitos utilizados no IFTRAB, 2004/05	10
1.6 Medição do emprego, desemprego e subemprego	11
2. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ACTIVA	17
2.1 Emprego.....	23
2.2 Posição no processo laboral	25
2.3 Ramos de Actividade	27
3 ACTIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS	34
3.1 População envolvida em actividades económicas secundárias	34
3.2 Tipo de ocupação da população envolvida em actividades económicas secundárias	36
3.3 Posição no processo laboral da população envolvida em actividades económicas secundárias	37
3.4 Ramos de actividade da população envolvida em actividades económicas secundárias	39
3.5 Razões de envolvimento em mais do que uma actividade económica.....	41
4. DESEMPREGO	43
4.1 Introdução	43
4.2 Taxas de desemprego.....	44
4.3 Desemprego por trimestres	48
4.3 Tempo sem emprego e a procura de emprego	49
5. HORAS TRABALHADAS	53
5.1 Horas trabalhadas e posição do processo de trabalho	53
5.2 Horas trabalhadas em função dos ramos de actividade.....	55
5.3 Razões para trabalhar menos horas	57

6. SUBEMPREGO.....	59
6.1 Taxas de subemprego.....	59
6.2 Taxa específicas da população subempregada	61
6.3 População subempregada por posição no processo laboral	62
6.4 Estrutura ocupacional da população subempregada	63
6.5 Horas habitualmente trabalhadas pela população subempregada.....	64
6.6 Horas trabalhadas pela população subempregada por posição no processo de trabalho	66
6.7 População subempregada por ramos de actividade, segundo horas trabalhadas habitualmente	67
7. RECEITAS	69
7.1 Receita média mensal dos assalariados	69
7.2 Receitas por agregado familiar.....	71
7.3 Receitas medianas provenientes do trabalho por conta própria fora de agricultura	73
8. DESENHO DA AMOSTRA E ESTIMATIVA DE ERROS DE AMOSTRAGEM	75
8.1 Procedimentos do desenho da amostra	75
8.1.1 Introdução	75
8.1.2 Marco Amostral	75
8.1.3 Composição da Amostra	77
8.2 Estimativas de erros de amostragem	79
8.2.1 Preliminares	79
8.2.2 Cálculo de Erros Amostrais	82
8.2.3 Factores de Expansão	83
ANEXOS	88

1. INTRODUÇÃO

O Instituto Nacional de Estatística (INE), em colaboração com o Ministério do Trabalho, realizou o Inquérito Integrado à Força de Trabalho (IFTRAB, 2004/05). Este inquérito, contou com o apoio financeiro do Programa Escandinavo de apoio ao INE.

No presente capítulo faz-se a descrição da metodologia, conceitos e definições tomadas em consideração para o desenho e implementação deste inquérito. Para além da descrição da metodologia, neste documento faz-se a descrição e interpretação dos principais resultados do inquérito.

O IFTRAB, 2004/05 é uma pesquisa por amostragem dirigida aos agregados familiares, e teve como objectivo, recolher informações sobre a força de trabalho no País. O inquérito recolheu dados que permitem estimar o nível de emprego, desemprego e subemprego. Para além destas estimativas, o inquérito fornece dados que permitem caracterizar a população economicamente activa de acordo com a ocupação, ramos de actividade, horas trabalhadas, volume das receitas obtidas a partir das actividades económicas, etc.

Neste inquérito foram consideradas pessoas elegíveis para as entrevistas individuais, todas as pessoas com idade igual ou superior a 7 anos de idade de ambos os sexos, residentes nos agregados familiares seleccionados em todo o País. Para as crianças entre 7 e 17 anos de idade, foram feitas perguntas adicionais, com vista a apurar as suas condições de trabalho.

Este inquérito, o primeiro do género a ser realizado no País, fornece ao governo e às demais instituições nacionais e internacionais dados estatísticos sobre a situação da força de trabalho em Moçambique, importante instrumento para a elaboração de planos sectoriais concretos de desenvolvimento, sobretudo em matéria da força de trabalho. Entre as prioridades do Plano de Acção de Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) figura o desenho de políticas e programas sectoriais que contribuam para a geração de rendimentos e oportunidades de emprego (desenvolvimento empresarial, pescas, minas, industria, turismo, etc.). Os resultados apurados serão uma importante ferramenta para o desenho das referidas políticas e programas sectoriais.

A realização do IFTRAB beneficiou de assistentia técnica de instituições homologas do INE, nomeadamente dos país Escandinavos e da Tanzania. Além disso, técnicos do INE deslocaram-se a Tanzania para troca de experiência na realização e análise de dados de inquéritos do genero, que foi sumamente útil para a implementação do IFTRAB.

É importante também realçar que em muitos países subdesenvolvidos, particularmente em África, é controverso medir indicadores da força de trabalho e emprego com base nos conceitos internacionalmente estabelecidos. É neste contexto que Tanzania e Moçambique nos respectivos inquéritos à força de trabalho, além dos conceitos recomendados pela OIT, adoptaram definições nacionais para melhor estimar as taxas de desemprego, cujos resultados parecem situar-se muito próximo da realidade.

Este relatório apresenta os principais resultados sobre as características da força de trabalho em Moçambique. O inquérito incluiu muitos temas, por isso, não foi possível incluir todos num único relatório. Assim, a partir dos resultados deste inquérito serão ainda produzidos dois relatórios, um sobre o trabalho infantil e o outro sobre as características das condições de vida dos agregados familiares.

1.1 Objectivos do inquérito, período de referência e cobertura

O objectivo geral deste inquérito é produzir, analisar e divulgar informação estatística confiável sobre a força de trabalho no país. Entre outras informações, o IFTRAB visava recolher informação sobre:

- Níveis de emprego, desemprego e subemprego da população de 7 e mais anos;
- Conhecer as características da população economicamente activa tais como: tipo de ocupação, ramo e sector de actividade, horas trabalhadas, rendimentos ligados às actividades económicas, entre outras;
- Conhecer as condições de emprego de menores entre 7 e 17 anos e o seu impacto na saúde, educação e desenvolvimento dos mesmos;

Período de referência, para efeitos de recolha de dados, o IFTRAB, no geral, tomou como período de referência os últimos 7 dias anteriores ao inquérito. Porém, dada a heterogeneidade das variáveis, em alguns casos este período foi mudado. Por exemplo, as perguntas sobre saúde referem-se às últimas 2 semanas, enquanto que para as perguntas sobre a procura de emprego e os rendimentos o período de referência estende-se para os últimos 30 dias. Neste inquérito, também se recolheu dados sobre a posse de bens duráveis, sendo o período de referência para esta variável os últimos 12 meses anteriores à data da entrevista.

Cobertura geográfica, o IFTRAB cobriu todas as províncias do país, incluindo as respectivas áreas urbanas (capitais provinciais, cidades e vilas) e rurais. De todos os distritos que constituem o território nacional, apenas quatro distritos ficaram fora da amostra deste inquérito. Dois deles (Mecula em Niassa e Ibo em Cabo Delgado) não foram seleccionados, porque estão fora da Amostra Mãe desde a sua concepção.

Este facto deve-se à própria classificação das Unidades Primárias de Amostragem a nível de cada distrito. Cada UPA rural ficou classificada consoante o seu distrito dentro duma zona agro-climática bem determinada. Foram definidas 42 (zonas agro-climáticas). A identificação destas zonas e a sua atribuição na amostra mãe consta no documento “Desenho da amostra mãe derivada do Recenseamento Populacional de 1997-Moçambique”.

Dentro de cada zona agro-climática, as UPAs foram ordenadas geograficamente durante a sua selecção sistemática para permitir a estratificação implícita. Nisto, os dois distritos não foram seleccionados, mas os respectivos estratos encontram-se representados na Amostra mãe. Enquanto que os distritos de Muanza, em Sofala e Govuro, em Inhambane, apesar de constarem na Amostra mãe, as suas UPAs não foram seleccionadas para o IFTRAB devido à própria selecção sistemática, pois os tamanhos de agregados familiares, não foram suficientes para a sua elegibilidade (**para detalhes sobre os procedimentos do desenho de amostra, veja nos apêndices**).

Resultados da Amostra, para este inquérito foi necessário manter o tamanho da amostra, e a carga de trabalho para cada agregado familiar seleccionado incluindo várias visitas durante um período de 3 dias. Por isso, não foi necessário substituir os agregados familiares seleccionados que não podiam ser entrevistados.

No Quadro 1 apresentam-se as taxas de resposta por província, região e área de residência. Dos 17,800 agregados familiares alocados, foram identificados e inquiridos 17,151, o que representa 96.4 por cento. Portanto, 3.6 por cento não responderam ao Questionário de agregado familiar por diversos motivos tais como, domicílios desocupados, destruídos e ausências prolongadas dos seus membros.

QUADRO 1.1 TAXAS DE COBERTURA DE AGREGADOS FAMILIARES POR PROVÍNCIA, REGIÃO E ÁREA DE RESIDÊNCIA, 2004/05

Domínio	Completo		Incompleto		TAFAs*		RDE*		Recusa total		Infelicidade ou Incapacitado		Outro		Total na Amostra	
	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)
PROVÍNCIA																
Niassa	89.7	1,256	1.9	27	7.5	105	0.0	0	0.5	7	0.3	4	0.1	1	100.0	1,400
Cabo Delgado	97.7	1,681	1.0	17	1.0	18	0.1	1	0.2	3	0.0	0	0.0	0	100.0	1,720
Nampula	96.0	1,594	0.6	10	2.9	48	0.0	0	0.4	7	0.0	0	0.1	1	100.0	1,660
Zambézia	95.2	1,637	1.4	24	3.1	53	0.0	0	0.1	1	0.1	2	0.2	3	100.0	1,720
Tete	97.2	1,672	2.4	42	0.3	6	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	100.0	1,720
Manica	96.3	1,348	2.2	31	1.4	20	0.0	0	0.0	0	0.1	1	0.0	0	100.0	1,400
Sofala	98.8	1,621	0.8	13	0.3	5	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.1	1	100.0	1,640
Inhambane	98.3	1,534	0.8	13	0.6	10	0.0	0	0.0	0	0.1	2	0.1	1	100.0	1,560
Gaza	96.3	1,503	0.6	10	2.6	40	0.0	0	0.0	0	0.1	2	0.3	5	100.0	1,560
Maputo Província	96.4	1,620	0.5	9	2.5	42	0.0	0	0.1	1	0.1	2	0.4	6	100.0	1,680
Maputo Cidade	96.8	1,685	0.8	14	1.1	19	0.0	0	1.0	17	0.0	0	0.3	5	100.0	1,740
REGIÃO																
Norte	94.8	4,531	1.1	54	3.6	171	0.0	1	0.4	17	0.1	4	0.0	2	100.0	4,780
Centro	96.9	6,278	1.7	110	1.3	84	0.0	0	0.0	1	0.0	3	0.1	4	100.0	6,480
Sul	97.0	6,342	0.7	46	1.7	111	0.0	0	0.3	18	0.1	6	0.3	17	100.0	6,540
RESIDÊNCIA																
Urbano	96.5	8,681	1.2	109	1.9	168	0.0	0	0.3	26	0.0	3	0.1	13	100.0	9,000
Rural	96.3	8,470	1.1	101	2.3	198	0.0	1	0.1	10	0.1	10	0.1	10	100.0	8,800
PAÍS	96.4	17,151	1.2	210	2.1	366	0.0	1	0.2	36	0.1	13	0.1	23	100.0	17,800
*TAFAs - Todo Agregado Familiar Ausente *RDE - Recusa Durante a Entrevista																

Em relação à população de 7 e mais anos entrevistada, que é o grupo alvo do inquérito, na área urbana, obteve-se uma cobertura de 94.5 por cento contra 94.4 por cento da rural. As províncias com maior cobertura da população elegível são as de Tete e Maputo Cidade, com 96.5 por cento cada e as com menor cobertura são as de Inhambane e Niassa, com 90.3 e 90.7 por cento, respectivamente.

Apontam-se como principais razões de não entrevista, a ausência dos membros nos agregados familiares durante a entrevista, a incapacidade de responder as perguntas e a recusa. No que diz respeito às recusas, a taxa mais elevada foi observada na Cidade de Maputo, cerca de 4.2 por cento. De facto, na maior parte dos inquéritos realizados pelo INE, a Cidade de Maputo tem registado esta situação, pelo facto de ser um domínio totalmente urbano – a população rural é mais receptiva às pesquisas do que a urbana.

**QUADRO 1.2 POPULAÇÃO DE 7 E MAIS ANOS INQUIRIDA POR PROVÍNCIA,
REGIÃO E ÁREA DE RESIDÊNCIA, 2004/05**

<i>Domínio</i>	<i>Inquiridos</i>		<i>Não Inquiridos</i>		<i>Total</i>	
	<i>(%)</i>	<i>(n)</i>	<i>(%)</i>	<i>(n)</i>	<i>(%)</i>	<i>(n)</i>
PROVÍNCIA						
Niassa	90,7	3.864	9,3	396	100,0	4.260
Cabo Delgado	95,3	4.869	4,7	240	100,0	5.109
Nampula	95,0	5.047	5,0	268	100,0	5.315
Zambézia	94,1	4.663	5,9	293	100,0	4.956
Tete	96,5	5.381	3,5	194	100,0	5.575
Manica	95,6	4.500	4,4	209	100,0	4.709
Sofala	95,9	5.374	4,1	228	100,0	5.602
Inhambane	90,3	4.879	9,7	525	100,0	5.404
Gaza	94,8	5.127	5,2	284	100,0	5.411
Maputo Província	93,0	5.466	7,0	409	100,0	5.875
Maputo Cidade	96,5	6.683	3,5	239	100,0	6.922
REGIÃO						
Norte	93,8	13.780	6,2	904	100,0	14.684
Centro	95,6	19.918	4,4	924	100,0	20.842
Sul	93,8	22.155	6,2	1.457	100,0	23.612
RESIDÊNCIA						
Urbano	94,5	31.157	5,5	1.824	100,0	32.981
Rural	94,4	24.696	5,6	1.461	100,0	26.157
PAÍS	94,4	55.853	5,6	3.285	100,0	59.138

1.2 Questionários do inquérito

Neste inquérito foram utilizados 3 questionários, nomeadamente:

- (i) Questionário do Agregado Familiar,
- (ii) Questionário Principal, para pessoas com idade de 7 anos ou mais e
- (iii) Questionário sobre o trabalho das pessoas com idade compreendida entre os 7 a 17 anos.

1.2.1 Questionário do agregado familiar

Cada agregado familiar seleccionado foi visitado e entrevistado mediante o preenchimento do respectivo questionário. A entrevista foi, preferencialmente, feita ao chefe do agregado familiar. Na indisponibilidade deste ou na sua ausência, as perguntas são feitas a um outro membro que tenha bom conhecimento dos dados dos restantes membros.

Neste questionário recolheu-se a informação básica de cada pessoa, como nome, sexo, idade, educação, estado civil, migração, saúde, etc. Este questionário permitiu identificar os membros do agregado familiar elegíveis para responder aos questionários principal e dos 7 e 17 anos. Para além disso, recolheu-se a informação sobre as características de habitação, acesso e qualidade dos serviços sociais, a posse de bens duráveis e a orfandade e a sobrevivência dos pais dos menores de 18 anos de idade.

1.2.2 Questionário principal

Neste questionário recolheu-se a informação sobre a condição laboral de cada membro de agregado familiar com 7 e mais anos de idade. De referir que neste questionário cada membro respondeu por si, pelo que, para os membros elegíveis que se encontravam ausentes no período do inquérito, apenas se procurou saber se o membro em causa tinha trabalhado ou tido trabalho nos últimos 7 dias anteriores à entrevista, e as restantes perguntas não foram feitas.

No questionário principal recolheu-se a informação sobre os seguintes temas, entre outros:

- Actividade económica realizada nos últimos 7 dias.
- Ausência temporal do posto de trabalho por gozo de férias, doença, ou por outro motivo
- Disponibilidade para realizar alguma actividade económica no período de referência
- Procura de emprego nos últimos 30 dias anteriores à entrevista
- Tipo de ocupação na actividade principal e na secundária
- Ramo de actividade na actividade principal e na secundária
- Posição no processo laboral na actividade principal e na secundária
- Horas efectivamente trabalhadas na actividade principal, secundária e outras
- Horas habitualmente trabalhadas na actividade principal, secundária e outras
- Razões para trabalhar menos que 40 horas no período de referência
- Razões para trabalhar menos que 40 horas habitualmente
- Rendimentos provenientes das actividades económicas

1.2.3 Questionário para as pessoas de 7-17 anos

Neste questionário recolheu-se a informação socio-demográfica dos membros com idade entre os 7 e 17 anos de idade que trabalharam ou tiveram trabalho na semana de referência. Este questionário está dividido em duas partes:

- A primeira é respondida pelos pais ou encarregados de educação do membro em causa.
- A segunda é respondida pelo próprio membro elegível para este questionário.

Neste instrumento de anotação, foram recolhidas informações sobre a ocupação, a forma de pagamento, os rendimentos e sua aplicação, saúde e segurança relacionadas com o ambiente de trabalho.

1.3 Inquérito piloto

Foi realizado, em Junho de 2004, o inquérito piloto, com o objectivo de testar todos os procedimentos do IFTRAB e os respectivos instrumentos de anotação e manuais. Neste contexto, foram capacitados todos os Delegados Provinciais do INE, bem como os respectivos Supervisores Provinciais.

1.4 Formação do pessoal de campo

A formação do pessoal de campo teve lugar no Distrito de Bilene, Província de Gaza. Foram capacitados os Supervisores Provinciais (mais uma vez) e candidatos a inquiridores. Durante a formação, o pessoal de campo aprendeu a preencher correctamente os questionários e teve oportunidade de praticar as entrevistas com os colegas e em trabalho de campo. Todos os candidatos a inquiridores foram submetidos a provas de avaliação e, no fim, foram seleccionados os melhores para integrarem as respectivas brigadas. Os melhores candidatos de cada província foram nomeados para o cargo de Controladores das respectivas brigadas. Os candidatos que se classificaram em último lugar ficaram na reserva.

1.5 Principais conceitos utilizados no IFTRAB, 2004/05

Nesta secção inclui-se apenas os conceitos fundamentais que julgamos indispensáveis para a análise e interpretação dos resultados. Para mais detalhes, veja-se os Manuais metodológicos elaborados para o efeito.

Agregado familiar

É constituído por uma pessoa ou um conjunto de pessoas, ligadas ou não por laços de parentesco, que habitualmente vivem na mesma casa, tomam refeições em conjunto e partilham a maior parte das despesas.

Residente habitual do agregado familiar

São residentes habituais as pessoas que formam parte do agregado familiar e encontram-se presentes no momento da entrevista, e as pessoas que, por determinadas circunstâncias, (viagens de serviço, férias, hospitalização, entre outras) se encontram ausentes do agregado, podendo estar dentro ou fora do país, mas, sem residência noutra parte. Se esta ausência fosse superior a seis meses, a pessoa em causa não era considerada membro do agregado.

Os homens polígamos, cujas mulheres vivem em locais diferentes, são considerados membros dos agregados no local onde passaram a maior parte do tempo nos últimos 6 meses.

Escolaridade

No IFTRAB perguntou-se a todos os membros do agregado com idade igual ou superior a 5 anos, pelo nível de escolaridade mais alto frequentado e neste, a classe ou ano mais elevado concluído. A todos os que se encontravam a frequentar a escola até a data da entrevista, foi indagado o nível de escolaridade e classe que estavam a frequentar. Para efeitos de recolha de dados foram consideradas os seguintes níveis:

- Alfabetização
- Primário EP1 – da 1ª à 5ª classe
- Primário EP2 – da 6ª à 7ª classe
- Secundário ESG1 – da 8ª à 10ª classe
- Secundário ESG2 – da 11ª e 12ª classe
- Técnico elementar
- Técnico básico
- Técnico médio
- Formação de professores
- Superior

Para efeitos de análise, considera-se o nível mais elevado frequentado. Esta variável foi recodificada. Assim, foram concebidas as seguintes categorias:

- Nenhum – todas as pessoas que nunca frequentaram a escola
- Primário EP1 – todas as pessoas que responderam que o nível mais elevado frequentado é o EP1. Inclui também as pessoas que frequentaram a Alfabetização.
- Primário EP2 – todas as pessoas que frequentaram o Ensino Primário EP2. Inclui as pessoas que frequentaram o Ensino Técnico Elementar.
- Secundário e mais – inclui os restantes níveis de ensino.

1.6 Medição do emprego, desemprego e subemprego

A Organização Internacional de Trabalho (OIT), através das Conferências Internacionais dos Estatísticos de Trabalho (CIET), estabeleceu, ao longo de várias décadas, o marco normativo que deve ser tomado em conta na medição do emprego, desemprego e subemprego, no tocante aos conceitos, definições, âmbito e cobertura. Esta iniciativa começou mesmo antes da criação da Organização das Nações Unidas. Depois da segunda Guerra Mundial, a CIET foi integrada na OIT, que por sua vez integra a ONU.

O marco conceptual que sustenta o IFTRAB deriva das recomendações saídas da oitava, décima primeira, décima terceira, décima quarta e décima quinta CIETs, realizadas entre 1925 e 1993. A estas recomendações internacionais foram agregadas as devidas adaptações em função das especificidades da realidade moçambicana. Para garantir a comparabilidade internacional, o emprego, desemprego e subemprego são medidos sob duas perspectivas: (i) seguindo as definições da OIT e (ii) as nacionais.

População empregada segundo a definição da OIT

Seguindo as recomendações da OIT adaptadas à realidade moçambicana, no IFTRAB considera-se que a pessoa tem emprego, se a pessoa tiver idade igual ou superior a 15 anos e encontrar-se em pelo menos uma das seguintes situações:

Trabalhou pelo menos uma hora nos últimos 7 dias anteriores ao inquérito, com vista a produção de bens ou serviços, mediante pagamento em dinheiro ou ajudou a um familiar na produção de bens e serviços, sem remuneração.

Não trabalhou mas tinha emprego durante o período de referência. Isto é, esteve em gozo de férias, licença de parto, em greve, etc.

População empregada segundo a definição nacional

Para medir o emprego segundo a definição nacional, tomou-se a definição da OIT, e desta exclui-se as pessoas que se encontravam na condição de **Desempregado C** (veja-se mais adiante a Definição do Desempregado C).

Trabalhador permanente

Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho sem prazo ou de duração indeterminada. O tempo de ausência do local de trabalho não pode ser superior a 4 meses

Trabalhador sazonal

Indivíduo com contrato a termo, cujo trabalho é exercido em determinadas épocas do ano, sempre no mesmo período ao longo dos anos.

Trabalhador ocasional

Indivíduo sem contrato de trabalho e cuja ligação ao patronato é por tempo determinado necessário para a conclusão de trabalho. A sua substituição por outro trabalhador pode acontecer a qualquer momento, sendo, portanto, inevitável. Não pode ser considerado temporariamente ausente do seu local de trabalho, porque não tem um vínculo firme com o seu empregador.

População empregada temporariamente ausente

No IFTRAB, a todos os entrevistados que não exerceram qualquer actividade económica no período de referência foi questionado se eles tinham algum emprego do qual se ausentaram temporariamente e para o qual voltariam novamente, dentro do período tolerável para cada tipo de caso (para mais detalhe consulte o manual de procedimentos do inquérito).

População desempregada segundo a OIT

Inclui todas as pessoas de 15 e mais anos que na semana de referência se encontravam nas seguintes condições: (i) sem trabalho, (ii) estavam disponíveis para trabalhar e (iii) procuram emprego.

Para efeitos do IFTRAB foi dispensado o critério “procura de emprego”, bastando o cumprimento dos primeiros dois acima citados para que a pessoa seja considerada desempregada. Esta decisão foi tomada devido à exiguidade de centros de emprego no país.

Portanto, a definição de desempregado segundo a OIT usada neste inquérito inclui:

- **O Desempregado A** – aquele que para além de satisfazer os primeiros dois critérios acima mencionados procurou activamente o emprego e;
- **O Desempregado B** – aquele que mesmo que satisfaça os primeiros dois critérios acima mencionados, não procurou activamente o emprego.

População desempregada segundo a definição nacional

Refere-se, a todas as pessoas de 15 e mais anos que no período de referência estavam na situação de população desocupada (desocupada segundo OIT), incluindo as pessoas (ora consideradas como **Desempregado C**) que se encontravam nas seguintes condições:

- Trabalhadores ocasionais;
- Trabalhadores por conta própria sem empregados e sem trabalho regular;
- Trabalhadores familiares sem remuneração e sem trabalho regular;
- Trabalhadores familiares sem remuneração que não trabalharam no período de referência;
- Trabalhadores por conta própria sem empregados, com trabalho regular, mas que não exerceram a sua actividade no período de referência por razões económicas (falta de material, capital, avaria de equipamento, época de pousio, etc.);

População subempregada

Segundo a OIT¹, “o subemprego reflecte a subutilização da capacidade produtiva da população com emprego, incluindo a que resulta de um sistema económico deficiente ao nível nacional ou regional. Relaciona-se com uma situação alternativa de emprego, na qual as pessoas desejam trabalhar e estão disponíveis para o fazer”. No IFTRAB foram usados dois critérios para medir o subemprego:

- Número de horas habitualmente trabalhadas – a todos os que trabalharam ou tinham trabalho na semana de referência foi feita a pergunta sobre o número de horas habitualmente trabalhadas. Foram distinguidos os que trabalham habitualmente 40 ou mais horas dos que trabalham menos de 40 horas.
- Disponibilidade para trabalhar mais horas – aos que trabalham habitualmente menos de 40 horas, perguntou-se se aceitariam trabalhar mais horas.

Desta forma, para efeitos do IFTRAB, considera-se subempregadas as pessoas que trabalham habitualmente menos de 40 horas e que afirmaram que aceitariam trabalhar mais horas.

Actividade económica principal

Considera-se trabalho principal o único trabalho da semana de referência, isto é, o trabalho que a pessoa teve nesse período. Para a pessoa com mais de um trabalho na semana de referência, ou seja, ocupada em mais de um empreendimento, considera-se actividade principal a que o entrevistado a classifica como tal. Havendo dúvidas, define-se como principal aquele em que a pessoa trabalhou, efectivamente, maior número de horas na semana de referência. Havendo igualdade no número de horas efectivamente trabalhadas na semana de referência nas actividades que a pessoa tinha, define-se como principal aquela em que tinha mais tempo de permanência no empreendimento, contado até ao final da semana de referência no empreendimento. Havendo igualdade também no tempo de permanência no empreendimento, define-se como trabalho principal aquele que lhe proporcionava habitualmente maior rendimento mensal.

Actividade económica secundária

Para a pessoa com mais de um trabalho na semana de referência, ou seja, ocupada em mais de um empreendimento, define-se como secundária aquele em que a pessoa trabalhou, efectivamente, maior número de horas, a seguir à actividade principal, na semana de referência.

Posição no processo laboral

Refere-se à relação existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. No IFTRAB são consideradas as seguintes categorias:

- **Governo** – Compreende todas as pessoas que prestam serviços nos Órgãos da Administração Estatal, Central e Local (Ministérios, Direcções Provinciais, Administração do Distrito, Concelho Municipal, etc.).

¹ A Décima Sexta Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho. Resolução relativa à medição do subemprego e das situações de emprego inadequado

- **Sector Público** – Compreende todos os trabalhadores de empresas públicas, isto é, de empresas que contam com comparticipação do Estado tais como: TDM, TVM, EDM, CFM, RM, MOZAL, HCB etc.
- **Sector Privado** – Compreende todas as pessoas que prestam serviços nas empresas cujo capital é totalmente privado.
- **Conta própria com empregados** – compreende todas as pessoas que sendo proprietárias de um negócio como: estabelecimento comercial, industrial, de transporte, agrícola, etc., empregam trabalhadores a troco de remuneração em dinheiro ou espécie.
- **Conta própria sem empregados** – compreende todas as pessoas que ao exercer a sua profissão o fazem sem empregados e o rendimento do seu trabalho reverte para si. Por exemplo: um camponês que trabalha na sua machamba sem empregados, um mecânico que trabalha sozinho na sua oficina sem empregados, etc.
- **Trabalhadores familiares sem remuneração** – Nesta categoria estão incluídos os trabalhadores que realizam actividades económicas sem receber uma remuneração. Exemplos: pessoas que apoiam familiares na machamba ou nos negócios sem remuneração (tanto em dinheiro como em espécie).
- **Pessoa/agregado privado** – refere-se as pessoas que trabalharam para pessoas singulares ou agregados familiares em unidades domiciliárias com ou sem remuneração. Exemplo: empregados domésticos, jardineiros, governantas, etc.
- **Sector cooperativo** – compreende todas as pessoas que trabalharam em estabelecimentos que funcionam em regime cooperativo.
- **ONGs e outras associações** – Compreende todas as ONG's, partidos políticos, Igrejas e outras associações com ou sem fins lucrativos.

Procura de trabalho

Considera-se **procura de trabalho**, a tomada de alguma providência efectiva para obter trabalho. Inclui acções tais como:

- Inscrever-se nos Centros de Emprego
- Contactar proprietários das machambas
- Contactar fábricas ou outros serviços
- Contactar amigos e familiares
- Responder a anúncios nos jornais
- Procurar financiamentos para iniciar um negócio

Horas trabalhadas

São aquelas que a pessoa labuta no seu local de trabalho; trabalha fora do local de trabalho em tarefas relacionadas com a sua ocupação; fica no local de trabalho à disposição para realizar suas tarefas sem conseguir clientes ou fregueses; fica esperando sem poder realizar suas tarefas, devido a avaria de máquina, acidente, falta de material ou de designação de tarefas; dedica à preparação, conservação, limpeza e consertos dos instrumentos de trabalho; faz a preparação necessária para iniciar as suas tarefas ou elabora controles, cronogramas, relatórios e formulários referentes ao trabalho, inclusive os decorrentes de obrigações legais; ou gasta em pequenos períodos de repouso no local de trabalho, incluindo as

pausas para tomar água, café ou bebidas, etc. Não se inclui como horas trabalhadas o tempo gasto nas viagens da residência para o trabalho e pausas para as refeições.

No IFTRAB recolhe-se informação sobre (i) as horas efectivamente trabalhadas e (ii) horas habitualmente trabalhadas.

Horas efectivamente trabalhadas – refere-se ao somatório das horas efectivamente trabalhadas nos últimos 7 dias anteriores ao inquérito, incluindo horas extraordinárias.

Horas habitualmente trabalhadas – refere-se ao somatório das horas habitualmente trabalhadas por semana, independentemente de ter ou não trabalhado nos últimos 7 dias. Incluem-se as horas extraordinárias, desde que a sua prestação tenha carácter regular.

Rendimento da actividade económica

Para os trabalhadores por conta de outrem, considera-se o rendimento bruto do trabalho, recebido em dinheiro, produtos ou mercadorias. Não é incluído o valor da remuneração recebida em benefícios que não são ganhos ou reembolsados em dinheiro, tais como: pagamento, directamente pelo empregador, de moradia, roupas, alimentação, transporte, treinamento ou aprendizado no trabalho, educação ou creche paga directamente pelo empregador, etc.

Para os trabalhadores não por conta de outrem, considera-se como rendimento o lucro proveniente do exercício da actividade económica. Isto é, considera-se a diferença entre as receitas e as despesas (pagamento de empregados, matéria prima, energia eléctrica, telefone, equipamentos e outros investimentos, etc.) do empreendimento.

Rendimento mensal habitualmente recebido do trabalho

Para efeitos do IFTRAB, investiga-se o rendimento mensal habitualmente recebido do trabalho principal e dos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência.

Considera-se como rendimento mensal habitualmente recebido do trabalho aquele que a pessoa habitualmente ganhava em um mês completo de trabalho.

No caso de a remuneração em dinheiro ser fixa, considera-se o rendimento mensal que a pessoa ganhava habitualmente, referente ao mês de referência. No caso de a remuneração em dinheiro ser variável, considera-se o rendimento mensal que a pessoa ganhava, em média, referente ao mês de referência. Quando a remuneração em dinheiro varia em função do período ou estação do ano, considera-se o rendimento mensal que a pessoa habitualmente ganhava no período sazonal em que se inseria a semana de referência.

Para o trabalhador por conta de outrem, o rendimento mensal habitualmente recebido exclui as parcelas que não tenham carácter contínuo mensal (bonificação anual, horas extras, 13º salário, adiantamento de subsídio de férias, etc.) e não considera os descontos ocasionais (faltas), prejuízo eventual causado ao empreendimento, etc.).

Classificadores usados no IFTRAB

No IFTRAB foram usados os seguintes classificadores:

- Classificação Nacional de Profissões de Moçambique (CNPM). Este documento foi elaborado com base na CIP88 (Classification Internacional de Types des Professions). É usada para a codificação das ocupações (Perguntas 7, 15a e 24 do questionário principal; e perguntas 7, 8 e 34 do questionário infantil).

- Classificação de Actividades Económicas (CAE-Rev.1). Trata-se duma classificação de actividades económicas adaptada à realidade moçambicana, concebida com vista a preservar a comparabilidade estatística internacional, de forma integrada e harmonizada com a Classificação Internacional Tipo das Actividades económicas, revisão 3 (CITA-Rev. 3)². Esta classificação é usada no IFTRAB para a codificação das actividades económicas (Perguntas 7a, 18 e 27 do questionário principal).

² Designado na língua inglesa por ISIC – Rev. 3 (International Standard Industry Classification, Revision 3)

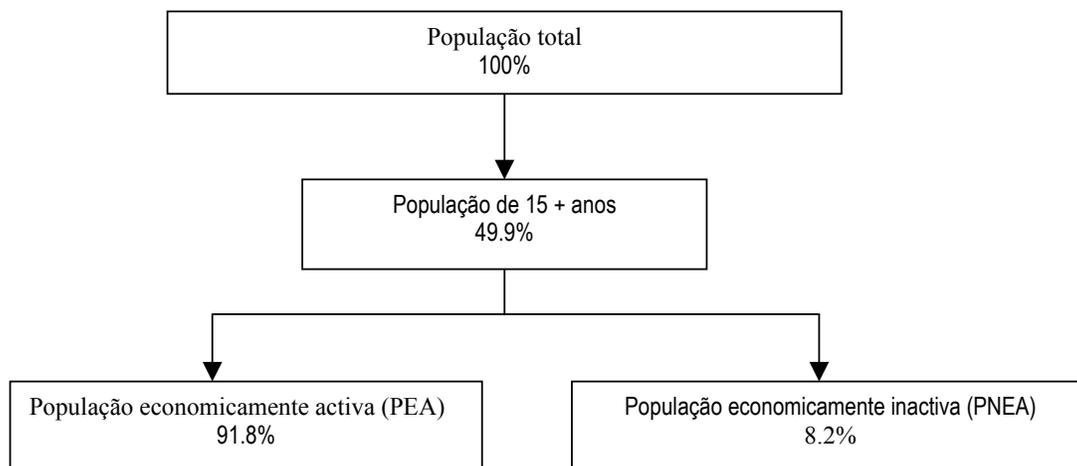
2. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ACTIVA

Para uma planificação adequada do uso dos recursos humanos, é importante o conhecimento do tamanho e das características da força de trabalho de que o país dispõe. Entende-se por força de trabalho ou população economicamente activa (PEA), toda a população de 15 e mais anos de idade ocupada (que trabalhou ou tinha emprego no período de referência) e também aquela que no período de referência esteve desocupada, mas estava disponível para realizar qualquer actividade económica. Ao passo que população não economicamente activa (PNEA) compreende todas as pessoas de 15 e mais anos que não realizaram qualquer actividade económica na semana de referência (não trabalharam e nem tinham emprego) e não procuraram fazê-lo nos dois meses anteriores à semana de referência, isto é, não estavam disponíveis para trabalhar.

Um dos objectivos do IFTRAB é o de proporcionar informação actualizada sobre o tamanho e características da força de trabalho em Moçambique. Parte dos resultados deste inquérito são apresentados neste capítulo.

Os dados do IFTRAB, mostram que a percentagem da população economicamente activa (PEA) em Moçambique é de 91.8%. Esta cifra, diferencia-se da do IAF, 2002/03, que foi de 83.0%. As duas percentagens devem ser vistas de maneira independente, já que o tamanho da amostra nos dois inquéritos foi diferente.

ESQUEMA 1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ACTIVA (PEA) E ECONOMICAMENTE NÃO ACTIVA (PNEA), 2004/05



De acordo com os dados do Quadro 2.1, a área rural (95.8%) e a região Norte do país (93.6%) são as que apresentam percentagem mais elevada da população economicamente activa e a área urbana e a Região Sul, as que têm a percentagem menos elevada (84.3% e 88.4% respectivamente). A província de Tete possui a percentagem mais elevada de população economicamente activa (94.9%) a nível do País, enquanto que Maputo Cidade (80.6%), Sofala (89.9%) e Manica (89.9%), são as províncias que têm percentagens da população economicamente activa relativamente pouco elevadas.

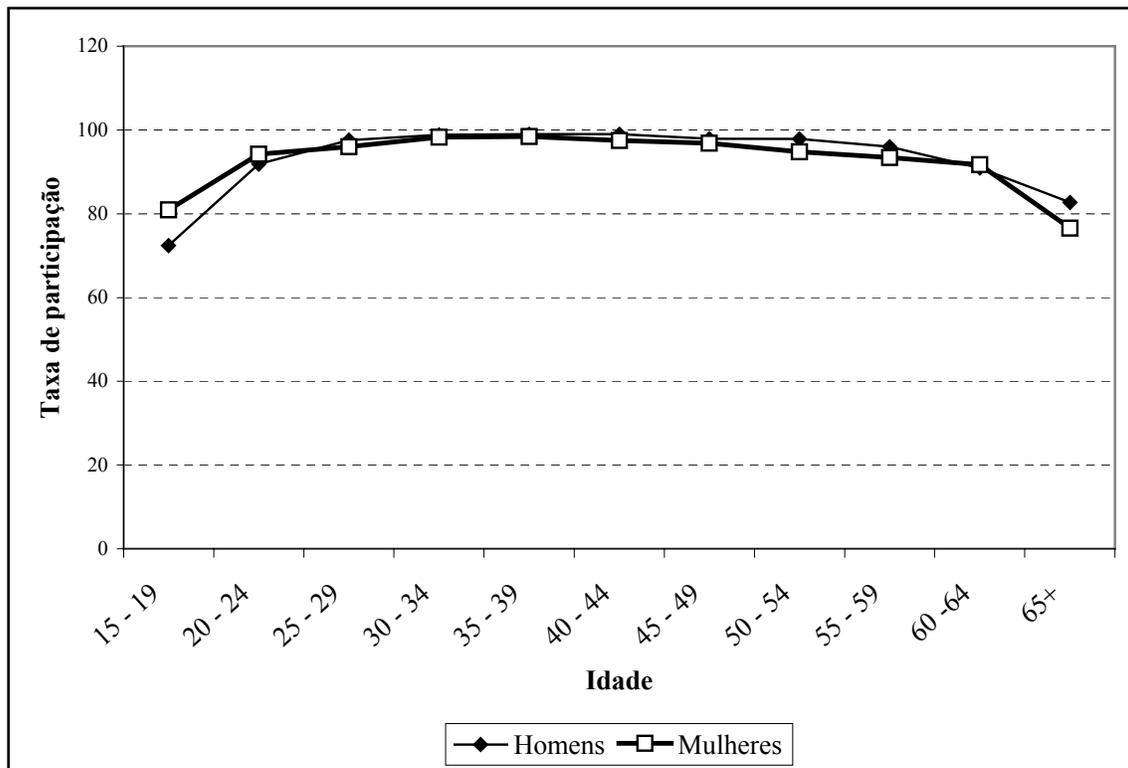
QUADRO 2. 1 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 E MAIS ANOS POR CONDIÇÃO DE ACTIVIDADE ECONÓMICA, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, 2004/05

Características seleccionadas	Condição de actividade		
	PEA	PNEA	Total
Total	91.8	8.2	100.0
Área de residência			
Urbano	84.3	15.7	100.0
Rural	95.8	4.2	100.0
Região			
Norte	93.6	6.4	100.0
Centro	92.7	7.3	100.0
Sul	88.4	11.6	100.0
Províncias			
Niassa	94.2	5.8	100.0
Cabo Delgado	92.0	8.0	100.0
Nampula	94.2	5.8	100.0
Zambézia	94.1	5.9	100.0
Tete	94.9	5.1	100.0
Manica	89.9	10.1	100.0
Sofala	89.9	10.1	100.0
Inhambane	92.3	7.7	100.0
Gaza	90.1	9.9	100.0
Maputo Província	90.3	9.7	100.0
Maputo Cidade	80.6	19.4	100.0
Nível de educação			
Nenhum	94.1	5.9	100.0
Primário 1º Grau	95.0	5.0	100.0
Primário 2º Grau	85.9	14.1	100.0
Secundário e mais	79.2	20.8	100.0
Estado Civil			
Solteiro(a)	76.5	23.5	100.0
Casado(a)	96.1	3.9	100.0
União marital	97.5	2.5	100.0
Divorciado(a)/Separado(a)	95.2	4.8	100.0
Viuvo(a)	86.0	14.0	100.0

A percentagem da população economicamente activa diminui com a escolaridade. Ela é menos elevada na população com Ensino Secundário e mais (79.2%) e é mais elevada entre a população que não tem Nenhum grau de ensino ou com Ensino Primário. Em função do estado civil, os solteiros (23.5%) são os que apresentam a mais elevada percentagem de população economicamente inactiva, seguidos pelos viúvos (14.0%).

O Gráfico 2.1 apresenta as taxas específicas de participação nas actividades económicas, onde se pode notar que a participação por sexo dá uma vantagem relativa à população feminina nos dois primeiros grupos de idade. Esta vantagem vai decrescendo com a idade, pois, nos grupos de idade terminais, a vantagem passa para a população masculina.

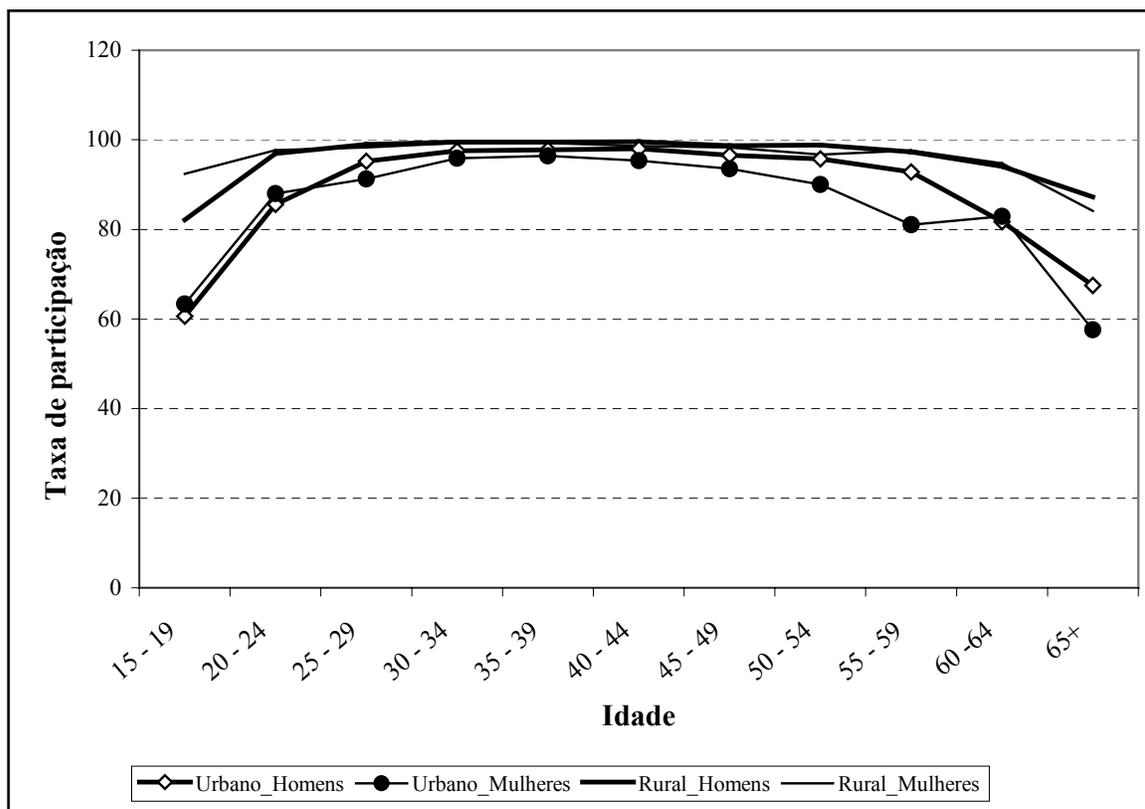
GRÁFICO 2.1 TAXAS ESPECÍFICAS DE ACTIVIDADE POR SEXO E IDADE, 2004/05



No Gráfico 2.2, estão apresentadas as taxas específicas de participação da população nas actividades económicas por área de residência e por sexo. No geral, o gráfico mostra que, nas primeiras idades, as taxas de participação de homens e mulheres da área rural são mais elevadas do que dos homens e mulheres da área urbana. As diferenças reduzem-se nas idades intermédias e, a partir dos 60 anos em diante, as taxas de participação de ambos sexos na área rural voltam a ser mais elevadas do que da área urbana.

A distribuição da PEA por condição de alfabetização é apresentada no Quadro 2.2, onde pode se constatar que mais de metade (54.8%) da população economicamente activa em Moçambique, não sabe ler nem escrever. Esta situação verifica-se também na área rural onde 67.3% da PEA é analfabeta, ao passo que na área urbana já acontece o contrário, a população que não sabe ler e escrever, constitui a minoria (27.6%).

GRÁFICO 2.2: TAXAS ESPECÍFICAS DE ACTIVIDADE POR ÁREA DE RESIDÊNCIA, IDADE E SEXO, 2004/05



As regiões Norte (67.6%) e Centro (57.6%) são aquelas que apresentam maior proporção da PEA que não sabe ler nem escrever. Ao nível das províncias, apenas 3 províncias do país (Maputo Cidade, Maputo Província e Manica) é que têm mais de metade da população economicamente activa alfabetizada. Nas restantes 8 províncias, a proporção dos analfabetos na população economicamente activa é superior a 50%. De acordo com o estado civil, a percentagem da população que não sabe ler nem escrever é mais elevada entre os viúvos (83.0) e mais baixa entre os solteiros (28.5%).

QUADRO 2. 2 PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ACTIVA POR CONDIÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO , 2004/05

Características seleccionadas	Não sabe ler e escrever		
	Total	Homens	Mulheres
Total	54.8	36.1	69.4
Área de residência			
Urbano	28.2	15.0	39.9
Rural	67.3	47.2	82.1
Região			
Norte	67.6	48.9	83.8
Centro	57.6	35.5	75.1
Sul	35.0	19.0	45.5
Províncias			
Niassa	67.2	47.6	82.7
Cabo Delgado	73.9	55.1	89.2
Nampula	64.7	46.4	81.3
Zambézia	65.4	42.2	83.5
Tete	56.5	37.3	72.4
Manica	46.8	26.2	62.8
Sofala	49.6	26.2	68.2
Inhambane	49.6	30.2	60.4
Gaza	51.0	33.3	59.9
Maputo Província	22.0	11.8	30.4
Maputo Cidade	11.8	4.1	18.6
Estado Civil			
Solteiro(a)	28.5	24.7	34.6
Casado(a)	54.5	34.2	72.7
União marital	58.6	41.2	72.8
Divorciado(a)/Separado(a)	66.6	38.7	72.3
Viúvo (a)	83.0	51.1	86.0

A maioria da população economicamente inactiva, quando questionada sobre as razões da sua inactividade, apontou para o facto de ter estado a estudar. Porém, esta percentagem é mais elevada entre os homens (65.4%) e entre a população urbana (58.4%). Estes dados, são apresentados no Quadro 2.3, no qual pode se notar também, que esta causa de inactividade é maioritariamente apontada pela PNEA da província de Niassa (77.2%). A segunda razão mais indicada para todas as características é doença, com 13.9%. É importante notar que o facto de estar a estudar como causa da inactividade quando é analisado em função do nível de educação, a maior percentagem da população economicamente inactiva por esta causa, encontra-se entre aqueles que têm um nível de educação mais elevado (85.2%).

QUADRO 2.3 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE INACTIVA (PNEA) POR RAZÕES DE INACTIVIDADE, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, 2004/5

Características seleccionadas	Razões de inactividade										Total
	Estava estudar	Não queria pagar empregados	Cuidava Pessoas	Proibido pelo marido	Muito Novo	Muito velho	Doente	Incapacitado	Reformado	Outras	
Total	52.4	3.4	4.0	2.2	1.5	9.1	13.9	5.9	3.3	4.2	100.0
Sexo											
Homens	65.4	0.2	1.5	0.0	1.9	4.4	10.9	5.9	5.6	4.3	100.0
Mulheres	40.2	6.4	6.4	4.3	1.1	13.6	16.8	5.9	1.2	4.1	100.0
Área de residência											
Urbano	58.4	3.8	4.8	2.8	1.6	6.8	9.0	3.4	4.5	4.8	100.0
Rural	40.5	2.5	2.5	1.0	1.2	13.8	23.7	10.8	1.1	2.8	100.0
Região											
Norte	57.6	2.2	4.3	1.6	1.5	8.2	12.6	7.5	1.9	2.6	100.0
Centro	48.9	4.5	4.1	2.0	1.5	8.3	18.4	5.7	1.2	5.4	100.0
Sul	52.4	3.1	3.7	2.8	1.5	10.5	10.7	5.0	6.2	4.0	100.0
Províncias											
Niassa	77.2	0.2	2.8	1.5	0.9	6.0	8.4	1.2	0.0	1.7	100.0
Cabo Delgado	59.8	3.9	1.5	0.4	1.5	5.1	14.3	9.0	0.4	4.0	100.0
Nampula	51.2	1.6	6.6	2.4	1.6	10.8	12.4	8.1	3.4	1.9	100.0
Zambézia	44.7	0.5	2.3	0.0	0.5	9.0	28.4	8.1	0.2	6.4	100.0
Tete	46.6	4.9	6.5	2.0	0.8	8.1	18.3	7.0	0.6	5.0	100.0
Manica	51.6	2.7	7.6	4.9	3.3	10.6	7.2	5.9	1.4	4.8	100.0
Sofala	53.0	10.6	2.5	2.3	1.8	5.7	14.7	2.0	2.7	4.8	100.0
Inhambane	50.7	0.0	4.6	1.6	1.1	11.2	18.4	8.3	3.9	0.2	100.0
Gaza	52.2	0.2	2.1	2.0	3.1	15.5	13.0	8.7	2.0	1.2	100.0
Maputo Província	48.3	2.2	3.6	2.7	2.3	11.5	14.6	4.6	5.5	4.5	100.0
Maputo Cidade	55.1	6.4	4.3	3.9	0.4	7.3	4.4	1.9	9.7	6.7	100.0
Nível de educação											
Nenhum	0.5	4.7	5.3	1.5	0.6	33.3	31.3	17.8	2.4	2.5	100.0
Primário 1º Grau	40.3	5.3	6.5	3.7	2.6	6.2	18.1	4.9	7.5	4.9	100.0
Primário 2º Grau	77.2	2.7	2.4	2.6	1.8	0.1	6.0	1.4	1.5	4.3	100.0
Secundário e mais	85.2	1.0	1.9	1.0	0.9	0.2	2.7	1.2	1.5	4.5	100.0
Estado Civil											
Solteiro(a)	81.6	1.4	2.8	0.0	2.3	0.2	4.3	3.4	0.0	3.9	100.0
Casado(a)	4.5	6.3	7.1	4.3	0.0	9.9	34.8	11.5	19.3	2.2	100.0
União marital	9.2	11.4	9.3	12.3	0.3	7.0	27.9	7.5	7.0	8.2	100.0
Divorciado(a)/Separado(a)	6.0	4.1	4.7	0.0	0.7	9.6	47.0	15.9	9.3	2.8	100.0

2.1 Emprego

Os conceitos de emprego e de população empregada para este inquérito podem ser encontrados no capítulo I. deste relatório. Um dos indicadores de emprego que é analisado a seguir é a taxa de emprego ou taxa de ocupação, que é a relação entre as pessoas de 15 e mais anos de idade que, no período de referência, se encontravam na situação de empregadas e o total da população em idade de trabalhar (isto é, 15 ou mais anos).

O emprego está ligado ao conceito de ocupação, que é definida como o conjunto de funções e tarefas que desempenha um indivíduo no seu emprego ou no local onde exerce a sua actividade económica, independentemente do ramo de actividade.

De acordo com os dados do Quadro 2.4, a taxa de emprego em Moçambique segundo os dados do IFTRAB 2004/05 é de 74.6%, sendo mais elevada entre as mulheres (77.6%) que entre os homens (72.3%). De acordo com a área de residência, a área rural apresenta-se como aquela que possui a taxa de emprego mais elevada (83.4%).

QUADRO 2. 4 TAXAS DE EMPREGO POR SEXO, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, 2004/05

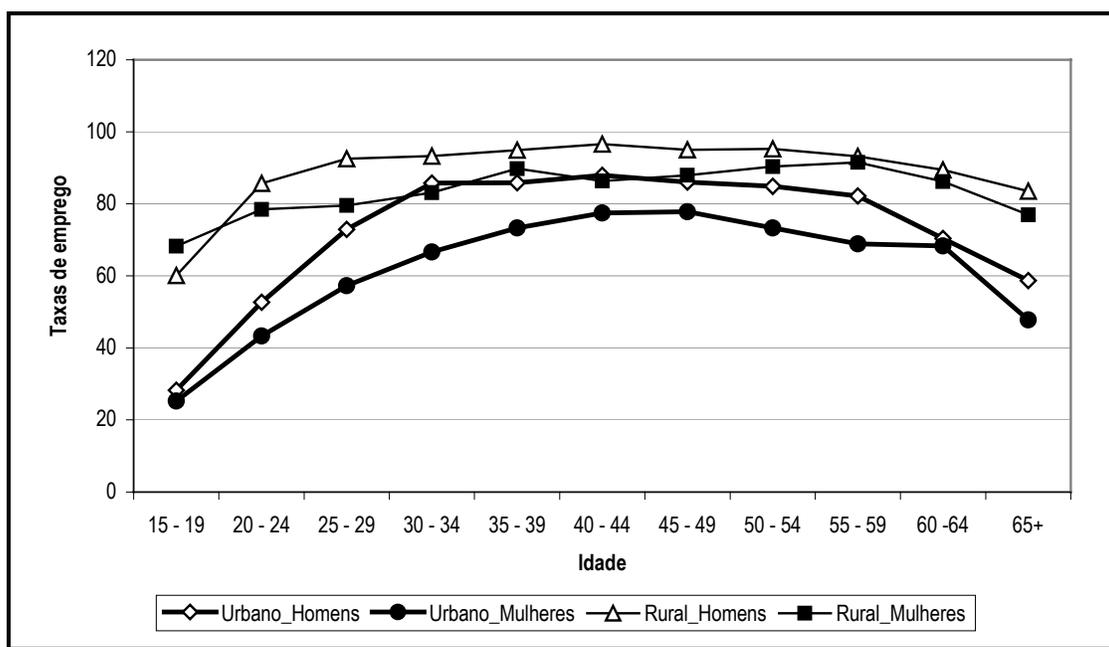
Características Seleccionadas	Taxas de ocupação		
	Homens	Mulheres	Total
Total	72.3	77.6	74.6
Área de residência			
Urbano	54.1	62.8	58.2
Rural	81.3	86.2	83.4
Região			
Norte	73.9	82.7	78.0
Centro	75.0	80.9	77.6
Sul	67.1	65.2	66.3
Províncias			
Niassa	58.8	71.2	64.3
Cabo Delgado	78.9	85.6	81.9
Nampula	75.3	83.9	79.4
Zambézia	82.3	85.1	83.6
Tete	74.4	85.0	79.3
Manica	66.4	71.0	68.4
Sofala	66.6	76.0	70.8
Inhambane	83.3	79.1	81.7
Gaza	77.4	71.7	75.4
Maputo Província	56.4	58.8	57.5
Maputo Cidade	43.8	53.8	48.4
Nível de educação			
Nenhum	79.5	85.8	81.0
Primário 1º Grau	74.9	84.0	79.3
Primário 2º Grau	52.3	69.3	62.7
Secundário e mais	41.6	58.2	52.1
Estado Civil			
Solteiro(a)	45.7	48.4	47.4
Casado(a)	76.7	91.1	83.5
União marital	75.5	90.8	82.4
Divorciado(a)/Separado(a)	83.2	75.1	81.8
Viúvo(a)	79.3	72.4	78.6

A região Norte, com 78.0% e a Província da Zambézia, com 83.6%, apresentam as taxas de emprego mais elevadas ao nível do País. Porém, na Região Sul (com a taxa de emprego mais baixa), os homens apresentam uma vantagem relativa em relação às mulheres. A Cidade de Maputo é a única província cuja taxa de emprego não alcança os 50%.

Em função do nível de educação, os dados mostram que a taxa de ocupação diminui quando o nível educacional aumenta, pois, a população sem nenhum nível de educação é aquela que regista a taxa de ocupação mais elevada (81.0%) e o Nível Secundário e mais, com a taxa mais baixa (52.1%).

As taxas específicas de emprego por área de residência (Gráfico 2. 3) mostram que, na área rural, as pessoas começam mais cedo a trabalhar que na urbana. Este facto pode estar relacionado com a frequência escolar que é relativamente mais alta nas áreas urbanas que nas rurais. As diferenças entre sexo masculino e feminino são mais acentuadas na área urbana que na rural, onde quase existe um equilíbrio entre ambos os sexos.

GRÁFICO 2. 3 TAXAS ESPECÍFICAS DE EMPREGO POR ÁREA DE RESIDÊNCIA, IDADE E SEXO, 2004/05



A distribuição percentual da população empregada segundo ocupação (Quadro 2.5) mostra que a maioria é constituída por agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca (77.4%). Esta percentagem é mais elevada na área rural (91.6%), onde a base de sobrevivência é agricultura. A seguir a esta ocupação, encontra-se o pessoal dos serviços e vendedores com 8.4%.

QUADRO 2.5 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR ÁREA DE RESIDÊNCIA E SEXO, SEGUNDO A OCUPAÇÃO, 2004/05

Ocupação	Total			Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	100.0								
Quadros superiores da Administração Pública, Dirigentes	0.9	1.5	0.4	2.6	3.7	1.4	0.3	0.6	0.0
Especialistas das profissões intelectuais e cientistas	0.4	0.7	0.2	1.5	2.0	0.9	0.1	0.1	0.0
Técnicos e Profissionais de Nível Intermediário	2.4	3.6	1.4	6.0	7.7	4.4	1.1	1.9	0.4
Pessoal Administrativo e similares	0.9	1.2	0.7	3.1	3.6	2.6	0.1	0.2	0.1
Pessoal dos Serviços e vendedores	8.4	10.3	6.9	23.5	22.7	24.4	2.9	5.0	1.1
Agricultores e trabalhadores Qualificados da Agric.e pesca	77.4	66.1	87.0	39.1	23.7	55.0	91.6	84.2	97.5
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	4.1	7.8	1.0	10.1	17.3	2.8	1.8	3.7	0.4
Operadores de Instalações e máquinas e trab.da montagem	0.9	1.8	0.1	2.5	4.6	0.3	0.3	0.6	0.0
Trabalhadores Não Qualificados	4.4	6.8	2.4	11.3	14.4	8.2	1.8	3.6	0.5
Outros	0.1	0.1	0.0	0.2	0.4	0.0	0.0	0.0	0.0

2.2 Posição no processo laboral

Para efeitos deste inquérito, considera-se posição no processo laboral a relação existente entre a pessoa empregada e a propriedade do local de trabalho.

A distribuição da população ocupada por posição no processo laboral é apresentada no Quadro 2.6, onde pode se notar que mais de metade da população moçambicana (60.2%) trabalha por conta própria sem empregados. Esta realidade foi verificada também no IAF 2002/03 em que 51,0% da população trabalhava por conta própria. A seguir a esta posição, encontram-se os trabalhadores familiares sem remuneração (24.6%) e os trabalhadores do sector privado (6.8%)

Por área de residência, a rural, é a que apresenta maior percentagem de pessoas trabalhando por conta própria sem empregado (64.5%) relativamente a urbana, com 48.5% da população nesta posição. Nas três regiões do País, a situação é similar; a maioria da população ocupada trabalha por conta própria sem empregado. Porém, é importante referir, que a Região Sul apresenta a percentagem mais baixa da população nesta posição (52.5%) e, é mais baixa ainda na Cidade de Maputo (31.3%). Uma parte considerável da população da Cidade de Maputo trabalha no sector privado (30.1%). Uma outra província com menos de metade da população trabalhando por conta própria sem empregado, é Maputo Província, com 45.0%. A maioria da população com nível de educação mais elevado, trabalha para o governo (28.4%) e para o sector privado (23.8%).

**QUADRO 2.6 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO OCUPADA POR POSIÇÃO NO PROCESSO LABORAL,
SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, 2004/05**

Características Seleccionadas	Posição no processo laboral									
	Governo	Sector público	Sector Privado	Conta própria com empregados	Conta própria sem empregados	Trabalhador familiar sem remuneração	Pessoa ou agregado familiar privado	Sector cooperativo	ONG e outras Associações	Total
Total	3.7	0.4	6.8	1.9	60.2	24.6	1.8	0.0	0.6	100.0
Sexo										
Homens	5.9	0.7	12.4	3.1	65.6	9.1	2.3	0.0	0.9	100.0
Mulheres	1.9	0.1	1.9	0.9	55.6	37.8	1.5	0.0	0.3	100.0
Área de residência										
Urbano	9.9	1.3	18.2	3.8	48.5	11.5	5.3	0.1	1.5	100.0
Rural	1.4	0.1	2.5	1.2	64.5	29.5	0.5	0.0	0.2	100.0
Região										
Norte	2.8	0.3	3.4	1.0	60.7	30.6	0.9	0.0	0.3	100.0
Centro	2.8	0.3	5.0	2.3	64.2	23.6	1.4	0.0	0.5	100.0
Sul	6.6	0.7	14.3	2.7	52.5	18.2	3.9	0.1	1.0	100.0
Províncias										
Niassa	3.9	0.3	2.3	0.7	57.5	34.3	0.4	0.1	0.5	100.0
Cabo Delgado	2.6	0.3	2.8	1.4	68.8	23.1	0.8	0.0	0.2	100.0
Nampula	2.7	0.3	3.9	0.8	57.1	33.7	1.1	0.0	0.3	100.0
Zambézia	1.6	0.1	2.5	1.3	70.2	23.5	0.6	0.0	0.3	100.0
Tete	3.4	0.2	4.6	3.2	53.7	33.3	1.1	0.0	0.4	100.0
Manica	4.1	0.6	5.3	1.8	60.7	25.2	1.5	0.1	0.6	100.0
Sofala	3.9	0.8	11.7	4.0	62.0	13.1	3.4	0.0	1.0	100.0
Inhambane	2.8	0.3	6.0	1.4	58.3	29.6	1.4	0.0	0.2	100.0
Gaza	3.2	0.2	8.8	2.4	64.4	19.1	1.1	0.1	0.8	100.0
Maputo Província	10.8	0.7	21.8	3.2	45.0	10.9	6.4	0.1	1.0	100.0
Maputo Cidade	14.5	2.1	30.1	4.9	31.3	3.8	10.1	0.2	3.0	100.0
Nível de educação										
Nenhum	0.2	0.0	2.1	0.5	66.1	30.0	1.0	0.0	0.1	100.0
Primário 1º Grau	1.2	0.2	5.6	1.7	63.8	25.1	2.0	0.0	0.4	100.0
Primário 2º Grau	5.7	0.5	14.8	4.7	52.1	17.4	3.6	0.0	1.3	100.0
Secundário e mais	32.2	3.1	22.6	5.4	23.0	9.1	1.5	0.1	2.9	100.0

2.3 Ramos de Actividade

Esta secção do relatório refere-se à classificação das actividades económicas de acordo com o tipo de bem ou serviço que resulta dessa actividade que a pessoa realiza ou tenha realizado no período de referência. Considera-se actividade económica toda a actividade virada para a produção de bens e serviços realizada mediante pagamento em dinheiro ou em espécie ou ajuda a um familiar sem remuneração.

A distribuição da população por ramos de actividade (Quadro 2.7) mostra que a maioria da população moçambicana trabalha no ramo de “*agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura*” (78.5%), quer para o sexo masculino (68.0%) como para o feminino (87.3%). Na área urbana, a percentagem da população trabalhando na *agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura* (40.1%) é relativamente mais baixa que na rural (92.7%). Uma parte considerável da população na área urbana ocupa-se mais no “*comércio a grosso ou a retalho e reparação de veículos automóveis*”.

Em relação às províncias, com excepção da Cidade de Maputo, Sofala e Maputo Província, em todas as outras, mais de 70% da população está no ramo de *agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura*. Na Cidade e Província de Maputo, uma percentagem considerável da população trabalha no ramo de comércio a grosso ou a retalho e reparação de veículos automóveis (39.8% e 24.8%, respectivamente).

Segundo a sua posição no processo laboral, 96.9% da população que trabalha como trabalhador familiar sem remuneração, está no ramo agrícola. A maioria das pessoas que trabalham para o governo está na administração (45.5%) e na educação (39.0%) e, 39.9% dos trabalhadores do sector público encontram-se no ramo dos transportes.

QUADRO 2.7: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO OCUPADA POR RAMOS DE ACTIVIDADE, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, 2004/05

Características seleccionadas	Ramos de actividade										Total
	Agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura	Indústria extractiva	Indústria transformadora	Energia, água e construção	Comércio e reparação de veículos	Transporte e comunicações	Serviços	Administração	Educação	Saúde e acção social	
Total	78.5	0.3	3.1	1.2	9.2	0.8	2.9	1.7	1.6	0.7	100.0
Sexo											
Homens	68.0	0.6	5.4	2.6	11.7	1.6	3.9	2.9	2.3	0.8	100.0
Mulheres	87.3	0.0	1.2	0.1	7.0	0.1	2.0	0.7	1.0	0.5	100.0
Área de residência											
Urbano	40.1	0.4	7.5	3.5	25.9	2.6	9.5	5.3	3.5	1.6	100.0
Rural	92.7	0.2	1.5	0.4	3.0	0.1	0.5	0.4	0.9	0.3	100.0
Região											
Norte	86.6	0.1	2.2	0.5	5.8	0.4	1.3	1.2	1.4	0.4	100.0
Centro	83.5	0.1	2.7	1.0	7.0	0.6	1.9	1.0	1.4	0.6	100.0
Sul	58.6	0.6	5.1	2.6	17.6	1.7	6.8	3.7	2.2	1.1	100.0
Provincias											
Niassa	87.1	0.0	1.9	0.7	4.9	0.1	0.7	1.6	2.1	0.8	100.0
Cabo Delgado	88.1	0.0	3.0	0.5	4.1	0.5	0.9	1.1	1.3	0.3	100.0
Nampula	85.8	0.2	1.9	0.4	6.8	0.4	1.6	1.1	1.4	0.4	100.0
Zambézia	91.2	0.1	1.7	0.4	3.5	0.2	1.0	0.4	0.8	0.6	100.0
Tete	86.1	0.0	1.8	1.1	5.1	0.4	1.9	1.3	1.8	0.3	100.0
Manica	76.1	0.4	3.7	1.9	10.6	0.8	2.2	1.7	1.8	0.9	100.0
Sofala	67.5	0.1	5.4	1.8	14.9	1.9	4.0	1.7	1.8	1.0	100.0
Inhambane	78.7	0.7	3.5	1.9	10.3	0.7	1.2	1.0	1.2	0.7	100.0
Gaza	81.6	0.8	2.2	2.1	7.0	0.7	2.3	1.2	1.5	0.7	100.0
Maputo Província	39.1	0.6	7.9	3.6	24.8	2.4	10.2	6.6	3.5	1.4	100.0
Maputo Cidade	6.6	0.3	9.7	3.6	39.8	4.3	20.4	9.3	3.9	2.2	100.0
Posição no processo laboral											
Governo	0.8	0.2	0.6	1.3	1.0	0.3	1.5	45.5	39.0	9.8	100.0
Sector Público	0.5	0.0	2.2	25.4	5.8	39.9	12.5	4.4	2.2	7.1	100.0
Sector Privado	17.5	3.1	21.1	11.0	29.1	6.6	9.4	0.1	1.3	0.7	100.0
Conta própria c/ Empregado	43.0	0.0	8.1	7.1	34.0	3.6	3.4	0.0	0.0	0.8	100.0
Conta própria s/ Empregado	87.0	0.1	2.2	0.3	9.7	0.2	0.3	0.0	0.0	0.3	100.0
Trabalhador familiar sem remuneração	96.9	0.0	0.6	0.0	2.3	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0	100.0
Pessoa ou agregado privado	10.0	0.2	2.4	0.7	5.4	1.3	80.1	0.0	0.0	0.0	100.0
Sector cooperativo	63.5	0.0	12.4	0.0	5.4	0.0	9.1	0.0	9.6	0.0	100.0
ONGs e outras	8.4	0.0	0.5	2.9	0.9	0.9	76.1	0.0	6.7	3.5	100.0
Nível de educação											
Nenhum	94.4	0.1	1.1	0.2	2.9	0.1	0.7	0.2	0.0	0.2	100.0
Primário 1º Grau	83.0	0.3	2.9	1.2	8.3	0.6	2.3	0.7	0.2	0.5	100.0
Primário 2º Grau	53.0	0.4	6.7	2.7	22.4	1.8	7.0	2.7	1.8	1.4	100.0
Secundário e mais	18.4	0.4	7.8	4.0	22.2	3.6	10.2	13.5	16.9	2.9	100.0

A distribuição percentual da população de 15 e mais anos empregada por condição de assalariado (Quadro 2.8), mostra que os assalariados constituem a minoria (apenas 13.3%) da população empregada, pois a maior parte destes trabalha por conta própria ou então são trabalhadores familiares sem remuneração.

A percentagem da população assalariada é mais baixa na área rural (onde não atinge 5%) que na urbana e a região que apresenta maior percentagem de assalariados é a região sul, com 26.6%, e o Norte, é a região do país com a mais baixa percentagem da população trabalhando em regime de assalariado. Maputo Cidade é a única província do País com mais de metade da população empregada assalariada.

De acordo com o nível de escolaridade, a maioria dos assalariados é constituída pela população com Ensino Secundário e mais (62.4%). Estes sugerem que quanto mais o indivíduo estudar terá maior possibilidade de ter um trabalho assalariado.

QUADRO 2.8 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 E MAIS ANOS EMPREGADA POR CONDIÇÃO DE ASSALARIADO NA ACTIVIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS 2004/05

Características Seleccionadas	Condição de assalariado			Total
	Assalariado	Conta própria	Trabalhador familiar sem remuneração	
Total	13.3	62.1	24.6	100.0
Sexo				
Homens	22.2	68.7	9.1	100.0
Mulheres	5.8	56.5	37.8	100.0
Área de residência				
Urbano	36.2	52.3	11.5	100.0
Rural	4.8	65.7	29.5	100.0
Região				
Norte	7.7	61.7	30.6	100.0
Centro	10.0	66.4	23.6	100.0
Sul	26.6	55.2	18.2	100.0
Províncias				
Niassa	7.5	58.3	34.3	100.0
Cabo Delgado	6.7	70.2	23.1	100.0
Nampula	8.3	58.0	33.7	100.0
Zambézia	5.1	71.4	23.5	100.0
Tete	9.7	57.0	33.3	100.0
Manica	12.3	62.5	25.2	100.0
Sofala	20.9	66.1	13.1	100.0
Inhambane	10.7	59.7	29.6	100.0
Gaza	14.2	66.7	19.1	100.0
Maputo Província	40.9	48.2	10.9	100.0
Maputo Cidade	59.9	36.2	3.8	100.0
Nível de educação				
Nenhum	3.4	66.6	30.0	100.0
Primário 1º Grau	9.4	65.6	25.1	100.0
Primário 2º Grau	25.8	56.8	17.4	100.0
Secundário e mais	62.4	28.5	9.1	100.0

A distribuição percentual da população empregada em regime de assalariado por posição no processo laboral é apresentada no Quadro 2.9. De acordo com estes dados, metade da população assalariada em Moçambique, trabalha para o sector privado, e apenas cerca de ¼ é que trabalha para o governo. Porém, nota-se um relativo equilíbrio entre a população feminina que trabalha para o governo (32.7%) e a que trabalha para o sector privado (33.6%). De acordo com a área de residência e região não se notam diferenças significativas.

A província de Niassa regista uma situação diferente de todas as outras, pois aqui, a maioria dos assalariados (51.8%) é constituída por aqueles que trabalham para o governo. Segundo o nível de escolaridade, mais de metade (51.6%) dos trabalhadores assalariados com Ensino Secundário e mais, trabalha para o governo.

QUADRO 2.9. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 E MAIS ANOS EMPREGADA E ASSALARIADA NA ACTIVIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL, POR POSIÇÃO NO PROCESSO LABORAL, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, 2004/05

Características seleccionadas	Posição no processo laboral						Total
	Governo	Sector público	Sector privado	Pessoa ou agregado privado	Sector cooperativo	ONG e outras associações	
Total	27.9	2.9	50.8	13.8	0.2	4.3	100.0
Sexo							
Homens	26.5	3.2	56.1	10.2	0.1	3.9	100.0
Mulheres	32.7	2.0	33.6	25.4	0.5	5.7	100.0
Área de residência							
Urbano	27.4	3.5	50.1	14.7	0.2	4.1	100.0
Rural	29.4	1.4	52.7	11.2	0.3	4.9	100.0
Região							
Norte	36.3	3.4	43.9	12.1	0.2	4.1	100.0
Centro	27.6	3.1	50.5	13.7	0.1	5.1	100.0
Sul	24.9	2.7	53.8	14.5	0.3	3.9	100.0
Províncias							
Niassa	51.8	3.7	31.4	5.4	0.9	6.8	100.0
Cabo Delgado	39.1	3.8	41.6	11.9	0.2	3.3	100.0
Nampula	32.3	3.2	47.1	13.4	-	4.0	100.0
Zambézia	31.8	1.0	49.1	11.5	-	6.5	100.0
Tete	35.4	2.2	47.0	11.7	-	3.7	100.0
Manica	33.6	4.7	43.6	12.5	0.4	5.3	100.0
Sofala	18.9	4.0	55.9	16.4	-	4.7	100.0
Inhambane	26.1	3.1	56.4	12.7	-	1.8	100.0
Gaza	22.4	1.5	62.1	7.8	0.5	5.7	100.0
Maputo Província	26.5	1.8	53.3	15.6	0.3	2.5	100.0
Maputo Cidade	24.2	3.5	50.2	16.8	0.4	4.9	100.0
Nível de educação							
Nenhum	5.9	0.4	60.2	30.3	0.1	3.0	100.0
Primário 1º Grau	12.5	2.2	59.7	21.4	0.4	3.8	100.0
Primário 2º Grau	22.0	1.8	57.4	13.9	-	5.0	100.0
Secundário e mais	51.6	5.0	36.2	2.4	0.1	4.7	100.0

No Quadro 2.10, referente a distribuição da população assalariada por ramos de actividade, consta que a maioria destes se encontra no ramo de serviços (19.9%). A agricultura, ramo que absorve mais de metade da população empregada no país, representa apenas 11% dos assalariados. Mas, na área rural este sector representa a maioria da população assalariada, com 30.2%, ao passo que, na área urbana, a maioria dos assalariados encontra-se no sector de serviços.

Na Região Norte do País, a maior percentagem da população assalariada trabalha no ramo de educação (18.7%), enquanto que no Centro e Sul, a maioria está no ramo de serviços. As Províncias de Zambézia e Gaza são as únicas cuja maioria da população assalariada encontra-se no ramo de *agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura*, com 19.8% e 20.8%, respectivamente. Nas Províncias de Niassa e Cabo Delgado, a maioria dos assalariados encontra-se na *educação*.

De acordo com a escolaridade, a maioria dos assalariados no ramo da agricultura é constituída por pessoas sem nenhum nível de escolaridade, ao passo que os mais escolarizados constituem a maioria dos assalariados da educação (26.9%) e administração (21.6%)

QUADRO 2.10 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 E MAIS ANOS EMPREGADA E ASSALARIADA NA ACTIVIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL, POR RAMOS DE ACTIVIDADE, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, 2004/05.

Características seleccionadas	Ramos de actividade										Total
	Agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura	Indústria extractiva	Indústria transformadora	Energia, água e construção	Comércio e reparação de veículos	Transporte e comunicações	Serviços	Administração	Educação	Saúde e acção social	
Total	11.0	1.6	11.3	6.9	16.0	4.8	19.9	12.9	11.9	3.4	100.0
Sexo											
Homens	12.5	2.1	13.2	8.6	15.8	5.9	16.0	13.1	10.4	2.3	100.0
Mulheres	6.2	0.1	5.1	1.5	16.7	1.4	32.6	12.3	16.9	7.2	100.0
Área de residência											
Urbano	4.2	0.9	11.8	7.2	18.5	5.7	23.7	14.7	9.6	3.7	100.0
Rural	30.2	3.7	10.1	6.0	9.1	2.4	9.0	7.9	18.6	2.8	100.0
Região											
Norte	10.9	1.6	8.5	4.8	16.5	4.7	15.6	15.2	18.7	3.0	100.0
Centro	15.8	0.5	13.9	7.2	12.5	4.7	17.8	10.2	13.5	3.9	100.0
Sul	7.9	2.3	10.8	7.6	18.1	5.0	22.9	13.8	8.3	3.3	100.0
Províncias											
Niassa	2.9	-	9.8	7.1	14.3	1.4	8.8	21.3	28.5	5.8	100.0
Cabo Delgado	11.3	0.6	9.1	6.7	11.7	6.2	12.9	16.9	19.0	3.2	100.0
Nampula	12.1	2.4	8.0	3.5	18.8	4.7	17.9	13.4	16.7	2.5	100.0
Zambézia	19.8	0.7	10.7	6.7	9.8	1.9	19.1	8.8	16.7	5.9	100.0
Tete	12.9	0.3	11.1	9.2	11.8	3.0	17.6	13.4	18.8	1.9	100.0
Manica	11.7	1.0	11.9	10.4	12.3	4.8	16.4	13.6	15.0	3.1	100.0
Sofala	16.5	0.4	18.0	5.3	14.6	7.1	17.7	8.1	8.4	4.0	100.0
Inhambane	12.3	5.9	9.3	10.7	20.0	5.8	10.6	9.3	11.2	5.0	100.0
Gaza	20.8	6.0	7.4	12.5	12.8	4.0	13.8	8.6	10.4	3.6	100.0
Maputo Província	8.0	1.4	12.8	7.6	15.9	4.2	22.2	16.0	8.6	3.1	100.0
Maputo Cidade	1.7	0.5	11.1	4.6	21.0	5.6	30.8	15.5	6.4	2.8	100.0
Nível de educação											
Nenhum	40.5	2.2	9.2	4.8	14.3	2.6	19.9	4.9	1.3	0.2	100.0
Primário 1º Grau	16.5	3.4	13.8	9.4	16.6	5.1	23.4	7.4	2.1	2.1	100.0
Primário 2º Grau	6.2	0.9	13.4	7.1	21.1	5.2	23.9	10.4	7.0	4.9	100.0
Secundário e mais	1.6	0.3	8.2	4.9	12.8	4.9	14.0	21.6	26.9	4.6	100.0

Ao contrário dos assalariados cuja maioria se concentra em *serviços*, os trabalhadores por conta própria são em maior percentagem no ramo de *agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura* (85.6%). A Cidade de Maputo é a única província onde a maioria é que trabalha por conta própria fora da agricultura, assim como para os trabalhadores que possuem o Ensino Secundário e mais.

QUADRO 2.11 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 E MAIS ANOS EMPREGADA POR CONTA PRÓPRIA NA ACTIVIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL, POR SECTOR DE ACTIVIDADE, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, 2004/05

Características Seleccionadas	Sector de actividade		
	Na agricultura	Fora da agricultura	Total
Total	85.6	14.4	100.0
Sexo			
Homens	83.0	17.0	100.0
Mulheres	88.3	11.7	100.0
Área de residência			
Urbano	55.8	44.2	100.0
Rural	94.4	5.6	100.0
Região			
Norte	90.5	9.5	100.0
Centro	88.8	11.2	100.0
Sul	71.7	28.3	100.0
Províncias			
Niassa	90.8	9.2	100.0
Cabo Delgado	92.4	7.6	100.0
Nampula	89.2	10.8	100.0
Zambézia	93.7	6.3	100.0
Tete	91.4	8.6	100.0
Manica	80.6	19.4	100.0
Sofala	79.0	21.0	100.0
Inhambane	81.0	19.0	100.0
Gaza	89.8	10.2	100.0
Maputo Província	56.2	43.8	100.0
Maputo Cidade	13.5	86.5	100.0
Nível de educação			
Nenhum	95.1	4.9	100.0
Primário 1º Grau	86.8	13.2	100.0
Primário 2º Grau	63.4	36.6	100.0
Secundário e mais	38.1	61.9	100.0

3 ACTIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS

O IFTRAB 2004/5 recolheu a informação sobre a actividade económica principal assim como sobre as outras actividades económicas. As perguntas sobre as outras actividades económicas foram direccionadas às pessoas que nos últimos 7 dias haviam exercido qualquer tipo de actividade económica.

Sendo assim, actividade económica secundária está estreitamente ligada com a actividade económica principal. Isto é, considera-se que o individuo terá realizado alguma actividade económica secundária, desde que este tenha primeiro declarado a sua actividade principal.

Neste contexto, actividade económica secundária é aquela em que a pessoa passou maior parte do seu tempo depois da actividade económica principal.

3.1 População envolvida em actividades económicas secundárias

O Quadro 3.1 mostra a percentagem da população envolvida em actividades económicas secundárias. Os dados mostram que quase 9% da população empregada exerceu actividades económicas secundárias nos últimos 7 dias antes do inquérito. A percentagem é de 12.6% entre os homens e 5.5% entre as mulheres, o que sugere que os homens tendem a realizar mais actividades secundárias do que as mulheres.

Os dados também mostram que a área rural teve mais pessoas envolvidas em actividades económicas secundárias (9.3%) do que a urbana (7.3%). Esta tendência pode ser considerada coerente uma vez que a maioria das pessoas que trabalha no campo tende a praticar várias actividades, devido a disponibilidade do tempo que tem.

QUADRO 3.1 PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO DE 15 E MAIS ANOS EMPREGADA, ENVOLVIDA EM ACTIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS, POR ÁREA DE RESIDÊNCIA E SEXO, SEGUNDO IDADE. 2004/5

Idade	Total			Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	8.7	12.6	5.5	7.3	8.1	6.5	9.3	14.5	5.1
15 - 19	5.9	7.4	4.7	2.6	2.3	2.8	6.9	9.3	5.2
20 - 24	8.1	12.5	4.6	5.8	6.7	4.8	8.9	15.4	4.6
25 - 29	8.8	12.9	5.2	6.4	6.9	5.9	9.7	15.7	5.0
30 - 34	10.0	15.0	5.4	7.2	7.8	6.6	11.1	18.0	5.0
35 - 39	10.4	15.0	7.1	9.1	10.2	8.1	10.9	17.0	6.7
40 - 44	10.8	14.7	6.8	11.1	12.5	9.6	10.7	15.9	5.6
45 - 49	9.6	12.3	7.4	8.9	9.0	8.8	9.9	14.0	6.8
50 - 54	10.5	14.6	6.8	9.3	9.8	8.9	10.9	16.7	6.1
55 - 59	7.0	12.0	3.0	8.7	10.4	7.1	6.4	12.6	1.9
60 - 64	7.4	10.9	4.4	6.6	7.3	5.9	7.6	11.9	4.0
65+	6.1	8.6	3.8	6.2	10.3	3.0	6.1	8.3	4.0

Quanto à idade, regista-se que mais pessoas com idades compreendidas entre 30 a 54 anos realizaram actividades económicas secundárias do que das idades extremas, esta tendência se repete quase em todas as áreas de residência e principalmente entre a população masculina.

Por sua vez, o Quadro 3.2 mostra também a percentagem da população envolvida nas actividades económicas secundárias segundo determinadas características. Os resultados mostram que as regiões Centro e Sul são as que tiveram uma percentagem significativa de pessoas envolvidas em actividades económicas secundárias (9.2% e 10.4%, respectivamente) comparativamente à Região Norte.

QUADRO 3.2 PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO DE 15 E MAIS ANOS EMPREGADA, ENVOLVIDA EM ACTIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS POR SEXO, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, 2004/5

Características seleccionadas	Total	Homens	Mulheres
Total	8.7	12.6	5.5
Área de residência			
Urbano	7.3	8.1	6.5
Rural	9.3	14.5	5.1
Região			
Norte	7.0	11.5	2.5
Centro	9.2	13.7	5.3
Sul	10.4	12.1	9.2
Províncias			
Niassa	7.9	12.9	3.0
Cabo Delgado	7.1	11.9	2.6
Nampula	6.8	11.1	2.3
Zambézia	5.3	10.6	0.9
Tete	15.4	20.3	10.7
Manica	7.9	11.2	5.3
Sofala	13.8	15.9	11.8
Inhambane	12.3	15.3	10.6
Gaza	14.0	19.3	11.5
Maputo Província	7.1	7.5	6.7
Maputo Cidade	4.6	5.4	3.8
Nível de educação			
Nenhum	5.7	10.0	4.3
Primário 1º Grau	10.2	13.8	6.5
Primário 2º Grau	10.4	12.5	5.9
Secundário e mais	10.0	11.2	7.2
Estado Civil			
Solteiro(a)	6.4	7.8	4.1
Casado(a)	10.5	15.9	4.8
União marital	9.4	13.4	5.5
Divorciado(a)/Separado(a)	6.1	9.0	5.5
Viúvo(a)	7.5	10.2	7.3

As províncias de Tete, Sofala, Inhambane e Gaza são as que apresentam percentagens acima de 10% de pessoas que participaram em actividades económicas secundárias e principalmente entre a população masculina.

O mesmo quadro mostra que, por nível de educação, a participação em actividades económicas secundárias tende a subir há medida que o nível de educação se eleva.

Os homens casados e os que estão maritalmente unidos, são os que participaram mais em actividades económicas secundárias do que os outros.

3.2 Tipo de ocupação da população envolvida em actividades económicas secundárias

Tal como na actividade económica principal, O IFTRAB 2004/05 recolheu a informação sobre o tipo de ocupação da população que exerceu actividades económicas secundárias. O Quadro 3.3 apresenta a distribuição percentual segundo ocupação da população envolvida em actividades económicas secundárias por área de residência e sexo.

QUADRO 3.3 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ENVOLVIDA EM ACTIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS POR SEXO E ÁREA DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO TIPO DE OCUPAÇÃO, 2004/5

Ocupação	Total			Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	100.0								
Quadros superiores da Administração Pública, Dirigentes	1.3	1.6	0.6	4.3	6.6	1.3	0.4	0.4	0.2
Especialistas das profissões intelectuais e cientistas	1.1	1.4	0.4	2.3	3.5	0.8	0.7	0.9	0.2
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	4.0	3.5	5.0	3.3	4.0	2.5	4.2	3.4	6.1
Pessoal Administrativo e similares	0.3	0.2	0.5	1.0	1.0	1.0	0.1	0.1	0.2
Pessoal dos Serviços e vendedores	27.2	24.2	33.0	29.7	20.1	42.0	26.5	25.2	29.3
Agricultores e trabalhadores Qualificados da Agric. e pesca	31.5	32.1	30.4	29.3	29.2	29.5	32.2	32.8	30.7
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	25.5	26.7	23.2	20.6	24.9	15.1	26.9	27.1	26.5
Operadores de Instalações e máquinas e trab.da montagem	0.9	1.1	0.5	1.7	1.9	1.5	0.6	0.9	0.1
Trabalhadores Não Qualificados	8.2	9.1	6.5	7.6	8.7	6.2	8.4	9.2	6.5
Outros	0.0	0.0	0.0	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0

Os dados do quadro apresentado acima, mostram que 31.5% do total da população envolvida em actividades económicas secundárias estavam nas ocupações de “agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca”. A segunda posição é ocupada por “pessoal dos serviços e vendedores”, com 27.5% e com mais de um quinto seguem os “operários, artífices e trabalhadores similares”.

Analisando os dados por sexo, nota-se que a principal ocupação exercida por mulheres envolvidas nas actividades económicas secundárias, é a do “*peçoal dos serviços e vendedores*”, com 33.0%, seguindo-se a de “*agricultoras e trabalhadoras qualificadas da agricultura e pesca*”, com 30.4%; enquanto que entre os homens, as duas primeiras ocupações são, a de “*agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca*”, com 32.1% e a dos “*operários, artífices e trabalhadores similares*”, com 26.7%.

A informação patente no Quadro 3.3 mostra que, na área urbana, as mulheres ocuparam-se mais nos serviços e nas vendas (42.0%), enquanto que os homens se dedicaram mais na agricultura, 29.2%. Em contrapartida, na área rural, mais de 30% de mulheres que participaram nas actividades económicas secundárias fizeram-no como “*agricultoras e trabalhadoras qualificadas da agricultura e pesca*”, contra 32.8% de homens.

3.3 Posição no processo laboral da população envolvida em actividades económicas secundárias

A todos aqueles que disseram que tinham realizado alguma actividade económica secundária, se perguntou para quem teriam trabalhado e os resultados desta pergunta estão ilustrados no Quadro 3.4. No geral, os resultados indicam que 74.9% da população que teve actividade económica secundária fizeram por “*conta própria sem empregados*”, seguindo-se os “*trabalhadores familiares sem remuneração*”, com 9.2% e no sector privado, com 7.2%.

Quase em todas variáveis apresentadas no Quadro 3.4, a maioria da população trabalhou por “*conta própria sem empregados*”. Os “*sectores público*”, “*cooperativo*” e o “*governo*” são aqueles que têm tido poucas pessoas a exercer actividades económicas secundárias.

As Províncias de Maputo Província e Cidade, com 12.3% e 13.5%, respectivamente, são as que apresentam percentagens significativas de pessoas que realizaram actividades económicas secundárias por “*conta própria com empregados*”. Ainda na Cidade de Maputo, perto de 16% de pessoas envolvidas nas actividades económicas secundárias fizeram para o *sector privado*.

QUADRO 3.4 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 E MAIS ANOS ENVOLVIDA EM ACTIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS POR POSIÇÃO NO PROCESSO LABORAL, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, 2004/05

Características seleccionadas	Posição no processo laboral										Total
	Governo	Sector público	Sector privado	Conta própria com empregados	Conta própria sem empregados	Trabalhador familiar sem remuneração	Pessoa ou agregado familiar privado	Sector cooperativo	ONG e outras associações	Sem informação	
Total	1.5	0.1	7.2	4.4	74.9	9.2	0.8	0.1	1.7	0.0	100.0
Sexo											
Homens	2.0	0.2	8.6	5.1	72.6	8.5	1.0	0.0	2.0	0.0	100.0
Mulheres	0.6	0.1	4.5	2.9	79.3	10.5	0.6	0.3	1.2	0.0	100.0
Área de residência											
Urbano	2.3	0.2	6.6	9.0	73.1	5.0	1.1	0.3	2.3	0.1	100.0
Rural	1.3	0.1	7.4	3.0	75.4	10.4	0.7	0.1	1.6	0.0	100.0
Região											
Norte	2.9	0.4	6.5	2.0	74.6	11.3	0.5	0.2	1.5	0.1	100.0
Centro	1.2	0.1	7.8	3.7	75.7	8.4	1.1	0.0	2.1	0.0	100.0
Sul	0.8	0.0	6.9	7.6	74.0	8.4	0.8	0.2	1.3	0.0	100.0
Províncias											
Niassa	0.0	0.0	6.9	1.5	73.1	18.0	0.4	0.0	0.0	0.0	100.0
Cabo Delgado	1.2	0.0	1.8	3.1	87.6	2.9	0.2	0.6	2.5	0.2	100.0
Nampula	4.5	0.7	9.0	1.6	68.1	14.1	0.7	0.0	1.4	0.0	100.0
Zambézia	1.7	0.0	4.8	1.4	83.0	5.4	2.6	0.0	1.1	0.0	100.0
Tete	2.1	0.0	13.3	4.0	72.8	6.2	0.7	0.0	0.9	0.0	100.0
Manica	0.3	0.0	4.9	8.1	69.3	16.4	0.0	0.0	1.0	0.0	100.0
Sofala	0.0	0.4	5.8	3.7	74.5	10.3	0.5	0.0	4.9	0.0	100.0
Inhambane	0.5	0.0	4.1	3.0	79.2	12.2	1.0	0.0	0.0	0.0	100.0
Gaza	0.2	0.0	7.8	9.5	74.1	6.4	0.4	0.0	1.6	0.0	100.0
Maputo Província	1.7	0.0	7.2	12.3	68.1	7.3	0.7	0.8	1.9	0.0	100.0
Maputo Cidade	3.5	0.0	15.8	13.5	57.8	1.2	1.4	1.4	5.4	0.0	100.0
Nível de educação											
Nenhum	0.0	0.0	8.7	2.2	79.3	8.1	0.7	0.2	0.9	0.0	100.0
Primário 1º Grau	0.3	0.2	6.4	3.3	77.5	9.5	1.2	0.1	1.6	0.0	100.0
Primário 2º Grau	5.6	0.0	8.0	5.8	70.0	8.5	0.1	0.0	1.9	0.1	100.0
Secundário e mais	6.7	0.6	7.2	15.0	55.2	10.5	0.2	0.4	4.3	0.0	100.0
Estado Civil											
Solteiro(a)	0.2	0.5	12.9	1.8	56.4	24.0	3.2	0.0	1.1	0.0	100.0
Casado(a)	2.3	0.0	3.7	5.1	76.4	11.5	0.0	0.0	1.0	0.0	100.0
União marital	1.7	0.2	7.6	4.9	75.3	7.4	0.8	0.1	2.0	0.0	100.0
Divorciado(a)/Separado(a)	0.0	0.0	7.7	1.7	84.6	2.4	0.7	0.6	2.2	0.0	100.0
Viúvo(a)	0.8	0.0	3.4	3.7	87.5	2.7	0.0	0.0	1.9	0.0	100.0

3.4 Ramos de actividade da população envolvida em actividades económicas secundárias

O Quadro 3.5 mostra a distribuição percentual da população de 15 e mais anos envolvida em actividades económicas secundárias por ramo de actividade. O principal ramo de actividade da população envolvida em actividades económicas secundárias é o de “*agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura*”, com 37.0%, seguindo-se, o ramo do “*comércio e reparação de veículos*” (29.5%) e a “*indústria transformadora*”, com 20.9%.

Não se registam grandes diferenças entre homens e mulheres quanto aos ramos de actividade onde exercem as suas actividades económicas secundárias, pois os mais importantes tanto para os homens e assim como para as mulheres, constituem os ramos de “*agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura*”, com 38.0% e 35.0% para homens e mulheres, respectivamente; “*comércio e reparação de veículos*”, com 27.7% e 33.0%, respectivamente.

Na área urbana, contrariamente à rural, o principal ramo de actividade das pessoas envolvidas em actividades económicas secundárias é o do “*comércio e reparação de veículos*”, com 34.3%, seguindo-se o de “*agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura*”, com 32.8%. Enquanto que, na área rural, o principal ramo é *agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura*, com 38.2%, seguindo o do *comércio e reparação de veículos*”, com 28.1%.

Por regiões, nota-se que “*agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura*” constitui o principal ramo de actividade em todas regiões, salientando-se a região Sul que apresenta 45.8%.

Regista-se grande diversidade quanto ao principal ramo de actividade económica das pessoas envolvidas em actividades económicas secundárias nas diferentes províncias. Por exemplo, as províncias de Niassa (45.5%), Sofala (63.4%), Inhambane (45.8%), e Gaza (55.9%), são as que tem como principal ramo de actividade da população envolvida nas actividades económicas secundárias, “*agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura*”. Enquanto as províncias de Nampula (34.5%), Zambézia (40.4%), Tete (32.1%), Manica (32.4%), Maputo Província (40.3%) e Maputo Cidade (38.4%) apresentam como principal ramo o de *comércio a grosso, a retalho e reparação de veículos*”. Por sua vez, a Província de Cabo Delgado é a única que tem como principal ramo de actividade a “*indústria transformadora*”, com 38.0%.

Nas restantes variáveis, isto é, na de educação e estado civil, o importante ramo de actividade da população envolvida em actividades económicas secundárias constitui *agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura*, seguindo-se os ramos de *comércio a grosso, retalho e reparação de veículos* e *indústria transformadora*.

QUADRO 3.5 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 E MAIS ANOS ENVOLVIDA EM ACTIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS POR RAMOS DE ACTIVIDADE, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, 2004/05

Características seleccionadas	Ramos de actividade												Total
	Agricultura, pecuária, pesca e silvicultura	Indústria extractiva	Indústria transformadora	Electricidade, gás água e construção	Comércio por grosso, a retalho e reparação de veículos	Transportes, armazenamento e comunicações	Serviços	Administração	Educação	Saúde e acção social	Sem informação		
Total	37.0	0.2	20.9	4.6	29.5	0.6	2.4	0.6	1.1	3.1	0.0	100.0	
Sexo													
Homens	38.0	0.2	19.6	6.6	27.7	0.7	2.8	0.7	1.4	2.3	0.0	100.0	
Mulheres	35.0	0.1	23.3	0.8	33.0	0.4	1.8	0.3	0.6	4.7	0.0	100.0	
Área de residência													
Urbano	32.8	0.3	15.2	5.2	34.3	1.5	4.6	1.5	2.2	2.1	0.1	100.0	
Rural	38.2	0.1	22.5	4.4	28.1	0.3	1.8	0.3	0.8	3.4	0.0	100.0	
Região													
Norte	33.0	0.0	24.3	5.8	28.1	0.2	1.0	0.4	2.1	5.1	0.1	100.0	
Centro	33.7	0.3	21.9	5.5	30.8	0.6	3.3	0.8	0.4	2.8	0.0	100.0	
Sul	45.8	0.1	16.2	2.1	28.9	1.0	2.4	0.4	1.4	1.7	0.0	100.0	
Províncias													
Niassa	45.5	0.0	19.9	7.4	21.9	0.0	1.0	0.0	0.0	4.4	0.0	100.0	
Cabo Delgado	34.4	0.0	38.0	3.1	18.8	0.1	1.6	1.2	0.0	2.7	0.2	100.0	
Nampula	29.2	0.0	18.1	6.8	34.5	0.3	0.8	0.0	3.7	6.6	0.0	100.0	
Zambézia	15.5	0.6	24.2	9.0	40.4	1.1	5.0	1.5	0.4	2.5	0.0	100.0	
Tete	26.0	0.3	29.8	5.6	32.1	0.4	1.5	1.3	0.6	2.4	0.0	100.0	
Manica	24.9	0.0	31.1	7.4	32.4	0.6	0.7	0.0	0.3	2.6	0.0	100.0	
Sofala	63.4	0.0	6.8	1.4	19.5	0.2	4.8	0.0	0.2	3.6	0.0	100.0	
Inhambane	45.8	0.4	16.1	0.7	33.7	0.3	1.1	0.2	0.3	1.5	0.0	100.0	
Gaza	55.9	0.0	20.1	1.9	17.9	0.6	1.0	0.2	0.0	2.4	0.0	100.0	
Maputo Província	34.4	0.0	8.5	7.5	40.3	2.4	4.4	1.2	0.9	0.3	0.0	100.0	
Maputo Cidade	16.2	0.0	10.9	1.6	39.0	3.9	12.2	1.5	13.9	0.8	0.0	100.0	
Posição no processo laboral													
Governo	66.5	0.0	5.2	1.7	10.3	1.0	4.5	4.2	5.6	0.8	0.2	100.0	
Sector Publico	24.6	0.0	1.2	11.7	43.2	0.0	6.6	8.8	3.9	0.0	0.0	100.0	
Sector Privado	60.5	0.0	8.8	2.3	16.8	0.4	10.4	0.3	0.5	0.0	0.0	100.0	
Conta própria com empregado	42.9	0.0	15.1	3.2	30.0	1.7	3.7	0.0	0.0	3.4	0.0	100.0	
Conta própria sem empregado	34.3	0.2	24.0	4.9	30.3	0.5	1.6	0.4	0.8	3.1	0.0	100.0	
Trabalhador familiar sem remuneração	20.5	0.3	23.4	5.8	41.2	0.4	1.5	0.0	0.8	6.1	0.0	100.0	
Pessoa ou agregado privado	62.6	0.0	1.4	7.1	21.0	4.2	3.7	0.0	0.0	0.0	0.0	100.0	
Sector cooperativo	100.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	100.0	
ONGs e outras	64.8	0.0	4.5	2.4	19.9	1.6	2.1	0.0	4.7	0.0	0.0	100.0	
Nível de educação													
Nenhum	43.4	0.2	22.2	3.4	23.9	0.0	0.3	0.0	0.0	6.6	0.0	100.0	
Primário 1º Grau	34.2	0.1	23.2	5.2	31.8	0.4	2.6	0.0	0.1	2.4	0.0	100.0	
Primário 2º Grau	35.8	0.5	16.1	5.1	33.0	0.7	2.3	1.3	4.2	0.8	0.1	100.0	
Secundário e mais	40.8	0.0	9.9	3.0	23.9	2.9	7.3	4.2	6.0	2.1	0.0	100.0	

3.5 Razões de envolvimento em mais do que uma actividade económica

A todos os que declararam ter realizado outras actividades económicas para além da principal, foram perguntadas as razões do seu envolvimento.

Como mostra o Quadro 3.6, a maioria das pessoas envolvidas em actividades económicas secundárias afirmou ter trabalhado em mais do que uma actividade económica porque queria aumentar as receitas.

A Região Norte, com quase 10% e a Província de Nampula, com 14.2%, são as que apresentam percentagens significativas de pessoas envolvidas em actividades económicas secundárias, que afirmaram ter realizado mais do que uma actividade económica por estar a “*trabalhar menos tempo*” na actividade principal.

QUADRO 3.6 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 E MAIS ANOS ENVOLVIDA EM ACTIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS POR RAZÕES DE TRABALHAR EM MAIS DO QUE UMA ACTIVIDADE ECONÓMICA, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, 2004/5

Características Seleccionadas	Razoes de envolvimento em mais do que uma actividade económica					
	Trabalhador ocasional ou sazonal	Aumentar receitas	Trabalha menos tempo	Outras	Sem informação	Total
Total	3.5	90.3	3.4	2.1	0.7	100.0
Área de residência						
Urbano	4.5	89.8	4.0	1.2	0.6	100.0
Rural	3.2	90.4	3.2	2.4	0.7	100.0
Região						
Norte	3.9	83.9	9.5	2.3	0.3	100.0
Centro	3.1	91.1	1.4	3.2	1.3	100.0
Sul	3.9	94.8	0.8	0.4	0.1	100.0
Províncias						
Niassa	3.9	92.4	1.6	2.1	0.0	100.0
Cabo Delgado	0.0	91.8	4.3	3.0	1.0	100.0
Nampula	6.0	77.8	14.2	2.0	0.0	100.0
Zambézia	7.5	89.1	0.0	2.2	1.2	100.0
Tete	0.9	92.3	2.9	1.1	2.8	100.0
Manica	2.7	89.5	1.4	5.8	0.5	100.0
Sofala	1.3	92.4	1.0	5.2	0.0	100.0
Inhambane	3.6	95.4	0.8	0.0	0.2	100.0
Gaza	5.2	94.4	0.2	0.2	0.0	100.0
Maputo Província	3.1	93.5	1.2	2.2	0.0	100.0
Maputo Cidade	0.0	95.4	3.3	0.6	0.6	100.0
Nível de educação						
Nenhum	3.6	90.8	1.9	2.6	1.2	100.0
Primário 1º Grau	4.2	90.5	2.9	1.9	0.6	100.0
Primário 2º Grau	1.8	89.8	6.4	1.4	0.5	100.0
Secundário e mais	1.8	88.4	6.0	3.7	0.2	100.0
Estado Civil						
Solteiro(a)	2.6	86.6	5.7	4.0	1.1	100.0
Casado(a)	3.5	89.6	5.2	0.7	1.0	100.0
União marital	3.7	90.5	2.9	2.3	0.6	100.0
Divorciado(a)/Separado(a)	5.1	90.8	2.9	0.8	0.3	100.0
Viúvo(a)	1.3	96.1	0.0	2.5	0.0	100.0

4. DESEMPREGO

4.1 Introdução

A concepção da medição do desemprego deriva das recomendações saídas das Conferências Internacionais de Estatísticos do Trabalho (CIET). Segundo esta recomendação, consideram-se desempregadas todas as pessoas de 15 e mais anos que na semana de referência (i) não trabalharam ou não tinham trabalho, (ii) estavam disponíveis para trabalhar e (iii) estavam à procura de trabalho ou emprego.

Para efeitos do IFTRAB, foi dispensado o critério “procura de emprego”, bastando o cumprimento das duas primeiras condições acima citadas para que a pessoa fosse considerada desempregada. Esta decisão foi tomada devido à exiguidade de centros de emprego no País. Deste modo, a definição de desempregado segundo a OIT utilizada neste inquérito inclui:

- **O Desempregado A** – aquele que para além dos dois critérios acima mencionados procurou activamente o emprego;
- **O Desempregado B** – aquele que para além dos dois critérios acima mencionados não procurou activamente o emprego.

O somatório destes dois tipos de desempregados constitui o numerador para o cálculo da taxa de desemprego segundo a definição geral, ou seja, segundo os critérios da Organização Internacional de Trabalho (OIT).

Como a definição do desemprego segundo a OIT não satisfaz as condições reais do País, decidiu-se agregar mais algumas condições para que uma pessoa seja considerada desempregada. É assim que se adaptou o desemprego segundo a definição nacional.

Consideram-se desempregados, segundo a definição nacional, todas as pessoas de 15 e mais anos que no período de referência estavam na situação de população desempregada (segundo OIT), incluindo aquelas pessoas que se tinham declarado como empregadas nas seguintes condições (que foram consideradas como **Desempregado** do tipo **C**):

- Trabalhadores ocasionais, isto é, sem trabalho regular.
- Trabalhadores por conta própria fora de agricultura com trabalho regular, mas que não exerceram a sua actividade no período de referência por razões económicas (falta de material, capital, avaria de equipamento, época de pousio, etc.);
- Trabalhadores agrícolas com trabalho regular que não exerceram a sua actividade no período de referência por razões económicas.
- A estas três condições foi agregada mais uma. Trata-se de trabalhadores familiares sem remuneração que não trabalharam durante o período de referência. Esta consideração foi feita por causa das condições de pobreza absoluta em que vive a maioria da população. Não se tem nenhuma certeza de que estes trabalhadores que não trabalharam, voltem a exercer qualquer tipo de trabalho num futuro próximo. A própria OIT também recomenda que os trabalhadores familiares sem remuneração que não trabalharam no período de

referência sejam considerados desempregados ou população não economicamente activa.

Deste modo, para fins de planificação do mercado de trabalho no País, a análise do desemprego feita neste relatório baseia-se no desemprego segundo a definição nacional. Assim, o numerador para o cálculo de taxa de desemprego segundo a definição nacional, é o somatório dos desempregados **A, B e C**.

O conceito principal a ser utilizado para caracterizar o desemprego neste relatório é a taxa de desemprego. Esta taxa é a relação entre as pessoas desempregadas e o total da população economicamente activa.

4.2 Taxas de desemprego

A medição do desemprego tem sido muito difícil nas condições socio-económicas dos países em vias de desenvolvimento, pelo facto de nestes países se verificar, com maior intensidade, actividades económicas de carácter informal e também, por a maioria de pessoas, mesmo que não tenha posto de trabalho, ter de praticar alguma actividade para sua subsistência. Nestas condições, o cálculo de taxas de desemprego utilizando as definições de trabalho ou emprego da OIT da semana de referência, tende a subestimar o desemprego nos países em desenvolvimento.

Por exemplo, dos resultados do Inquérito Integrado da Força de Trabalho de 2000/01³ realizado na Tanzânia, utilizando as duas definições, a da OIT (Organização Internacional de Trabalho) e adaptação local (Definição Nacional), produziu-se duas taxas de desemprego diferentes. A taxa de desemprego segundo a OIT foi de 5.1% e segundo a definição local, foi de 12.9%. Como se pode constatar, a taxa de desemprego segundo a definição nacional Tanzaniana foi mais elevada do que a da OIT.

O Quadro 4.1 apresenta taxas de desemprego de acordo com as definições geral (OIT) e nacional. Os dados mostram que existem diferenças significativas entre as taxas de desemprego calculadas considerando as duas definições. A taxa de desemprego segundo a OIT é de 7.5%, enquanto que segundo a definição nacional é de 18.7%. De acordo com os resultados, a taxa do desemprego utilizando a definição da OIT estaria a ser subestimada, principalmente na área rural, onde, segundo a definição da OIT, é de apenas 1.3% de pessoas desempregadas, enquanto que, segundo a definição local, é de 12.9%.

A questão fundamental que se pode colocar é, qual das taxas reflecte a realidade da situação do desemprego no país. Adaptação da definição do desemprego segundo a definição local, deve-se ao facto de se ter registado que existem muitas pessoas que declararam ter realizado algum trabalho na semana de referência mas que tal trabalho não tem sustentabilidade, isto é, o indivíduo não está seguro se voltará a desempenhar as actividades futuramente. Por outro lado, existem os trabalhadores familiares que não fizeram algo na semana de referência. Estes, seguramente que se aparecesse algum trabalho, iriam fazer. Por estas razões, pensamos que a definição do desemprego segundo a definição nacional deve satisfazer as condições do emprego

³ National Bureau of Statistics, Tanzania and Ministry of Labour, Youth Development and Sports (2002). Integrated Labour Force Survey, 2000/01, p.73

no país. Por isso, para questões de planificação, recomenda-se a utilização de taxas de desemprego segundo a definição nacional.

QUADRO 4.1 TAXAS DE DESEMPREGO POR DEFINIÇÃO GERAL E NACIONAL, 2004/05

Categorias de desempregado	Rural	Urbana	Total
A: Procurou activamente o trabalho	0.3	8.4	2.9
B: Não procurou activamente o trabalho	1.0	12.6	4.7
A + B: Definição Internacional (OIT)	1.3	21.0	7.5
C: Com emprego não sustentável	11.7	10.0	11.1
A +B+C: Definição Nacional	12.9	31.0	18.7

No Quadro 4.2 apresentam-se as taxas de desemprego por sexo e área de residência segundo a idade, considerando somente a definição nacional. Segundo os resultados do inquérito, a taxa de desemprego da população de 15 e mais anos em Moçambique é de 18.7%, sendo 14.7% para os homens e 21.7% para as mulheres.

QUADRO 4.2 TAXAS DE DESEMPREGO DA POPULAÇÃO DE 15 E MAIS ANOS POR ÁREA DE RESIDÊNCIA E SEXO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE, 2004/05

Idade	Total			Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	18.7	14.7	21.7	31.0	25.6	35.7	12.9	9.1	15.7
15 - 19	36.8	36.9	36.7	56.8	53.4	60.1	26.4	26.8	26.1
20 - 24	27.2	22.8	30.2	45.1	38.4	50.8	16.6	11.6	19.7
25 - 29	19.6	12.6	24.8	30.9	23.4	37.3	14.0	6.6	19.1
30 - 34	15.1	8.0	20.6	22.3	12.1	30.5	11.9	6.3	16.3
35 - 39	11.1	7.1	13.8	18.9	12.2	24.0	7.7	4.6	9.6
40 - 44	10.3	5.6	14.6	14.5	10.3	18.7	8.1	3.0	12.5
45 - 49	9.6	6.3	12.3	13.9	10.9	16.9	7.7	3.7	10.5
50 - 54	8.2	6.1	9.9	15.0	11.4	18.5	5.3	3.7	6.6
55 - 59	7.4	6.3	8.3	13.3	11.5	15.0	5.5	4.3	6.3
60 -64	9.2	7.0	11.1	15.9	13.8	17.6	7.2	5.0	9.0
65+	8.2	5.9	10.4	15.3	13.1	17.0	6.5	4.2	8.5

As taxas de desemprego são mais elevadas nas áreas urbanas (31.0%) que nas rurais (12.9%) e são ainda mais elevadas entre as mulheres do que entre os homens, 35.7% e 25.6%, respectivamente para áreas urbanas e 15.7% e 9.1%, respectivamente para as áreas rurais. O facto de as taxas de desemprego serem mais elevadas nas áreas urbanas, deve estar relacionado

com as condições socio-económicas de cada área de residência. A maioria das pessoas nas áreas rurais tem ocupação nas actividades agrícolas como trabalhadores por conta própria ou trabalhadores familiares sem remuneração. Este facto revela que o desemprego em Moçambique é um problema com maior intensidade no meio urbano do que no rural.

O desemprego em Moçambique é muito elevado nas primeiras idades e é muito mais elevado entre as mulheres mais jovens. Na idade de 20-24 anos, por exemplo, a taxa de desemprego é de 27.2% (sendo 22.8% para homens e 30.2% para mulheres). Na faixa etária de 15-19 anos, os dados mostram que, na área urbana, as taxas são ainda mais elevadas, sendo 56.8% para o total, e 53.4% e 60.1%, para homens e mulheres, respectivamente.

No geral, os dados apontam que o desemprego diminui com a idade e essa diminuição tende a ser mais acelerada a partir dos 40 anos de idade. Esta constatação sugere que o problema do desemprego no País afecta mais a população jovem. O que quer dizer que as novas gerações não encontram com facilidade o espaço no mercado de trabalho.

O Quadro 4.3 apresenta taxas de desemprego considerando algumas características seleccionadas. A informação contida neste quadro mostra que as Regiões, Norte e Centro do País são as que apresentam taxas relativamente menos elevadas do que a Região Sul, que tem taxa mais elevada, tanto para os homens assim como para as mulheres. A Região Sul é aquela que apresenta maior número da população urbana no país e esta deve ser a razão fundamental de esta apresentar taxas elevadas do desemprego, já que o desemprego é, no geral, mais elevado nas áreas urbanas.

Regista-se uma grande variação das taxas de desemprego a nível de províncias do País. As províncias do Niassa, com 31.7%, Maputo província, com 36.3%, Maputo Cidade, com 40.0%, são as que apresentam as mais elevadas taxas de desemprego, seguidas de Manica, com 23.9% e de Sofala, com 21.2%. No geral, em todas as províncias, as taxas de desemprego tendem a ser mais elevadas entre as mulheres do que os homens. Por exemplo, as taxas do desemprego são mais elevadas entre as mulheres nas províncias de Maputo Cidade, com 44.2%, Niassa, com 38.4% e Maputo província, com 37.1%.

Por nível de educação, as taxas de desemprego elevam-se à medida que o nível de educação se eleva. Assim, a taxa de desemprego passou de 13.9% para as pessoas sem nenhum nível de educação, para 34.2%, quase três vezes mais, nos indivíduos com o nível de educação Secundário ou mais. Esta tendência observa-se em ambos os sexos, mas com maior incidência no sexo feminino, onde as taxas são mais elevadas do que as dos homens.

QUADRO 4.3 TAXAS DE DESEMPREGO DA POPULAÇÃO DE 15 E MAIS ANOS(DEFINIÇÃO NACIONAL) POR SEXO, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, 2004/5

Características seleccionadas	Sexo		
	Homens	Mulheres	Total
Total	14.7	21.7	18.7
Área de residência			
Urbano	25.6	35.7	31.0
Rural	9.1	15.7	12.9
Região			
Norte	10.4	22.0	16.6
Centro	12.0	19.6	16.2
Sul	25.6	24.5	25.0
Províncias			
Niassa	23.2	38.4	31.7
Cabo Delgado	5.4	15.5	10.9
Nampula	9.9	21.0	15.7
Zambézia	8.3	13.5	11.2
Tete	10.3	21.7	16.5
Manica	20.8	26.3	23.9
Sofala	14.8	26.4	21.2
Inhambane	11.7	11.3	11.5
Gaza	18.0	15.4	16.3
Maputo Província	35.5	37.1	36.3
Maputo Cidade	35.2	44.2	40.0
Nível de educação			
Nenhum	8.0	15.7	13.9
Primário 1º Grau	11.6	21.1	16.5
Primário 2º Grau	20.2	38.1	27.0
Secundário e mais	27.7	45.8	34.2
Sem infor.	0.0	9.6	5.5
Estado Civil			
Solteiro(a)	37.0	39.9	38.1
Casado(a)	5.0	20.3	13.1
União marital	7.3	22.3	15.5
Divorciado(a)/Separado(a)	19.7	12.9	14.0
Viúvo(a)	7.5	8.6	8.5

Este facto de as taxas de desemprego aumentarem com o nível de educação parece ser coerente com a tendência verificada em relação à idade, onde as taxas foram mais elevadas nas idades mais jovens. Isto deverá estar relacionado com o facto de os indivíduos mais instruídos estarem concentrados nas camadas mais jovens da população.

Quanto ao estado civil, as taxas de desemprego são muito mais elevadas no seio dos solteiros (38.1%) do que entre os viúvos, 8.5%. Este facto parece também estar a corroborar com o factor idade, uma vez que os indivíduos solteiros na sua maioria concentram-se nas idades jovens.

4.3 Desemprego por trimestres

A amostra do IFTRAB, 2004/05 permitiu recolher a informação por quatro trimestres, correspondendo a várias épocas do ano. Este procedimento permite observar se o desemprego pode variar com as épocas do ano.

Como a recolha de dados iniciou em Outubro de 2004, **o primeiro trimestre**, corresponde aos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2004, **o segundo trimestre**, aos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2005, **o terceiro trimestre**, aos meses de Abril, Maio e Junho de 2005, e **o quarto e último trimestre**, aos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2005.

O Quadro 4.4 apresenta as taxas de desemprego representando os trimestres acima descritos. Os resultados indicam que as taxas de desemprego em todas áreas de residência e em ambos sexos tendem a subir ao longo do ano, isto é, do primeiro ao último trimestre, pois, a taxa passou de 16.8% no primeiro trimestre para 20.9% no último trimestre.

QUADRO 4.4 TAXAS DE DESEMPREGO POR ÁREA DE RESIDÊNCIA E SEXO, SEGUNDO TRIMESTRES, 2004/05

Trimestres	Total			Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Primeiro	16.8	14.0	18.9	29.1	23.8	34.2	11.1	8.5	12.8
Segundo	16.7	13.5	19.2	29.8	25.2	33.7	10.4	7.5	12.5
Terceiro	20.6	15.4	24.7	31.8	27.1	36.0	15.0	9.2	19.5
Quarto	20.9	16.1	24.6	33.3	26.5	39.3	15.4	11.0	18.7

Esta subida parece acompanhar as actividades agro-pecuárias, uma vez que a taxa é menor no primeiro trimestre que corresponde aos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, altura em que se começa a preparação dos campos agrícolas e sementeiras, e volta a subir nos meses de Julho, Agosto e Setembro, depois de se ter realizado as colheitas.

4.3 Tempo sem emprego e a procura de emprego

IFTRAB recolheu informação sobre o tempo sem emprego e a procura de emprego. Esta informação só foi possível recolher para as pessoas consideradas como desempregadas do tipo A e B, já que as do tipo C foram encontradas por adaptação. A informação sobre o tempo sem emprego foi dirigida a todos os desempregados (A e B) e enquanto que a informação sobre o tempo à procura de emprego foi apenas direccionada aos desempregados que procuraram activamente o trabalho, isto é, desempregados do tipo A.

A informação sobre o tempo sem emprego e tempo à procura de emprego pode permitir avaliar a incidência do desemprego ao longo do tempo. O Quadro 4.5 apresenta a distribuição percentual da população desempregada por tempo sem emprego segundo características seleccionadas. Os dados mostram que a maioria de desempregados está sem emprego há mais de 12 meses (78.3%), seguindo-se os que estão sem emprego, entre 1 a 3 meses (8,0%) e os com 7 a 12 meses (6.0%).

A distribuição percentual dos desempregados por tempo sem emprego segundo o sexo mostra que predominam desempregados com mais de 12 meses, tanto para os homens (72.4%) como para as mulheres (82.3%).

Por área de residência, tanto na área urbana como na rural predominam também os desempregados que estão há mais de 12 meses sem emprego. Esta tendência verifica-se também quando se toma em consideração o nível de educação e o estado civil dos entrevistados.

Entre as províncias também predomina o grupo de desempregados que estão sem emprego por mais de 12 meses. Entretanto, a Província de Gaza regista algumas percentagens significativas de pessoas que ficaram sem emprego entre um a três meses, 10.7% e Quatro a seis meses, também 10.7%. A província de Zambézia também tem uma percentagem significativa de desempregados que ficaram sem emprego entre um a três meses, 11.2%.

**QUADRO 4.5 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 E MAIS ANOS
DESEMPREGADA (DEFINIÇÃO GERAL) POR TEMPO QUE FICOU SEM EMPREGO,
SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, 2004/5**

Características seleccionadas	Tempo sem emprego						Total
	Menos de 1 mês	1 - 3 meses	4 - 6 meses	7 - 12 meses	Mais de 12 meses	Sem informação	
Total	2.9	8.0	4.8	6.0	78.3	0.0	100.0
Sexo							
Homens	4.7	11.1	5.1	6.7	72.4	0.0	100.0
Mulheres	1.8	5.9	4.6	5.5	82.3	0.0	100.0
Área de residência							
Urbano	2.9	7.6	5.0	5.6	78.9	0.0	100.0
Rural	3.5	10.9	3.3	8.7	73.4	0.2	100.0
Região							
Norte	1.3	5.1	2.2	3.3	88.2	0.0	100.0
Centro	2.2	7.1	3.1	7.4	80.1	0.0	100.0
Sul	3.6	9.1	6.0	6.4	74.9	0.0	100.0
Províncias							
Niassa	0.0	4.0	5.1	4.8	86.2	0.0	100.0
Cabo Delgado	0.5	5.5	4.1	2.5	87.4	0.0	100.0
Nampula	1.7	5.1	1.3	3.3	88.6	0.0	100.0
Zambézia	3.8	11.2	0.4	9.3	75.2	0.0	100.0
Tete	0.0	5.2	5.0	6.0	83.9	0.0	100.0
Manica	2.5	3.5	4.8	5.9	83.3	0.0	100.0
Sofala	1.6	6.4	3.8	7.1	81.1	0.0	100.0
Inhambane	2.4	5.0	0.8	8.7	82.7	0.5	100.0
Gaza	3.6	10.7	10.7	8.2	66.8	0.0	100.0
Maputo Província	4.7	9.8	5.6	6.2	73.7	0.0	100.0
Maputo Cidade	2.9	8.8	6.2	5.7	76.4	0.0	100.0
Nível de educação							
Nenhum	1.7	8.8	5.2	7.5	76.8	0.0	100.0
Primário 1º Grau	4.2	10.8	5.0	7.2	72.7	0.1	100.0
Primário 2º Grau	2.5	6.9	4.9	7.3	78.4	0.0	100.0
Secundário e mais	2.4	6.0	4.4	3.4	83.7	0.0	100.0
Estado Civil							
Solteiro(a)	2.9	8.2	4.1	5.5	79.3	0.0	100.0
Casado(a)	3.7	7.9	4.9	7.6	75.9	0.0	100.0
União marital	2.6	6.7	5.0	6.9	78.7	0.0	100.0
Divorciado(a)/Separado(a)	3.1	14.2	8.0	3.3	71.4	0.0	100.0
Viúvo(a)	7.2	7.9	8.0	5.7	71.2	0.0	100.0

Os resultados que são apresentados no Quadro 4.6 referem-se ao tempo em que os desempregados que procuraram activamente o trabalho, ficaram à procura dele. Os dados indicam que, no geral, 48.5% de desempregados tem mais de 12 meses à procura de emprego, seguindo os que estão entre um a três meses (18.0%), quatro a seis meses (12.2%). Por sexo, 52% de mulheres, passaram à procura de emprego por mais de 12 meses.

Por área de residência, regista-se que na área rural, grande parte de desempregados estão à procura de emprego entre um a seis meses (51.2%). A Região Centro é aquela que apresenta maior parte de desempregados com mais de 12 meses à procura de emprego (56.4%). As províncias de Niassa, Tete e Maputo província são aquelas em que a maior parte de desempregados ficaram entre um a seis meses à procura de emprego do que as restantes províncias, cuja maioria está por mais de doze meses.

Os desempregados com o Nível Secundário e mais são os que levam mais tempo à procura de emprego (55.8%) do que os de outros níveis de educação. Quanto por estado civil, os dados mostram que quase em todos os estados, a maioria de desempregados estão à procura de emprego por mais de doze meses.

**QUADRO 4.6 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 E MAIS ANOS
DESEMPREGADA POR TEMPO QUE FICOU À PROCURA DE EMPREGO, SEGUNDO
CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, 2004/05**

Características seleccionadas	Tempo que ficou à procura de emprego						Total
	Menos de 1 mes	1 – 3 meses	4 - 6 meses	7 - 12 meses	Mais de 12 meses	Sem informação	
Total	10.6	18.0	12.2	10.0	48.5	0.8	100.0
Sexo							
Homens	12.0	20.0	11.6	9.6	45.4	1.5	100.0
Mulheres	9.0	15.7	12.8	10.4	52.1	0.0	100.0
Área de residência							
Urbano	10.7	17.1	12.2	10.0	49.5	0.5	100.0
Rural	9.3	30.3	11.6	9.9	33.8	5.1	100.0
Região							
Norte	8.3	17.8	11.1	7.6	49.3	6.0	100.0
Centro	9.7	16.5	8.1	8.5	56.4	0.8	100.0
Sul	11.2	18.3	13.2	10.6	46.7	0.0	100.0
Províncias							
Niassa	4.0	15.7	31.1	19.5	29.8	0.0	100.0
Cabo Delgado	3.0	24.5	14.0	6.2	52.3	0.0	100.0
Nampula	10.8	16.2	6.0	5.5	52.5	9.1	100.0
Zambézia	12.2	18.5	0.0	4.9	64.5	0.0	100.0
Tete	8.7	29.9	20.4	6.0	35.0	0.0	100.0
Manica	8.9	10.5	12.1	13.3	55.2	0.0	100.0
Sofala	8.6	14.9	9.4	9.5	55.9	1.7	100.0
Inhambane	11.0	19.9	7.8	20.5	40.9	0.0	100.0
Gaza	8.7	19.9	12.3	8.2	50.8	0.0	100.0
Maputo Província	17.7	21.4	15.0	8.1	37.7	0.0	100.0
Maputo Cidade	7.6	15.7	12.7	12.0	52.0	0.0	100.0
Nível de educação							
Nenhum	10.9	30.2	3.4	9.1	46.4	0.0	100.0
Primário 1º Grau	14.4	23.1	13.4	8.7	39.0	1.3	100.0
Primário 2º Grau	11.8	14.7	15.2	12.2	46.0	0.1	100.0
Secundário e mais	7.6	15.8	10.4	9.3	55.8	0.9	100.0
Estado Civil							
Solteiro(a)	10.1	18.1	12.5	11.0	47.2	1.2	100.0
Casado(a)	7.5	15.8	12.3	12.6	51.9	0.0	100.0
União marital	11.7	19.0	11.4	8.1	49.4	0.4	100.0
Divorciado(a)/Separado(a)	11.1	16.3	15.9	6.9	49.8	0.0	100.0
Viúvo(a)	13.0	10.4	2.5	14.3	59.8	0.0	100.0

5. HORAS TRABALHADAS

A noção de horas trabalhadas está directamente ligada ao conceito de emprego. Os dados referentes às horas trabalhadas dão uma possibilidade ou podem ser usados na identificação do nível de participação da força de trabalho dentro da população empregada. Neste contexto, a informação sobre as horas trabalhadas permite que se classifique a população empregada de acordo com o número de horas trabalhadas e a consequente análise do emprego no concernente à dimensão das horas gastas no trabalho.

Neste capítulo, a análise das horas trabalhadas centra-se nas chamadas *horas habitualmente trabalhadas*, que correspondem àquelas horas que a pessoa empregada usualmente trabalha. É importante notar que, o conceito de horas habitualmente trabalhadas aplica-se tanto para as pessoas que trabalharam no período de referência (uma semana), bem como para aquelas que por diversas razões estavam ausentes do seu serviço.

5.1 Horas trabalhadas e posição do processo de trabalho

O Quadro 5.1 revela que, no geral, a maior proporção das pessoas empregadas estão nas categorias “*conta própria sem empregados*” e “*trabalhador familiar sem remuneração*”. Em contrapartida, o “*sector cooperativo*” e o “*sector público*” ostentam menores percentagens da população empregada.

Ao agregarmos a vertente sexo na análise, observamos que o feminino apresenta uma disposição percentual similar à aquela que foi previamente apresentada. Por seu turno, o sexo masculino difere do feminino, na ordem de disposição percentual que observou, onde o “*sector privado*” (12.5%) ocupa a posição imediatamente a seguir à posição “*conta própria sem empregados*” (65.5%).

É importante observar que, quando na análise se tem em conta a duração da jornada de trabalho convencional (40 horas semanais), particularmente no intervalo 40-49 horas, para além das categorias previamente identificadas, por ordem de importância percentual emergem as seguintes: “*sector privado*” (8.6%) e o “*governo*” (6.8%).

De notar que, para ambos os sexos, a população empregada que trabalhou 40 horas e mais, apresenta uma disposição percentual, onde as proporções de relevo pertencem a categoria “*conta própria sem empregados*”.

QUADRO 5.1 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 E MAIS ANOS EMPREGADA POR POSIÇÃO NO PROCESSO LABORAL, SEGUNDO HORAS TRABALHADAS HABITUALMENTE POR SEMANA, 2004/05

Horas trabalhadas	Posição no processo laboral									Total
	Governo	Sector Publico	Sector Privado	Conta Própria com empregados	Conta própria sem empregados	Trabalhador familiar sem remuneração	Pessoa ou agregado familiar privado	Sector cooperativo	ONG e outras associações	
Total	3.7	0.4	6.8	1.9	60.1	24.6	1.8	0.0	0.6	100.0
1 - 9	5.3	0.2	1.9	3.3	42.4	44.1	1.0	0.0	1.9	100.0
10 - 19	1.2	0.0	0.8	1.0	56.8	39.5	0.3	0.1	0.3	100.0
20 - 29	2.1	0.0	0.9	0.7	60.7	35.0	0.2	0.0	0.3	100.0
30 - 39	1.4	0.1	1.5	1.7	65.2	29.8	0.3	0.0	0.1	100.0
40 - 49	6.8	0.8	8.6	1.6	59.4	21.2	0.7	0.0	0.8	100.0
50+	3.8	0.5	15.7	3.8	56.8	12.0	6.5	0.0	0.9	100.0
Não Sabe	0.0	0.0	4.4	0.8	87.5	4.5	2.8	0.0	0.0	100.0
Homens	5.9	0.7	12.5	3.1	65.5	9.1	2.3	0.0	0.9	100.0
1 - 9	8.8	0.0	2.5	1.1	37.3	47.1	1.9	0.0	1.3	100.0
10 - 19	1.6	0.0	2.0	1.9	57.2	36.0	0.2	0.2	0.9	100.0
20 - 29	4.1	0.1	1.9	0.9	72.9	18.9	0.5	0.0	0.6	100.0
30 - 39	2.6	0.1	3.3	3.3	81.5	8.7	0.4	0.0	0.2	100.0
40 - 49	9.7	1.4	14.2	2.5	64.2	6.1	0.8	0.0	1.1	100.0
50+	5.0	0.7	21.0	4.6	57.1	4.9	5.6	0.0	1.1	100.0
Não Sabe	0.0	0.0	35.7	0.0	25.1	16.2	23.1	0.0	0.0	100.0
Mulheres	1.9	0.1	1.9	0.9	55.5	37.8	1.5	0.0	0.3	100.0
1 - 9	2.6	0.3	1.5	4.9	46.2	41.9	0.2	0.0	2.4	100.0
10 - 19	1.0	0.0	0.3	0.6	56.7	40.9	0.3	0.0	0.1	100.0
20 - 29	1.2	0.0	0.5	0.7	55.6	41.7	0.1	0.0	0.2	100.0
30 - 39	0.7	0.0	0.3	0.7	55.3	42.6	0.2	0.0	0.0	100.0
40 - 49	3.9	0.3	2.9	0.7	54.4	36.8	0.6	0.0	0.5	100.0
50+	1.7	0.2	6.1	2.2	56.3	24.8	7.9	0.1	0.7	100.0
Não Sabe	0.0	0.0	0.0	0.9	96.3	2.8	0.0	0.0	0.0	100.0

5.2 Horas trabalhadas em função dos ramos de actividade

A maior parte da população empregada do nosso País encontra-se vinculada às actividades agrárias “*agricultura, produção animal, silvicultura e pesca*” (78.5%). No entanto, na maior parte dos países subdesenvolvidos, o ramo em causa engloba actividades que são desenvolvidas em moldes tradicionais como é o caso vertente. Esta modalidade de prática permite uma certa flexibilidade no respeitante ao número de horas por trabalhar e não exige como condição básica uma certa especialização. De notar que, neste ramo de actividade, as pessoas do sexo feminino superam as do masculino em termos percentuais (87.3% e 68.0%, respectivamente). Em contraste, as pessoas vinculadas aos ramos de “*indústria extractiva*”, “*saúde e acção social*” e “*transportes, armazenagem e comunicações*”, exibem percentagens ínfimas, inferiores a uma unidade percentual.

Um aspecto a ter em conta é o facto de, com excepção do ramo de “*agricultura, produção animal, silvicultura e pesca*”, nos restantes, a grande proporção dos empregados neles vinculados trabalharem habitualmente 40 horas ou mais. Esta situação é muito provável que seja um indicativo de que, um número considerável de empregados vinculados ao ramo de “*agricultura, produção animal, silvicultura e pesca*”, estejam na condição de subempregados.

De entre as pessoas vinculadas aos ramos de “*administração*”, “*serviços*”, “*indústria extractiva*” e “*produção e distribuição de electricidade, gás, água e construção*”, as que trabalharam 40 e mais horas, ostentam as percentagens mais elevadas. Esta situação sugere que, nesses ramos, estão inseridas actividades que obedecem uma certa rigidez no concernente ao número de horas habitualmente trabalhadas por semana e a maior parte dessas mesmas pessoas, possivelmente estejam no sector formal da economia.

Ainda na análise do Quadro 5.2, é importante notar que, as horas trabalhadas nos ramos de “*educação*” e de “*saúde*”, como era de esperar, estão em proporções relativamente diminutas, quando comparadas com os ramos de maior expressão percentual, como por exemplo, “*agricultura, produção animal, silvicultura e pesca*”, “*comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis*”. Contudo, na análise desta constatação requer-se um certo cuidado, dado que os profissionais vinculados aos ramos de educação e saúde, em muitas ocasiões, as horas que habitualmente trabalham não atingem a fasquia convencional, visto que a duração normal das suas jornadas de trabalho é menor que a convencional.

QUADRO 5.2 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 E MAIS ANOS EMPREGADA POR RAMOS DE ACTIVIDADE, SEGUNDO HORAS TRABALHADAS HABITUALMENTE POR SEMANA E SEXO, 2004/05

Horas Trabalhadas	Ramos de Actividade										
	Agricultura, pecuária, pesca e silvicultura	Industrias extractivas	Indústrias transformadoras	Electricidade, gás, água e construção	Comércio a grosso, a retalho e reparação de veículos	Transportes, armazenamento e comunicações	Serviços	Administração	Educação	Saúde e acção social	Total
Total	78.5	0.3	3.1	1.2	9.2	0.8	2.9	1.7	1.6	0.7	100
1 - 9	76.0	0.0	1.4	0.0	11.4	0.7	3.6	0.4	6.0	0.4	100
10 - 19	91.7	0.0	0.7	0.1	4.7	0.3	0.9	0.1	1.2	0.4	100
20 - 29	93.1	0.0	0.8	0.1	3.0	0.1	0.5	0.3	1.9	0.2	100
30 - 39	93.0	0.1	1.2	0.3	3.2	0.1	0.4	0.2	1.1	0.3	100
40 - 49	76.6	0.6	3.9	1.8	6.7	0.9	2.6	3.8	2.0	1.1	100
50+	53.3	0.3	6.4	2.6	23.0	2.0	8.2	2.0	1.3	0.9	100
Não sabe	12.1	0.0	4.0	0.0	80.4	0.0	3.5	0.0	0.0	0.0	100
Homens	68.0	0.6	5.5	2.6	11.7	1.6	4.0	2.9	2.3	0.8	100
1 - 9	79.3	0.0	2.1	0.0	1.5	0.8	5.1	0.0	11.2	0.0	100
10 - 19	86.9	0.0	0.8	0.2	7.7	0.6	1.4	0.0	1.8	0.8	100
20 - 29	87.3	0.0	1.7	0.2	5.1	0.4	1.1	0.5	3.7	0.1	100
30 - 39	88.6	0.2	2.1	0.7	4.5	0.3	0.6	0.3	2.0	0.7	100
40 - 49	66.0	1.1	6.3	3.4	8.5	1.6	3.5	5.7	2.8	1.2	100
50+	49.1	0.5	8.4	4.0	22.2	3.1	7.6	2.8	1.5	0.8	100
Não Sabe	35.7	0.0	18.1	0.0	29.1	0.0	17.1	0.0	0.0	0.0	100
Mulheres	87.3	0.0	1.2	0.1	7.0	0.1	2.0	0.7	1.0	0.5	100
1 - 9	73.5	0.0	0.9	0.0	18.9	0.7	2.5	0.8	2.1	0.7	100
10 - 19	93.8	0.0	0.7	0.0	3.4	0.1	0.6	0.2	0.9	0.2	100
20 - 29	95.6	0.0	0.5	0.1	2.1	0.0	0.3	0.2	1.2	0.2	100
30 - 39	95.7	0.0	0.7	0.0	2.5	0.0	0.2	0.2	0.5	0.1	100
40 - 49	87.6	0.0	1.4	0.2	4.8	0.3	1.6	1.9	1.3	1.1	100
50+	60.7	0.0	2.8	0.2	24.4	0.2	9.3	0.5	0.9	1.0	100
Não Sabe	8.7	0.0	2.0	0.0	87.7	0.0	1.6	0.0	0.0	0.0	100

5.3 Razões para trabalhar menos horas

O Quadro 5.3 apresenta as razões que foram identificadas para que a população empregada tenha trabalhado menos horas que as horas da jornada convencional no País. Por ordem de importância percentual, as razões frequentemente apontadas foram: “*ocupou-se com trabalhos domésticos*” (42.0%), “*duração normal de trabalho*” (19.2) e “*não encontra mais trabalho*” (12.9). Em contraste, a razão que foi menos apontada foi “*calamidades naturais*” (0.3%).

Quanto à razão que registou a frequência mais elevada (*ocupou-se com trabalhos domésticos*), importa referir que, a diferença registada entre o sexo masculino e feminino, é muito elevada, 4.2% e 61.3%, respectivamente, facto que não constitui surpresa. Esta situação sugere que muitas mulheres, particularmente as da área rural, embora se encontrem na situação de empregadas, continuam fortemente comprometidas com os trabalhos domésticos.

No respeitante às duas restantes razões, “*duração normal de trabalho*” e “*não encontra mais trabalho*”, os homens registaram proporções relativamente importantes, acima da média global do País.

As percentagens correspondentes à razão “*ocupou-se com trabalhos domésticos*”, não observaram uma diferenciação regional digna de realce. Contudo, ao nível de província, importa observar que, Maputo Cidade e a Província de Inhambane apresentam percentagens extremas naquela razão, 18.8% e 55.5%, respectivamente.

As razões “*ocupou-se com trabalhos domésticos*” e “*duração normal de trabalho*”, variam em função do nível de educação. A primeira razão varia no sentido inverso ao nível de educação. Isto é, quanto maior for o nível de educação, menor será a percentagem das pessoas que apontaram a referida razão. A segunda razão (*duração normal de trabalho*) varia na razão directa do nível de educação. Quanto maior for o nível de educação, maior será a percentagem dos empregados que apontaram a razão “*duração normal de trabalho*” como a que determinou que trabalhassem menos de 40 horas por semana.

QUADRO 5.3 POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS EMPREGADA POR RAZÕES DE TRABALHAR MENOS DE 40 HORAS POR SEMANA, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, 2004/05

Características seleccionadas	Razões de trabalhar menos horas											Total
	Doente, incapacitado velhice	Frequentava escola ou curso de formação	Não quis trabalhar mais horas	Ocupou-se com trabalhos domésticos	Não encontra mais trabalho	Indisponibilidade de campo	Falta de materiais, equipamento e recursos financeiros	Calamidades naturais	Duração normal de trabalho	Outra	Sem informação	
Total	9.1	6.6	6.1	42.0	12.9	1.3	0.4	0.3	19.2	1.4	0.7	100.0
Sexo												
Homens	8.8	11.6	10.6	4.2	27.2	2.1	0.5	0.2	31.4	2.5	0.9	100.0
Mulheres	9.2	4.0	3.9	61.3	5.6	0.9	0.3	0.3	13.0	0.9	0.6	100.0
Área de residência												
Urbano	7.0	9.0	6.2	36.5	11.3	0.9	1.4	0.3	24.6	2.1	0.6	100.0
Rural	9.5	6.1	6.1	43.2	13.2	1.4	0.2	0.3	18.0	1.3	0.7	100.0
Região												
Norte	11.4	6.2	5.3	42.4	14.2	2.5	0.5	0.1	15.5	1.3	0.5	100.0
Centro	7.6	6.6	6.5	40.2	16.2	0.7	0.2	0.0	19.3	1.5	1.2	100.0
Sul	8.5	7.0	6.7	44.2	6.2	0.9	0.4	0.9	23.6	1.4	0.2	100.0
Províncias												
Niassa	22.7	10.2	1.4	27.7	0.3	0.0	0.0	1.2	36.2	0.0	0.4	100.0
Cabo Delgado	17.8	20.2	3.3	19.4	1.4	0.6	0.0	0.0	31.9	2.7	2.6	100.0
Nampula	10.4	4.9	5.6	45.0	15.9	2.8	0.6	0.1	13.3	1.2	0.3	100.0
Zambézia	8.7	4.1	5.8	42.8	20.5	0.1	0.2	0.0	16.1	1.2	0.4	100.0
Tete	7.0	15.8	16.6	37.7	3.9	5.3	0.6	0.0	12.3	0.7	0.2	100.0
Manica	4.4	12.5	9.6	32.1	10.0	1.1	0.1	0.0	29.6	0.0	0.7	100.0
Sofala	3.9	11.7	2.4	32.8	3.8	0.7	0.3	0.0	33.4	4.7	6.2	100.0
Inhambane	11.4	10.6	1.2	55.5	9.8	1.7	0.4	0.1	8.7	0.4	0.1	100.0
Gaza	8.0	3.7	10.7	37.4	2.2	0.0	0.2	2.2	32.3	3.0	0.3	100.0
Maputo Província	3.2	3.7	13.5	37.2	4.9	0.5	0.9	0.0	35.8	0.3	0.0	100.0
Maputo Cidade	1.6	10.6	5.0	18.8	11.1	0.9	0.7	0.0	50.5	0.5	0.3	100.0
Nível de educação												
Nenhum	16.6	0.0	4.7	51.5	6.8	1.4	0.3	0.2	16.8	1.0	0.6	100.0
Primário 1º Grau	5.4	6.8	7.3	40.3	16.9	1.4	0.4	0.4	18.5	1.6	0.9	100.0
Primário 2º Grau	1.2	23.8	6.7	24.7	16.7	0.7	0.3	0.0	23.1	2.4	0.4	100.0
Secundário e mais	0.6	27.0	3.8	12.9	12.5	0.3	0.9	0.0	40.4	1.0	0.6	100.0
Estado civil												
Solteiro(a)	1.0	41.5	5.6	22.6	9.5	1.5	0.4	0.1	16.6	0.9	0.4	100.0
Casado(a)	12.2	0.6	4.9	44.2	13.1	2.2	0.4	0.2	20.3	1.5	0.4	100.0
União marital	4.7	0.9	6.7	47.0	15.4	1.3	0.3	0.3	20.8	1.8	0.7	100.0
Divorciado(a)/Separado(a)	12.1	1.2	6.4	51.1	12.2	0.7	0.8	0.1	13.5	0.7	1.1	100.0
Viúvo(a)	38.8	0.0	5.2	31.6	4.0	0.4	0.1	0.6	17.6	0.6	1.1	100.0

6. SUBEMPREGO

Moçambique não foge do contexto geral dos países em vias de desenvolvimento, onde se observa que uma parte substancial da sua força de trabalho não está vinculada ao chamado emprego formal, mas sim, e duma forma expressiva, encontra-se comprometida com actividades económicas caracterizadas fundamentalmente por baixa produtividade e, muita das vezes, aliadas a baixos rendimentos.

Neste capítulo, a análise que nos propusemos a apresentar é direccionada ao subemprego visível, que é aquele que, em última instância, reflecte, até certo ponto, a insuficiência em termos de volume de trabalho e que é uma das subcategorias da população empregada. Adicionalmente, é importante observar que uma pessoa que esteja na condição de subempregada tem um emprego remunerado ou pertence à categoria de trabalhador por conta própria com ou sem trabalhadores, que involuntariamente tenha trabalhado menos horas em relação à jornada de trabalho convencional (40 horas semanais) e que procura ou está disponível para trabalhar mais horas no período de referência.

No respeitante ao subempregado invisível, que teoricamente reflecte a má distribuição dos recursos laborais, é no entanto um conceito analítico e a sua análise requer dados sobre a produtividade das pessoas, qualificações académicas e profissionais e salários. Portanto, nesta publicação esta categoria do subemprego não é analisada.

6.1 Taxas de subemprego

O Quadro 6.1 apresenta as taxas do subemprego no País. A primeira constatação, que é ilustrada pelo quadro em referência, prende-se com a diferenciação do subemprego em função do sexo, área de residência e outras variáveis. Neste contexto, a taxa de subemprego masculina é mais elevada, chegando a ser mais que o dobro da feminina (18.6% e 8.3%, respectivamente).

No concernente ao subemprego por área de residência, como era de esperar, a taxa de subemprego regista cifras mais elevadas na área rural (14.0%) que na urbana (10.3%). Entretanto, na área urbana, as taxas apresentadas em ambos sexos não indicam uma diferenciação digna de realce. Em contrapartida, na área rural, elas atingem diferenças assinaláveis, onde o sexo masculino chega a atingir quase o triplo (22.2%) da taxa feminina (7.5%). Este fenómeno, que é muito pouco estudado entre nós, pode ser o reflexo de uma economia de baixos rendimentos, sobretudo a agrária, que é aquela que emprega a maior parte da população do País.

Numa análise do subemprego por regiões, é notório que a região Norte é a que exhibe a maior taxa de subemprego do País (14.2%), contra 13.0% e 11.4% ostentadas pelas regiões Centro e Sul, respectivamente.

O nível de educação é uma outra importante variável a ter em consideração na análise do nível do subemprego. Neste contexto, exceptuando a categoria “nenhum”, constata-se que, no geral, o subemprego varia na razão inversa do nível de educação: à medida que o nível de educação aumenta, o subemprego diminui, tendo passado de 15.8% no Nível “Primário do 1º Grau” para 11.7% referentes à categoria “Secundário e mais”.

QUADRO 6.1 TAXAS DE SUBEMPREGO DA POPULAÇÃO DE 15 E MAIS ANOS POR SEXO, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, 2004/05

Características seleccionadas	Homens	Mulheres	Total
Total	18.6	8.3	13.0
Área de residência			
Urbano	9.9	10.7	10.3
Rural	22.2	7.5	14.0
Região			
Norte	21.8	6.6	14.2
Centro	18.3	8.4	13.0
Sul	13.4	10.0	11.4
Províncias			
Niassa	5.6	3.1	4.4
Cabo Delgado	3.2	1.3	2.2
Nampula	33.9	10.3	22.3
Zambézia	29.6	11.1	19.5
Tete	3.3	2.1	2.7
Manica	6.6	4.7	5.6
Sofala	14.8	10.2	12.4
Inhambane	20.3	9.5	13.3
Gaza	18.8	11.3	13.8
Maputo Província	7.5	11.6	9.7
Maputo Cidade	5.0	6.8	5.9
Nível de educação			
Nenhum	17.7	6.4	9.2
Primário 1º Grau	21.8	9.5	15.8
Primário 2º Grau	14.4	10.8	13.2
Secundário e mais	11.3	12.6	11.7
Estado civil			
Solteiro(a)	14.9	9.4	12.8
Casado(a)	18.0	7.3	12.9
União marital	20.1	8.1	14.1
Divorciado(a)/Separado(a)	15.5	12.0	12.6
Viúvo(a)	10.4	5.6	6.0

No concernente à variável estado civil, importa observar *à priori*, que fazendo o somatório das pessoas que vivem em “*união marital*” e as “*casadas*”, nota-se que as suas taxas de subemprego são relativamente altas que as das pessoas das restantes categorias. É provável que esta situação seja o resultado da grande pressão socio-económica que pessoas daquelas categorias comumente sofrem dos seus dependentes, o que, conseqüentemente, dita a sua predisposição em aceitar mais horas de trabalho. Não obstante, os “*viúvos(as)*” apresentam uma situação de subemprego relativamente baixa (6.0%). Esta situação pode ser justificada, em parte, pelo facto de a maioria das pessoas daquele estado civil possuírem, de um modo geral, idade relativamente

alta, conseqüentemente, sem ambição de trabalhar mais horas, independentemente dos seus rendimentos. Entretanto, outras razões que possam explicar a constatação identificada, carecem de uma análise mais aprofundada.

6.2 Taxas específicas da população subempregada

No geral, o subemprego, para além de ser diferencial quanto ao sexo e área de residência conforme já foi referenciado, é também diferencial quanto a idade. Ele apresenta taxas relativamente baixas nos grupos etários de 15-19 e 60 e mais anos. Esta situação pode ser o resultado, por um lado, de os jovens, no seu primeiro contacto com o mundo laboral, aceitarem qualquer trabalho independentemente das suas potencialidades e duração da jornada de trabalho e que, eventualmente, estejam no processo de adaptação ao mundo laboral, não estando, por conseguinte, preocupados em trabalhar mais horas. Por outro lado, o facto de os velhos estarem já no fim da sua vida activa em termos laborais, o que perfeitamente se explica que este subgrupo populacional se envolva em trabalhos flexíveis em termos de número de horas e que não esteja interessado em trabalhar mais horas.

No geral, o subemprego atinge o seu pico no grupo etário 30-34 anos e os seus valores mínimos no grupo etário 65 e mais anos.

No tocante a área de residência, o subemprego não apresenta uma tendência nova em relação ao que foi apresentado previamente.

QUADRO 6.2 TAXAS ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO SUBEMPREGADA POR ÁREA DE RESIDÊNCIA E SEXO, 2004/05

Idade	Total			Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	13.0	18.6	8.3	10.3	9.9	10.7	14.0	22.2	7.5
15 - 19	12.9	18.8	7.9	11.8	11.8	11.7	13.2	21.5	7.0
20 - 24	13.7	18.9	9.6	11.0	10.1	12.0	14.7	23.4	8.8
25 - 29	14.6	19.6	10.3	10.1	9.9	10.4	16.4	24.1	10.3
30 - 34	15.2	22.0	9.0	11.3	8.9	13.8	16.7	27.3	7.2
35 - 39	13.8	21.2	8.3	10.0	9.9	10.0	15.2	26.2	7.7
40 - 44	13.1	17.0	9.2	10.8	10.5	11.2	14.2	20.4	8.2
45 - 49	13.6	18.3	9.5	9.7	9.5	9.8	15.3	22.9	9.4
50 - 54	13.1	19.3	7.6	9.6	8.8	10.4	14.5	23.9	6.7
55 - 59	10.0	15.2	5.9	8.8	9.9	7.7	10.3	17.1	5.4
60 - 64	8.7	15.7	2.7	9.3	12.6	6.5	8.5	16.5	1.6
65+	5.0	8.3	2.0	4.9	6.6	3.4	5.1	8.7	1.6

6.3 População subempregada por posição no processo laboral

A maioria dos subempregados trabalha nas categorias “*conta própria sem empregados*” (71.3%) e “*trabalhadores familiares sem remuneração*” (18.9%). Em contrapartida, o “*sector público*” e “*pessoa ou agregado privado*” apresentam valores muito inferiores, que nem atingem uma unidade percentual.

É importante registar que, na categoria “*conta própria sem empregados*”, a percentagem ostentada pelos homens, supera a das mulheres. Por seu turno, na categoria “*pessoa ou agregado privado*”, a percentagem das mulheres, supera a dos homens.

6.3 POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS SUBEMPREGADA POR PROCESSO LABORAL, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS 2004/05

Características Seleccionadas	Posição no processo laboral									Total
	Governo	Sector Publico	Sector Privado	Conta Própria com empregados	Conta própria sem empregados	Trabalhador familiar sem remuneração	Pessoa ou agregado familiar privado	Sector cooperativo	ONG e outras associações	
Total	4.0	0.1	2.4	2.2	71.3	18.9	0.5	0.0	0.6	100.0
Sexo										
Homens	3.7	0.1	2.7	2.9	78.8	10.8	0.5	0.0	0.5	100.0
Mulheres	4.7	0.0	1.7	0.9	57.1	34.2	0.6	0.0	0.8	100.0
Área de residência										
Urbano	12.2	0.4	5.6	3.2	61.2	13.4	2.0	0.0	1.9	100.0
Rural	1.8	0.0	1.5	1.9	74.0	20.4	0.1	0.0	0.3	100.0
Região										
Norte	4.3	0.0	1.0	0.5	75.7	18.1	0.4	0.0	0.0	100.0
Centro	3.5	0.2	1.9	3.8	73.2	16.7	0.3	0.0	0.5	100.0
Sul	4.7	0.1	5.6	1.8	60.1	24.6	1.2	0.0	1.8	100.0
Províncias										
Niassa	16.7	0.0	1.5	0.0	44.6	36.1	0.5	0.0	0.6	100.0
Cabo Delgado	19.2	0.8	3.5	4.4	51.5	15.1	5.6	0.0	0.0	100.0
Nampula	3.0	0.0	0.9	0.4	78.1	17.5	0.1	0.0	0.0	100.0
Zambézia	1.2	0.0	1.0	2.5	78.2	16.9	0.0	0.0	0.2	100.0
Tete	31.5	0.4	1.8	6.8	41.1	16.2	0.5	0.0	1.6	100.0
Manica	12.0	0.0	3.4	2.4	54.9	25.1	0.0	0.0	2.2	100.0
Sofala	3.6	0.8	4.6	9.0	66.5	13.1	1.5	0.0	0.9	100.0
Inhambane	2.1	0.0	2.1	0.0	57.2	38.2	0.4	0.0	0.0	100.0
Gaza	3.2	0.0	5.8	1.8	68.9	17.8	0.2	0.0	2.4	100.0
Maputo Província	7.9	0.5	7.7	3.0	58.7	18.4	2.1	0.0	1.6	100.0
Maputo Cidade	15.2	0.0	16.2	7.1	42.3	4.3	6.9	0.3	7.7	100.0
Nível de educação										
Nenhum	0.4	0.0	2.0	0.6	70.6	25.8	0.7	0.0	0.0	100.0
Primário 1º Grau	0.7	0.0	1.5	1.9	78.2	17.0	0.4	0.0	0.4	100.0
Primário 2º Grau	4.3	0.5	5.1	5.2	63.3	19.8	0.8	0.0	1.1	100.0
Secundário e mais	44.6	0.6	6.4	5.3	28.8	9.4	0.9	0.0	4.0	100.0
Estado civil										
Solteiro(a)	3.7	0.1	5.3	0.2	33.2	54.2	1.4	0.0	1.9	100.0
Casado(a)	4.6	0.1	1.2	2.1	76.9	15.0	0.0	0.0	0.2	100.0
União marital	4.0	0.1	2.0	2.9	76.6	13.7	0.3	0.0	0.4	100.0
Divorciado(a)/Separado(a)	3.6	0.0	2.0	1.3	77.7	12.5	1.8	0.0	1.1	100.0
Viúvo(a)	4.2	0.3	2.6	0.0	89.7	2.7	0.0	0.0	0.5	100.0

6.4 Estrutura ocupacional da população subempregada

No geral, a estrutura ocupacional da população subempregada revela que, a esmagadora maioria dos trabalhadores subempregados é constituída por trabalhadores vinculados às actividades agrárias. Como era de esperar, sem distinção de sexo, agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca constituem a maioria, não só na área rural, onde cobrem praticamente o universo dos subempregados, mas também na área urbana, onde mais de metade dos subempregados (55.8%) estão vinculados naquela ocupação. De notar que as mulheres exibem percentagem mais elevada que a dos homens.

Entretanto, é importante observar que, ocupações como “*pessoal dos serviços e vendedores*” e “*técnicos e profissionais de nível intermédio*” apresentam percentagens salientes, sobretudo na área urbana, onde na primeira ocupação, as mulheres superam os homens (19.3% e 11.0%, respectivamente) e, em contraste, na segunda ocupação a situação é inversa (10.7% e 13.3%, respectivamente).

QUADRO 6.4 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 E MAIS ANOS SUBEMPREGADA POR ÁREA DE RESIDÊNCIA E SEXO, SEGUNDO A OCUPAÇÃO 2004/05

Ocupação	Total			Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	100.0								
Quadros superiores da administração pública, dirigentes	0.5	0.5	0.3	1.8	2.6	1.1	0.1	0.1	0.0
Especialistas das profissões intelectuais e cientistas	0.4	0.5	0.3	1.9	3.1	0.8	0.0	0.1	0.0
Técnicos e profissionais de nível intermédio	4.4	4.3	4.4	12.0	13.3	10.7	2.3	2.6	1.5
Pessoal administrativo e similares	0.1	0.1	0.3	0.6	0.5	0.6	0.0	0.0	0.1
Pessoal dos serviços e vendedores	4.6	3.4	6.9	15.2	11.0	19.3	1.7	1.9	1.2
Agricultores e trabalhadores qualificados da agric. e pesca	85.4	86.3	83.7	55.8	54.4	57.2	93.5	92.4	96.0
Operários, artífices e trabalhadores similares	2.2	2.6	1.5	5.6	8.0	3.4	1.3	1.5	0.6
Operadores de instalações e máquinas e trab.da montagem	0.2	0.4	0.0	0.4	0.9	0.0	0.2	0.3	0.0
Trabalhadores não qualificados	2.2	1.9	2.6	6.7	6.3	7.0	1.0	1.1	0.6

6.5 Horas habitualmente trabalhadas pela população subempregada

A população subempregada apresenta uma proporção importante da sua população que trabalha habitualmente entre 30 e 39 horas semanais (47.0%). Embora sem uma expressão percentual de destaque, dois por cento de subempregados trabalham habitualmente entre 1 e 9 horas. Quanto ao sexo, as proporções apresentadas são ligeiramente diferentes, com destaque ao sexo masculino que supera o feminino, com 49.1% e 46.2%, respectivamente.

Ao nível regional, as percentagens mais elevadas dos subempregados que trabalham habitualmente 30-39 horas, registaram-se no Centro e Norte do País, com 53.5% e 51.0%, respectivamente.

QUADRO 6.5 POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS SUBEMPREGADA POR HORAS TRABALHADAS HABITUALMENTE, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, 2004/05

Características seleccionadas	Horas habitualmente trabalhadas				Total
	1 - 9 horas	10 - 19 horas	20 - 29 horas	30 - 39 horas	
Total	2.0	14.9	36.1	47.0	100.0
Sexo					
Masculino	2.9	15.3	32.7	49.1	100.0
Feminino	1.7	14.7	37.4	46.2	100.0
Área de residência					
Urbano	3.8	16.6	36.9	42.7	100.0
Rural	1.6	14.5	35.9	48.0	100.0
Região					
Norte	1.1	9.3	38.5	51.0	100.0
Centro	1.3	13.4	31.7	53.5	100.0
Sul	4.5	25.6	40.3	29.6	100.0
Províncias					
Niassa	0.4	7.3	20.2	72.1	100.0
Cabo Delgado	0.9	8.8	19.9	70.4	100.0
Nampula	1.2	9.5	40.7	48.7	100.0
Zambézia	0.8	15.2	33.6	50.5	100.0
Tete	3.8	10.4	19.4	66.4	100.0
Manica	3.0	7.0	27.9	62.1	100.0
Sofala	1.7	9.9	32.3	56.1	100.0
Inhambane	3.1	25.3	44.5	27.1	100.0
Gaza	4.6	27.4	36.2	31.8	100.0
Maputo Província	9.4	22.7	34.8	33.1	100.0
Maputo Cidade	10.1	19.4	38.7	31.9	100.0
Nível de educação					
Nenhum	0.7	13.5	36.9	48.9	100.0
Primário 1º Grau	1.8	14.0	35.7	48.6	100.0
Primário 2º Grau	6.5	22.8	37.0	33.7	100.0
Secundário e mais	7.7	23.1	31.4	37.7	100.0
Estado civil					
Solteiros	6.9	27.9	36.6	28.5	100.0
Casados	1.1	10.7	37.0	51.2	100.0
União marital	0.8	11.0	35.4	52.9	100.0
Divorciado/Separado	1.1	12.0	37.2	49.7	100.0
Viúvo(a)	2.1	22.0	36.9	39.0	100.0

Ainda na observação dos subempregados que estão no grupo dos que trabalharam (30-39 horas), que é muito próximo da jornada laboral convencional, as províncias de Niassa e Inhambane são as que ostentam percentagens extremas, 72.1% e 27.1%, respectivamente.

É interessante notar que, a categoria “casado” é um importante elemento de diferenciação do número de horas trabalhadas habitualmente pelos subempregados. Assim, para os que trabalham habitualmente 30-39 horas por semana, os subempregados casados e os que vivem em união marital, apresentam percentagens mais altas que os subempregados das restantes categorias do estado civil.

6.6 Horas trabalhadas pela população subempregada por posição no processo de trabalho

O Quadro 6.6 apresenta a população subempregada por posição no processo laboral, em função das horas trabalhadas habitualmente por semana. Por ordem de importância percentual, no geral, as posições “*conta própria sem empregados*”, “*trabalhador familiar sem remuneração*” e “*Governo*”, são as que se destacam.

Os subempregados inseridos na posição “*conta própria sem empregados*”, no geral, à medida que as horas trabalhadas habitualmente aumentam, a percentagem deles também aumenta. Entretanto, quando agregamos a vertente sexo na análise, verifica-se que, em ambos sexos registou-se um movimento percentual oscilatório.

Por seu turno, para os subempregados pertencentes à posição “*trabalhador familiar sem remuneração*”, grosso modo, as percentagens dos que trabalham habitualmente 1-9 horas semanais, são mais elevadas que as dos que trabalham habitualmente 30-39 horas semanais. Por fim, os subempregados de ambos os sexos vinculados ao “*Governo*” registaram uma convergência: a percentagem dos seus subempregados varia na razão inversa do número de horas trabalhadas habitualmente por semana. Assim, as maiores percentagens são alcançadas no intervalo de 1 a 9 horas, sendo as menores proporções no intervalo de 30 a 39 horas.

QUADRO 6.6 POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS SUBEMPREGADA POR POSIÇÃO NO PROCESSO LABORAL, SEGUNDO HORAS QUE TRABALHA HABITUALMENTE POR SEMANA, 2004/05

Horas trabalhadas	Posição no processo laboral									
	Governo	Sector Publico	Sector Privado	Conta Própria com empregados	Conta própria sem empregados	Trabalhador familiar sem remuneração	Pessoa ou agregado familiar privado	Sector cooperativo	ONG e outras associações	Total
Total	4.0	0.1	2.4	2.2	71.3	18.9	0.5	0.0	0.6	100.0
1 - 9	21.6	0.9	8.7	4.8	28.4	23.4	1.9	0.0	10.4	100.0
10 - 19	4.6	0.0	2.7	1.8	62.8	25.4	1.6	0.0	1.1	100.0
20 - 29	6.0	0.1	1.8	1.0	64.8	24.6	0.6	0.0	1.0	100.0
30 - 39	2.6	0.1	2.5	2.8	76.9	14.7	0.3	0.0	0.2	100.0
Homens	3.7	0.1	2.7	2.9	78.8	10.8	0.5	0.0	0.5	100.0
1 - 9	30.8	0.1	2.7	2.9	78.8	10.8	0.5	0.0	0.5	100.0
10 - 19	2.5	0.0	10.4	3.2	24.7	22.6	3.2	0.0	5.1	100.0
20 - 29	5.8	0.0	3.9	2.7	61.7	26.8	0.7	0.0	1.7	100.0
30 - 39	2.5	0.2	1.8	1.0	75.6	13.8	0.8	0.0	1.0	100.0
Mulheres	4.7	0.0	1.7	0.9	57.1	34.2	0.6	0.0	0.8	100.0
1 - 9	9.1	2.0	6.4	7.0	33.5	24.4	0.0	0.0	17.6	100.0
10 - 19	6.8	0.0	1.4	0.9	63.9	23.9	2.5	0.0	0.5	100.0
20 - 29	6.3	0.0	1.8	1.1	50.2	39.4	0.3	0.0	0.9	100.0
30 - 39	2.6	0.0	1.6	0.5	61.1	33.5	0.4	0.0	0.3	100.0

6.7 População subempregada por ramos de actividade, segundo horas trabalhadas habitualmente

O Quadro 6.7 indica que a maior parte dos subempregados de ambos os sexos desenvolveram a sua actividade no ramo da “*agricultura, produção animal, silvicultura e pesca*” (95.2%). De notar que os subempregados do sexo feminino, neste ramo, apresentam-se na dianteira em termos percentuais, como era de esperar. Contudo, assinala-se uma distribuição similar em termos percentuais em todos os grupos de horas seleccionados (desde 1-9 até 30-39 horas semanais) em ambos os sexos. É importante observar que, o cenário anteriormente identificado, é muito provável que seja consequência do tipo de actividades que são desenvolvidas naquele ramo, que no geral, se traduzem em baixo rendimento e também baixa produtividade média.

Por ordem de importância percentual, os subempregados do ramo de “*comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis*” (3.0%), ocupam a segunda posição. Neste ramo, embora não seja possível identificar uma tendência clara, contrariamente ao que foi observado no primeiro ramo, os homens subempregados superaram as mulheres (4.9% e 2.3%, respectivamente). De notar que, a maior percentagem das pessoas subempregadas naquele último ramo trabalham habitualmente entre 1-9 e 10-19 horas por semana.

QUADRO 6.7 POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS SUBEMPREGADA POR RAMOS DE ACTIVIDADE, SEGUNDO HORA TRABALHADAS HABITUALMENTE POR SEMANA E SEXO, 2004/05

Horas trabalhadas	Ramos de actividade										Total
	Agricultura, pecuária, pesca e silvicultura	Indústrias Extractivas	Indústrias transformadoras	Electricidade, gás, água e construção	Comércio a grosso, a retalho e reparação de veículos	Transportes, armazenamento e comunicações	Serviços	Administração	Educação	Saúde e acção social	
Total	95.2	0.0	0.8	0.1	3.0	0.1	0.3	0.0	0.2	0.2	100.0
1 - 9	84.9	0.0	1.4	0.0	10.0	0.4	1.4	0.0	1.6	0.2	100.0
10 - 19	94.2	0.0	0.6	0.1	4.0	0.2	0.6	0.0	0.2	0.3	100.0
20 - 29	96.2	0.0	0.8	0.1	2.2	0.1	0.2	0.1	0.2	0.1	100.0
30 - 39	95.3	0.0	0.8	0.2	3.0	0.0	0.2	0.0	0.2	0.3	100.0
Homens	91.3	0.1	1.3	0.4	4.9	0.2	0.5	0.1	0.7	0.5	100.0
1 - 9	92.4	0.0	1.6	0.0	0.9	0.0	1.5	0.0	3.5	0.0	100.0
10 - 19	90.5	0.0	0.4	0.2	6.8	0.3	0.6	0.0	0.8	0.4	100.0
20 - 29	92.2	0.0	1.6	0.2	3.9	0.3	0.6	0.3	0.8	0.1	100.0
30 - 39	91.0	0.1	1.3	0.6	5.2	0.1	0.4	0.0	0.4	0.9	100.0
Mulheres	96.8	0.0	0.6	0.0	2.3	0.0	0.2	0.0	0.1	0.1	100.0
1 - 9	79.8	0.0	1.3	0.0	16.3	0.6	1.4	0.0	0.3	0.4	100.0
10 - 19	95.7	0.0	0.6	0.0	2.8	0.1	0.5	0.0	0.0	0.2	100.0
20 - 29	97.6	0.0	0.5	0.0	1.6	0.0	0.1	0.0	0.0	0.1	100.0
30 - 39	97.0	0.0	0.6	0.0	2.2	0.0	0.1	0.0	0.1	0.1	100.0

7. RECEITAS

Embora se reconheça que o nível de receitas dos agregados familiares não tem caracterizado automaticamente o seu bem-estar, mas sim, representam apenas o potencial base do nível de vida, tem sido frequente, nos inquéritos sobre a força de trabalho e de orçamento familiar, recolher a informação sobre o nível de receitas. O IFTRAB 2004/05, não fugiu desta regra, portanto, recolheu informações sobre as receitas do trabalho dependente, isto é, do trabalho de outrem e por conta própria.

As receitas do trabalho de outrem foram obtidas perguntando a cada membro de agregado familiar que trabalhou ou tinha trabalho na semana de referência, qual era o valor monetário total ganho nas actividades económicas principal, secundária e noutras actividades económicas. Enquanto que, as receitas provenientes do trabalho por conta própria fora de agricultura foram obtidas perguntando aos membros de agregado familiares que desenvolveram actividades de negócios fora de agricultura, o montante de dinheiro movimentado durante o mês ou semana e o montante de dinheiro no início do período e, por subtracção, se obteve a receita (ou lucro) proveniente do negócio por conta própria.

Experiências de outros inquéritos em Moçambique e também de outros países, mostram que os dados sobre as receitas são muitas vezes difíceis de captar e se captadas são subvalorizadas, pelo facto de, no geral, os inquiridos não declararem correctamente as informações sobre suas receitas. No IFTRAB 2004/05 as perguntas sobre as receitas, foram feitas no fim da entrevista, quando já se tinha estabelecido um ambiente de confiança entre o inquiridor e o entrevistado. Este facto poderá ter contribuído na melhoria da qualidade na recolha desta informação.

Portanto, nesta parte do relatório, faz-se análise das receitas provenientes do trabalho de outrem e por conta própria. Quanto às receitas provenientes do trabalho de outrem, incluem as receitas ganhas somente na actividade económica principal de cada membro do agregado familiar e receita por agregado familiar, isto é, o somatório de receitas recebidas por todas as pessoas que trabalharam no agregado familiar.

7.1 Receita média mensal dos assalariados

Para a descrição e análise das receitas monetárias ganhas no trabalho de outrem e por conta própria na actividade económica principal, utiliza-se a **receita mediana**, isto é, a receita que divide a população em duas partes iguais: **50 % com receita abaixo** do valor mediano e **50% acima** do valor mediano. Não se utilizou a receita média, porque a média é um valor vulnerável aos valores extremos.

De acordo com os resultados do IFTRAB 2004/05, metade da população assalariada em Moçambique auferia uma receita inferior a 1.098 mil Meticais por mês, enquanto a outra parte recebe acima deste valor. Por sexo, a receita mediana dos homens é de 1.062 mil Meticais, quer dizer, 50% de homens que trabalha por conta de outrem recebem um valor abaixo da receita mediana; e esta receita de homens é relativamente inferior à receita mediana de mulheres, pois, a de mulheres é de 1.121 mil Meticais (Veja-se no Quadro 7.1). Esta receita mediana, obtida a partir do IFTRAB, 2004/05, está muito próximo do salário mínimo vigente no país, desde Abril de 2005. Se este facto representa a realidade do país, então 50% de pessoas que trabalham em Moçambique recebem uma remuneração muito abaixo do salário mínimo.

Quadro 7.1 Receitas medianas mensais provenientes da actividade económica principal por sexo, segundo características seleccionadas, 2004/05

Características Seleccionadas	Receita mediana mensal (em mil Meticaís)		
	Homens	Mulheres	Total
Total	1,062	1,121	1,098
Área de residência			
Urbano	1,313	1,100	1,250
Rural	700	550	600
Região			
Norte	1,000	1,225	1,000
Centro	1,050	800	1,000
Sul	1,400	950	1,200
Províncias			
Niassa	1,300	1,213	1,275
Cabo Delgado	1,370	1,260	1,350
Nampula	700	1,368	800
Zambézia	1,000	800	1,000
Tete	1,000	955	1,000
Manica	1,165	1,045	1,150
Sofala	1,000	600	1,000
Inhambane	1,200	550	1,050
Gaza	1,000	612	885
Maputo Província	1,450	900	1,200
Maputo Cidade	1,565	1,160	1,500
Nível de educação			
Nenhum	500	400	450
Primário 1º Grau	840	500	750
Primário 2º Grau	1,200	800	1,116
Secundário e mais	2,200	2,000	2,100
Estado Civil			
Solteiro(a)	500	700	570
Casado(a)	1,687	2,000	1,700
União marital	1,300	1,000	1,250
Divorciado(a)/Separado(a)	1,090	900	1,000
Viúvo(a)	1,200	1,000	1,050

Os dados mostram que a situação é mais crítica na área rural, onde metade dos assalariados recebe, por mês, uma remuneração abaixo de 600 mil Meticaís, contra os 1.250 mil Meticaís na área urbana. Se tomar a receita como a principal base para o bem-estar dos agregados, então a luta contra a pobreza absoluta deve-se concentrar mais nas áreas rurais, onde a situação é drástica. A região sul do país é a que apresenta salário mediano mensal mais alto em relação às outras regiões, visto que metade da população assalariada auferir por mês um valor abaixo e acima de 1,200 mil Meticaís.

As províncias de Nampula e Gaza, são as que apresentam as receitas medianas mensais mais baixas em relação à média do país, pois metade de assalariados destas províncias auferem, por mês, remunerações abaixo de 800 e 885 mil Meticaís, respectivamente. Ao passo que a receita mediana mais alta se regista na Cidade de Maputo, onde metade dos assalariados auferem uma remuneração acima de 1.500 mil Meticaís, seguida das províncias de Cabo Delgado, com 1.350 mil Meticaís, Niassa, com 1.275 mil Meticaís e Maputo província, com 1.200 mil Meticaís.

O salário mediano mensal varia de acordo com o nível de escolaridade. À medida que o nível de escolaridade sobe, o nível de receita mediana mensal também sobe. Alto nível de escolaridade implica, também, alto salário mediano. Por exemplo, o IFTRAB, 2004/05 apurou que o salário mediano passa de 450 mil Meticaís, nos indivíduos sem nenhum nível de educação, para 2.100 mil Meticaís, nos assalariados com o nível secundário ou mais.

Por último, os dados mostram que o salário mediano varia de acordo com estado civil dos indivíduos. Assim, os indivíduos casados e unidos maritalmente apresentam salários medianos mais elevados do que os solteiros.

7.2 Receitas por agregado familiar

As receitas medianas mensais por agregado familiar são apresentadas no Quadro 7.2, onde se nota que metade dos agregados familiares em Moçambique tem uma receita proveniente de actividade económica principal, abaixo de 1.125 mil Meticaís, sendo muito mais baixo nos agregados chefiados por mulheres, com uma receita mediana de 867 mil Meticaís, contra os 1.200 mil Meticaís nos chefiados pelos homens. Se tomarmos em conta a área de residência, tal como aconteceu nos salários de cada membro, a área rural continua a apresentar um salário mediano por agregado quase duas vezes inferior à média nacional, enquanto o das áreas urbanas encontra-se acima da média do país.

Os agregados da Região Sul são os que apresentam rendimentos medianos mais elevados em relação aos agregados das outras regiões, com uma receita mediana de 1.521 mil Meticaís. Por províncias, a maioria apresenta receitas medianas abaixo da média do país, destacando-se as províncias de Zambézia, Nampula e Gaza, com receitas mensais de 563 mil Meticaís, 700 mil Meticaís, e 800 mil Meticaís, respectivamente, por agregado. As províncias de Maputo província e cidade são as que têm receitas medianas mais elevadas.

Por nível de educação, os agregados cujos chefes têm nível de educação secundário e mais, apresentam receitas medianas por agregado superiores ao dobro da receita total do país, 2.600 mil Meticaís.

Por estado civil, também nota-se que o nível de receitas varia de acordo com o estado civil do chefe de agregado familiar, pois as receitas tendem a ser mais elevadas entre os agregados chefiados por casados e unidos maritalmente.

Quadro 7.2 Receitas medianas mensais de agregados familiares provenientes da actividade económica principal e por conta própria fora da agricultura por sexo do chefe, segundo características seleccionadas. IFTRAB, 2004/05

Características Seleccionadas	Receita mediana mensal (em mil Meticais)		
	Homens	Mulheres	Total
Total	1,200	867	1,125
Área de residência			
Urbano	1,725	1,102	1,520
Rural	700	500	650
Região			
Norte	953	700	900
Centro	1,040	600	1,000
Sul	1,900	997	1,521
Províncias			
Niassa	1,100	910	1,050
Cabo Delgado	1,160	990	1,100
Nampula	758	420	700
Zambézia	573	477	563
Tete	1,213	650	1,121
Manica	1,300	800	1,200
Sofala	1,200	542	1,083
Inhambane	1,233	867	1,083
Gaza	1,122	498	800
Maputo Província	2,135	1,207	1,800
Maputo Cidade	2,750	1,517	2,383
Nível de educação			
Nenhum	600	500	600
Primário 1º Grau	930	720	867
Primário 2º Grau	1,395	1,174	1,343
Secundário e mais	2,600	2,347	2,600
Estado Civil			
Solteiro(a)	1,200	1,100	1,150
Casado(a)	1,380	1,300	1,352
União marital	1,200	819	1,180
Divorciado(a)/Separado(a)	1,000	867	867
Viúvo(a)	1,200	700	800

7.3 Receitas medianas provenientes do trabalho por conta própria fora de agricultura

As receitas medianas mensais provenientes da conta própria fora da agricultura são apresentadas no quadro 7.3. De acordo com os dados, metade da população que trabalha por conta própria fora da agricultura tem um rendimento mensal inferior a 500 mil Meticais. Ao contrário dos assalariados, na conta própria, os homens tendem a ter um rendimento mediano mais elevado do que o das mulheres.

Na área rural, a receita mediana mensal é mais baixa que na urbana. A região sul do país é a que apresenta a receita mediana mensal muito mais elevada que a do país. Porém, a diferença entre os homens e as mulheres mostra-se mais acentuada nesta região em relação às outras. As províncias de Nampula e Gaza continuam sendo aquelas cuja receita mediana mensal é muito baixa, comparada com as outras províncias. Ao passo que Maputo província e cidade são as províncias com a receita mediana proveniente do trabalho por conta própria mais elevada do país.

A receita mediana proveniente do trabalho por conta própria tende a crescer à medida que o nível de escolaridade sobe. Mais instrução melhor negócio e mais rendimentos.

QUADRO 7.2 RECEITAS MEDIANAS MENSIS PROVENIENTES DO TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA FORA DA AGRICULTURA POR SEXO, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, 2004/05

Características Seleccionadas	Receita mediana mensal (em mil Meticais)		
	Homens	Mulheres	Total
Total	542	433	500
Área de residência			
Urbano	1,083	500	800
Rural	600	390	500
Região			
Norte	650	260	542
Centro	650	400	520
Sul	1,213	600	823
Províncias			
Niassa	867	303	800
Cabo Delgado	867	540	867
Nampula	500	152	390
Zambézia	433	303	400
Tete	940	520	746
Manica	1,000	433	780
Sofala	700	260	500
Inhambane	910	650	800
Gaza	500	303	390
Maputo Província	2,167	780	1,200
Maputo Cidade	2,167	650	1,040
Nível de educação			
Nenhum	520	360	433
Primário 1º Grau	650	433	550
Primário 2º Grau	997	650	867
Secundário e mais	1,625	867	1,408
Estado Civil			
Solteiro(a)	585	455	542
Casado(a)	867	459	720
União marital	867	433	693
Divorciado(a)/Separado(a)	563	433	455
Viúvo(a)	500	433	433

8. DESENHO DA AMOSTRA E ESTIMATIVA DE ERROS DE AMOSTRAGEM

8.1 Procedimentos do desenho da amostra

8.1.1 Introdução

O Instituto Nacional de Estatística recolheu dados sobre as características da força de trabalho durante um período de 12 meses, isto é, de Outubro de 2004 a Setembro de 2005. Este período serviu para recolher informação que deu para representar a estacionalidade nos dados de emprego, desemprego e de outras características da força de trabalho em Moçambique.

O desenho da amostra e a metodologia básica de estimação estão documentados no relatório “*Recomendações para o Desenho da Amostra para o Inquérito à Força de Trabalho 2004-05 de Moçambique (Megill, Maio de 2004)*”. Este relatório inclui a metodologia de cálculo de factores de expansão básicos para a amostra de agregados familiares.

A base de amostragem deste inquérito é a Amostra Mãe, derivada dos dados e cartografia do Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997. A atribuição geográfica das áreas de enumeração (AEs) amostrais entre os períodos do inquérito foi determinada para assegurar uma distribuição espacial e temporal representativa para cada trimestre. Para propósitos da colecta de dados, o ano foi dividido em quatro trimestres e a amostra foi atribuída igualmente a cada trimestre.

8.1.2 Marco Amostral

Em 2000, o Instituto Nacional de Estatística em colaboração com *US Bureau of Census*, desenhou a Amostra Mãe, usando os resultados do Censo de 1997. A actualização geográfica de cada Unidade Primária de Amostragem incluída na Amostra Mãe foi realizada no ano 2000. Portanto, a amostra deste inquérito foi desenhada com base nas metodologias aplicadas no desenho da Amostra Mãe⁴.

Como no caso da Amostra Mãe, o universo definido para o IFTRAB 2004/05 abrange todos os agregados familiares individuais e seus respectivos membros, dentro do território moçambicano. Foram excluídos do universo, os residentes das habitações colectivas e os sem casa, os quais representam juntos 0.35 por cento da população total do país.

A Amostra Mãe (de 1,510 UPAs) foi desenhada de forma eficiente para servir a vários inquéritos nacionais de tipo demográfico e socio-económico. Esta amostra é representativa ao nível nacional, provincial e segundo área de residência urbana ou rural.

O INE fez uma actualização cartográfica das AEs dentro das 1,510 UPAs seleccionadas para a Amostra Mãe, para melhorar a definição dos limites de cada AE e actualizar o número de agregados familiares correspondentes. Dentro das AEs compostas, a delimitação das AEs pode ser diferente da que foi feita para o II RGPH 1997, porque é necessário determinar limites claros e identificáveis. No caso em que o número de agregados familiares dentro de uma AE é excessivo, ela foi dividida em duas ou mais novas AEs. Também pode haver casos de AEs com número

⁴ Para mais informações sobre a elaboração da amostra mãe veja-se o documento intitulado “Desenho da Amostra Mãe Derivada do Recenseamento Populacional de 1997”.

muito baixo de agregados familiares; estas são fundidas com AEs adjacentes para formar uma nova AE dentro da UPA amostral.

Estratificação da Amostra Mãe

Para seleccionar uma sub-amostra da Amostra Mãe, teve-se em conta os estratos originais definidos para a base da Amostra Mãe. As UPAs da Amostra Mãe foram seleccionadas independentemente dentro de cada estrato explícito.

O primeiro nível de estratificação da Amostra Mãe é a província e o segundo é das áreas de residência (urbano e rural).

Para os estratos urbanos dentro de cada província foram considerados três sub-estratos, a saber: (i) cidades capitais, (ii) cidades com mais de 20.000 agregados familiares e (iii) o resto urbano na província. Em cada um destes sub-estratos, as UPAs seleccionadas na sub-amostra foram atribuídas proporcionalmente ao tamanho (número de agregados) de cada sub-estrato. No caso de Maputo Cidade, capitais provinciais e cidades grandes, também foram definidos sub-estratos socio-económicos, baseados nos dados do RGPH 1997 sobre características da habitação e educação.

Em Maputo Cidade, as UPAs foram classificadas em quatro estratos socio-económicos explícitos e, nas outras cidades, as UPAs foram ordenadas por grupo socio-económico para obter uma estratificação implícita com a selecção sistemática.

Para a área rural dentro de cada província, existem vários sub-estratos agro-climáticos com poucas UPAs na Amostra Mãe (por exemplo, 2). Neste caso não é recomendável atribuir as UPAs para a sub-amostra do IFTRAB proporcionalmente ao tamanho, dado que o número de UPAs amostrais atribuídas a alguns estratos pode ser menos de dois. Por esta razão, foram ordenadas as UPAs rurais da Amostra Mãe dentro de cada província, primeiro por zona agro-climática e segundo, geograficamente, e foi feita uma selecção sistemática para toda a parte rural da província.

Isso evitou a necessidade de atribuir a amostra entre todos os sub-estratos rurais, e converteu a estratificação explícita por zona agro-climática da Amostra Mãe em uma estratificação implícita. Dado que a sub-amostra foi seleccionada sistematicamente, este procedimento resultou automaticamente numa atribuição proporcional da amostra entre os sub-estratos.

Etapas de Selecção da Amostra do IFTRAB

Na primeira etapa da selecção da amostra foram alocadas 1.040 UPA's (Unidades Primárias de Amostragem) e na segunda, foi seleccionado igual número de AE's (áreas de enumeração). As UPA's foram seleccionadas com probabilidade proporcional ao tamanho (PPT) enquanto as AE's dentro de cada UPA amostral foram seleccionadas com probabilidades iguais (PI) de agregados em cada AE. Finalmente, na terceira etapa, foram seleccionados aleatória e sistematicamente os agregados familiares a serem entrevistados.

A amostra vai permitir obter estimativas fiáveis para os seguintes domínios: nacional, urbano e rural, regional e provincial.

8.1.3 Composição da Amostra

Em geral, o tamanho da amostra depende do nível de precisão e do intervalo de confiança requeridos para as estimativas mais importantes do inquérito para cada domínio. O erro amostral e coeficiente de variação têm uma relação inversa ao tamanho da amostra. Então, é importante que o tamanho da amostra seja prático de manejar e que haja um bom sistema de controle de qualidade em todas as operações do inquérito. O tamanho da amostra deste inquérito foi calculado, também, tendo em consideração o orçamento e a logística do trabalho de campo dentro de cada província. Ao mesmo tempo, quis-se assegurar uma precisão razoável para cada domínio de análise.

Outra consideração para determinar o tamanho e distribuição da amostra é o número de agregados familiares dentro de cada AE urbana e rural seleccionada. Dada a grande diferença nos efeitos do desenho e custos nas áreas urbanas e rurais, consideramos uma estratégia diferente para cada. Segundo resultados do IAF 2002-3, o efeito do desenho para as áreas urbanas é mais do que o dobro do efeito correspondente para as áreas rurais, indicando uma maior variabilidade entre as AEs urbanas, devido às diferentes classes socio-económicas nas cidades. Ao mesmo tempo, os custos de transporte entre as AEs seleccionadas são mais elevados no sector rural.

Tomando em conta também a experiência de outros países para inquéritos à força de trabalho, foi decidido seleccionar 15 agregados familiares em cada AE urbana na amostra e 20 agregados familiares em cada AE rural. Isto para assegurar uma maior dispersão da amostra urbana para melhorar a eficiência da amostragem. Também considerando a maior variabilidade das características da força de trabalho e a taxa de desemprego mais elevada nas áreas urbanas, foi decidido usar uma taxa de amostragem mais elevada para as áreas urbanas.

Considerando recursos para o inquérito, a logística operativa e a eficiência estatística, foi decidido seleccionar 600 AEs urbanas e 440 AEs rurais. Seleccionando 15 agregados familiares em cada AE amostral urbana e 20 agregados por AE rural, obtemos uma amostra de 9,000 agregados familiares urbanos e 8,800 agregados rurais, ou seja uma amostra total de 17,800 a nível nacional.

Dado o requerimento de resultados confiáveis a nível de província, uma amostra de aproximadamente 1.600 agregados familiares seria atribuída a cada província, com pequenas variações, dependendo da distribuição dos agregados familiares entre os estratos urbano e rural dentro da província, como também da distribuição das UPAs da amostra mãe. Assim, a amostra do IFTRAB é composta por 1040 UPAs e igual número de AEs, ambas unidades elaboradas a partir do Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997.

Para determinar uma atribuição aproximadamente óptima para as AEs amostrais entre o estrato urbano e rural dentro de cada província, foi necessário tomar em conta a diferença de custos do trabalho de campo e a variação nas características mais importantes para estes estratos. Em geral, os custos são mais altos no estrato rural e a variabilidade de características de emprego e desemprego é mais elevado no estrato urbano. Ao mesmo tempo, quis-se respeitar a distribuição relativa dos agregados familiares entre os estratos urbano e rural dentro de cada província

O tamanho máximo da amostra é limitado pelo orçamento do IFTRAB 2004-5 e pela logística do trabalho de campo dentro de cada província. Para a recolha de dados do IFTRAB 2004-5 dentro de cada província, o INE planificou contratar uma equipe de trabalho de campo composta por um supervisor, um controlador e quatro inquiridores. Como pretendia-se assegurar uma precisão

razoável para cada domínio de análise, foram usados os resultados de CENVAR, baseados nos dados de desemprego do IAF 2002-3, para estimar o nível de precisão⁵.

Portanto, a amostra do IFTRAB é:

- (i) Probabilística, isto é, a probabilidade de selecção de cada agregado familiar é conhecida e é diferente de zero, o que permite estimar a precisão dos resultados amostrais;
- (ii) Trietápica, pois a selecção foi feita em três etapas, sendo a primeira centrada na selecção de UPAs, a segunda correspondente à selecção das unidades secundárias de amostragem – AE – e por fim a terceira, que consiste na selecção dos agregados familiares a serem entrevistados e;
- (iii) Estratificada, dado que as UPAs são classificadas de acordo com suas características socio-económicas e agro-climáticas.

A UPA é definida como um conjunto de áreas de enumeração adjacentes, que contém entre 400 e 600 agregados na área urbana, e entre 400 e 500 agregados na área rural. A AE contém entre 100 e 150 agregados na área urbana, e entre 80 e 100 agregados na área rural.

No âmbito do IFTRAB, foi feita uma actualização dos limites das áreas de enumeração seleccionadas, bem como a listagem dos respectivos agregados familiares. Todos os agregados familiares dentro dos limites das AEs amostrais foram listados. A partir desta listagem foram seleccionados 15 AF nas áreas urbanas e 20 nas rurais para as entrevistas.

QUADRO 8.1 ATRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DE AES E DE AGREGADOS SEGUNDO PROVÍNCIA E ÁREA DE RESIDÊNCIA, 2004/05

Províncias	Total Seleccionados		Urbano Seleccionados		Rural Seleccionados	
	Áreas	Agregados	Áreas	Agregados	Áreas	Agregados
Moçambique	1,040	17,800	600	9,000	440	8,800
Niassa	80	1,400	40	600	40	800
Cabo Delgado	96	1,720	40	600	56	1,120
Nampula	96	1,660	52	780	44	880
Zambézia	96	1,720	40	600	56	1,120
Tete	96	1,720	40	600	56	1,120
Manica	80	1,400	40	600	40	800
Sofala	100	1,640	72	1,080	28	560
Inhambane	88	1,560	40	600	48	960
Gaza	88	1,560	40	600	48	960
Maputo Província	104	1,680	80	1,200	24	480
Maputo Cidade	116	1,740	116	1,740	-	-

⁵ Com base nos resultados do IAF 2002, as taxas de desemprego nas zonas urbana e rural são 9.2 e 0.5%, respectivamente.

8.2 Estimativas de erros de amostragem

8.2.1 Preliminares

Por se tratar dum inquérito por amostragem, os resultados do IFTRAB apresentados neste relatório estão afectados por dois tipos de erros: erros amostrais e erros não-amostrais. Os erros não-amostrais produzem-se durante a fase de recolha e processamento de dados e os chamados erros amostrais resultam do facto de ter-se entrevistado só uma parte da população e não a sua totalidade.

O primeiro tipo de erro inclui a falta de cobertura de todas as pessoas seleccionadas, erros na formulação das perguntas e no registo das respostas, confusão ou incapacidade dos inquiridos em dar informação e erros de codificação ou de processamento. Neste estudo tentou-se minimizar este tipo de erro através duma série de procedimentos que se usam em amostras bem desenhadas e executadas como por exemplo, o desenho cuidadoso, as numerosas provas do questionário, a intensa capacitação dos inquiridores, a supervisão permanente do trabalho de campo e a revisão dos questionários no gabinete por parte do pessoal de crítica. A supervisão apropriada na etapa de codificação e processamento dos dados e limpeza cuidadosa dos arquivos, a retro alimentação aos supervisores, as críticas aos inquiridores a partir dos quadros de controle de qualidade, também contribuíram para minimizar os erros. Os elementos de avaliação disponíveis assinalam que este tipo de erros manteve-se dentro das margens razoáveis no IFTRAB. A descrição que abaixo segue não faz referência aos erros alheios à amostra, senão unicamente os chamados erros amostrais.

A amostra alocada para este inquérito é uma das demais amostras possíveis com o mesmo tamanho que poderiam ter sido seleccionadas na população a estudar, utilizando a mesma técnica de amostragem. Cada uma dessas amostras teria gerado resultados em certa medida diferentes daqueles obtidos pela efectivação da presente amostra. A variabilidade que se observaria entre todas as amostras possíveis constitui o erro amostral. Embora o grau de variabilidade não seja conhecido com exactidão, pode ser estimado a partir dos resultados proporcionados pela amostra efectivamente seleccionada.

O erro amostral mede-se por meio do erro padrão. O erro padrão dum total, média, percentagem, diferença ou qualquer outra estatística calculada com os dados da amostra define-se como a raiz quadrada da variância da estatística, e é uma medida de sua variação em todas as amostras possíveis. Em consequência, o erro padrão mede o grau de precisão com que a média, a percentagem, ou outra qualquer estatística baseada na amostra se aproxima do resultado que se obteria se todas as pessoas da população tivessem sido entrevistadas nas mesmas condições.

O erro padrão pode ser utilizado para calcular intervalos dentro dos quais se supõe, com determinado grau de confiança, que o valor real para a população recairá. Para qualquer medida estatística calculada a partir da amostra (por exemplo, uma percentagem), o valor dessa medida cairá num intervalo de mais ou menos duas vezes o erro padrão dessa medida em 95 por cento de todas as amostras possíveis de igual desenho e tamanho.

Se as pessoas incluídas na amostra tivessem sido seleccionadas de forma aleatória simples, teria sido possível utilizar directamente as fórmulas muito conhecidas que aparecem nos textos de estatística para calcular erros padrão e limites de confiança e para a realização de testes de hipóteses. Entretanto, como foi mencionado, o desenho utilizado é complexo, para o qual se requerem fórmulas especiais que consideram os efeitos da estratificação e conglomeração.

Foi possível fazer estes cálculos para um certo grupo de variáveis de interesse especial, utilizando-se a metodologia actualmente incorporada no CENVAR - IMPS, adequada para análise

estatística de amostras complexas como a deste inquérito. Este componente informático processa a percentagem ou média de interesse como uma taxa estatística $\theta = y/x$, onde tanto o numerador y como o denominador x são variáveis aleatórias. O cálculo da variância de θ é feito utilizando-se uma aproximação linear de Taylor com a fórmula abaixo indicada e o erro padrão tomando a raiz quadrada dessa variância:

$$SE^2(\hat{\theta}) = var(\hat{\theta}) = \frac{1-f}{x^2} \sum_{h=1}^H \left[\frac{m_h}{m_{h-1}} \left(\sum_{i=1}^{m_h} z_{hi}^2 - \frac{z_h^2}{m_h} \right) \right]$$

onde

$z_{hi} = y_{hi} - \theta x_{hi}$, e na forma análoga $z_h = y_h - \theta x_h$

onde h representa os estratos e varia de 1 a H ,

m_h é o número de conglomerados no estrato h -ésimo,

y_{hi} é a soma ponderada dos valores da variável y no conglomerado i do estrato h -ésimo,

x_{hi} é a soma ponderada do número de casos (pessoas) no conglomerado i do estrato h -ésimo, e

f representa a fracção total da amostra cujo valor é tão pequeno que é ignorado pelo CENVAR.

As estimativas das taxas de desemprego e o erro padrão neste apêndice foram calculadas com base no processo de estimação de Jackknife, que consiste em obter um número de réplicas igual ao número de áreas de enumeração. Uma réplica utiliza todas as 1040 áreas de enumeração menos 1, quer dizer, 1039 ao todo e cada vez que a réplica usa todas menos uma esta sendo diferente da usada nas réplicas anteriores. O erro padrão de θ calcula-se como a raiz quadrada da variância expressa como:

$$SE^2(\hat{\theta}) = var(\hat{\theta}) = \frac{1}{k(k-1)} \sum_{i=1}^k (\theta_i - \theta)^2$$

onde

$$\theta_i = k\theta - (k-1)\theta_{(i)}$$

com θ a estimativa da do parâmetro (taxa) usando as 1040 áreas de enumeração;

$\theta_{(i)}$ é a estimativa da parâmetro (taxa) usando 1039 áreas de enumeração, ie, todas as áreas de enumeração menos a i -ésima, e

k é o número total de áreas de enumeração, 1040.

Além do erro padrão, o subprograma calcula o valor hipotético do parâmetro estimado θ que habilita aos usuários de informação estatística a identificar as diferenças significativas e obter conclusões válidas a cerca do verdadeiro valor t do parâmetro em estudo. Assim, em testes de hipóteses o valor

$$t = \frac{\hat{\theta} - \theta_{hip}}{SE(\hat{\theta})}$$

O intervalo de confiança que permite aos usuários visualizar a faixa de possibilidades no qual em 95% de confiança se encontra o verdadeiro valor do parâmetro é obtido pela relação que se segue e é fornecido pelo componente CENVAR

$$\hat{\theta} \pm 1.96 SE(\hat{\theta})$$

igualmente, o Coeficiente de Variação – o erro padrão relativo – que permite avaliar a precisão em termos relativos e comparar os níveis de precisão das estimativas de diferentes parâmetros em diferentes populações, calculado pelo CENVAR, é dado por

$$CV(\hat{\theta}) = \frac{SE(\hat{\theta})}{\hat{\theta}}$$

O efeito do desenho (DEFF) que se usa para comparar a eficiência do actual desenho complexo da amostra usado com o do desenho da amostra aleatória simples, calcula-se como a razão entre o erro padrão correspondente ao complexo desenho da amostra e o erro padrão que resultaria se o desenho implementado fosse por amostragem aleatória simples:

$$DEFF = \frac{var_{comp}(\hat{\theta})}{var_{srs}(\hat{\theta})}$$

Um valor de DEFF igual a 1.0 indica que o desenho utilizado é tão eficiente quanto uma amostragem aleatória simples, enquanto que um valor superior a 1.0 indica que o uso de conglomerados produziu uma variância superior a que obteria com uma amostragem aleatória simples do mesmo tamanho.

Os Quadros do ANEXO 1 apresentam as variáveis para as quais se calculou os erros de amostragem para os indicadores das variáveis seleccionadas para todo o país, área de residência, região, 11 províncias, sexo, grupo de idades, nível de educação e estado civil.

O DEFF considera-se indefinido quando o erro padrão, considerando amostra aleatória simples, é zero (quando a estimativa está a volta de 0). Para cada variável inclui-se o correspondente valor estimado (em total ou proporção), o erro padrão e o número de casos (não ponderados) para os quais se investigou a característica considerada o efeito do desenho, o coeficiente de variação e o intervalo de confiança de 95 por cento que contém o valor real.

O exame dos quadros revela que, em geral, os erros padrão são pequenos e que a amostra pode ser classificada de bastante precisa. Note-se que os efeitos de desenho tendem a aumentar para as classificações geográficas e a diminuir para aquelas que cruzam toda a amostra, como grupo de idade, nível de educação e estado civil.

Para ilustrar o uso das cifras deste relatório, considera-se a variável Taxa de participação económica, em percentagem, para pessoas de 15 anos e mais a nível nacional que tem um valor estimado de 91.8 com um erro padrão de 0.2 em relação ao total da população economicamente activa do país – Parte B do ANEXO 1. Quando se deseja um intervalo de confiança de 95 por cento, deve-se-lhe somar ou subtrair à proporção duas vezes o erro padrão: $91.8 \pm 2 \times 0.2$, o que produz um intervalo de 91.3 a 92.3 (arredonda-se à uma cifra decimal). Isto significa que se tem um intervalo de confiança de 95 por cento do valor da proporção da população de 15 anos e mais

economicamente activa na população total encontra-se entre esses valores que resultam da amostra.

De acordo com o relatório “Recomendações para o Desenho da Amostra do Inquérito à Força de Trabalho 2004-05 de Moçambique”, a maioria das estimativas a serem derivadas dos dados do IFTRAB 2004-5 são totais ou razões. A estimativa de um total pode ser expressa da seguinte maneira:

$$\hat{Y} = \sum_{h=1}^L \sum_{i=1}^{n_{02h}} \sum_{l=1}^{k_{hi}} W_{hij} y_{hijl} ,$$

onde:

L é o número de estratos

y_{hijl} é o valor da variável y para o agregado amostral l dentro da j -ésima AE na i -ésima UPA amostral no estrato h

Este total é simplesmente a soma dos dados ponderados para todos os agregados na amostra para os estratos correspondentes.

A estimativa de uma razão seria calculada da seguinte maneira:

$$\hat{R} = \frac{\hat{Y}}{\hat{X}} ,$$

onde \hat{Y} e \hat{X} são estimativas de totais para as variáveis y e x , respectivamente, calculados como antes foi especificado.

No caso de uma amostra estratificada de várias etapas, como a do IFTRAB 2004-5, as médias e proporções são tipos de razões. No caso de uma média, a variável x no denominador da razão seria igual a 1 para cada unidade de análise (por exemplo, agregado), então o denominador seria simplesmente a soma dos factores de ponderação. No caso de uma proporção, a variável x também seria igual a 1 para todas as unidades, e a variável y seria igual a 1 ou 0, dependendo se a unidade tem ou não a característica de interesse.

8.2.2 Cálculo de Erros Amostrais

Para publicação dos resultados do IFTRAB, é muito importante incluir uma secção sobre a exactidão dos dados deste inquérito. Esta secção inclui estimativas dos erros amostrais para as estimativas mais importantes do inquérito.

O erro padrão, ou raiz quadrada da variância, é usado para medir o erro amostral, mas também pode incluir a parte variável dos erros não amostrais. O estimador da variância deve tomar em conta os diferentes aspectos do desenho de amostragem, como a estratificação e a conglomeração. O programa CENVAR poder ser usado para calcular as variâncias para estimativas de um inquérito baseado numa amostra estratificada de várias etapas, como o IFTRAB. Este programa é um componente do pacote IMPS (*Integrated Microcomputer Processing System*), elaborado pelo U.S. Census Bureau; o INE tem cópias deste pacote e os manuais

correspondentes. O programa CENVAR é amigável e baseado em menus. Usa um dicionário definido baseado no programa DATADICT de IMPS. O CENVAR pode ser usado para calcular os erros padrão para totais, médias, proporções e outros tipos de razões. O CENVAR pode gerar estimativas de sub-população para cada categoria de uma variável de classificação, e estas variáveis podem ser cruzadas. Para cada categoria, CENVAR calcula a estimativa, erro padrão, coeficiente de variação (CV), intervalo de confiança de 95 por cento e o efeito do desenho (DEFF). Um exemplo do tipo de quadro produzido por CENVAR é o Quadro 2, que apresenta os resultados de CENVAR para as estimativas da taxa de desemprego, segundo província e área de residência, dos dados do IAF 2002-3.

Para calcular estimativas de erros padrão usando CENVAR, geralmente é necessário gerar um novo ficheiro de dados em formato de texto dos dados originais do inquérito. Dado que o programa CENVAR só pode aceitar um tipo de registro, é necessário gerar um ficheiro de dados para CENVAR com um registro para cada unidade de análise. Por exemplo, no caso de estimativas por pessoa, como a taxa de desemprego, seria necessário gerar um registro para cada pessoa de 15 anos e mais na amostra. Para estimativas por agregado familiar, o ficheiro de dados para CENVAR deve ter um registro para cada agregado. Cada registro deve ter campos para o código de estrato, conglomerado (ou UPA) e factor de ponderação, como também as variáveis de classificação e análise. As variáveis de classificação são usadas para produzir estimativas para todas as categorias respectivas. As variáveis de análise geralmente são variáveis contínuas, como receitas e despesas do agregado, ou variáveis binárias, que são igual a 1 se a unidade tem a característica de interesse, e 0 se não tem. O programa CENVAR automaticamente gera uma variável chamada INTERCEPT, que é igual a 1 para cada registro. A variável INTERCEPT pode ser usada para obter a estimativa do número total ponderado de unidades (por exemplo, o número total de agregados), ou pode ser usado no denominador de uma razão para obter uma média ou proporção. O ficheiro de dados do inquérito gerado para CENVAR deve ser ordenado por estrato e conglomerado (UPA).

O programa CENVAR não aceita campos vazios no ficheiro. As variáveis de classificação com falta de dados devem ser substituídas por um código para identificar “não resposta” ou “não aplicável.” Os resultados de CENVAR vão incluir estimativas para estas categorias, que podem ser eliminadas dos quadros que vão ser publicadas. Quando os espaços vazios no ficheiro são substituídos por 0 (zero), qualquer variável de análise que está faltando seria tratado como zero, que pode tendenciar para baixo as estimativas de médias. Por exemplo, se um questionário está faltando informação para receitas, o CENVAR vai considerar que o valor das receitas para este agregado é zero. Duas alternativas podem ser consideradas para evitar este tipo de tendência. Uma alternativa seria de eliminar os registros que estão faltando as variáveis de análise. Outra opção seria de introduzir uma variável de classificação adicional, que teria um código de 1 se os dados para a variável de análise (como, por exemplo, receitas ou despesas) existem para este registro, e 2 se não existem. Depois as estimativas para a categoria de “dados faltando” (código 2) podem ser eliminados dos quadros com os resultados de CENVAR.

8.2.3 Factores de Expansão

Os factores de expansão básicos foram calculados com base no desenho da amostra do IFTRAB 2004-5, descrito no relatório prévio. Naquele relatório, o factor de expansão foi especificado na seguinte forma:

$$W_{hij} = \frac{K_h \times K'_{hij}}{n'_h \times K_{hij} \times k_{hij}},$$

onde:

W_{hij} = ponderador básico para os agregados familiares seleccionados dentro da j-ésima AE amostral dentro da i-ésima UPA amostral no estrato h

K_h = número total de agregados no marco amostral do RGPH 1997 para o estrato h

K'_{hij} = número total de agregados listados na j-ésima AE amostral dentro da i-ésima UPA amostral no estrato h

n'_h = número de UPAs amostrais seleccionadas no estrato h na sub-amostra para o IFTRAB 2004-5 para os 12 meses

K_{hij} = número total de agregados familiares no marco amostral para a j-ésima AE amostral dentro da i-ésima UPA amostral no estrato h

k_{hij} = número de agregados seleccionados na j-ésima AE amostral dentro da i-ésima UPA amostral no estrato h (15 para AEs urbanas e 20 para AEs rurais)

Os factores de ponderação a nível de agregado familiar devem tomar em conta os agregados familiares não entrevistados. Usando a simbologia do relatório da Amostra Mãe, o factor de ponderação final (W'_{hij}) foi expresso da seguinte maneira:

$$W'_{hij} = W_{hij} \times \frac{k_{e,hij}}{k_{r,hij}},$$

onde:

W'_{hij} = ponderador ajustado para os agregados familiares entrevistados dentro da j-ésima AE amostral dentro da i-ésima UPA amostral no estrato h

$k_{e,hij}$ = número de agregados familiares efectivos (isto é, válidos, unidades de habitação não vagas) na amostra dentro da j-ésima AE amostral dentro da i-ésima UPA amostral no estrato h

$k_{r,hij}$ = número de agregados familiares efectivos na AE que forneceram resposta na j-ésima AE amostral dentro da i-ésima UPA amostral no estrato h

Dentro dos agregados familiares seleccionados, devem conseguir-se respostas para todas as pessoas de 7 anos ou mais. Dado que também há falta de resposta para pessoas individuais dentro dos agregados familiares entrevistados, é necessário fazer um ajuste adicional para as pessoas de 7 anos ou mais não entrevistadas. Neste caso, o ponderador ajustado para as pessoas de 7 anos ou mais foi calculado da seguinte maneira:

$$W''_{hij} = W'_{hij} \times \frac{b_{e,hij}}{b_{r,hij}},$$

onde:

W''_{hij} = ponderador ajustado para as pessoas de 7 anos ou mais dentro do agregados familiares entrevistados dentro da j-ésima AE amostral na i-ésima UPA amostral do estrato h

$b_{e,hij}$ = número de pessoas de 7 anos ou mais dentro dos agregados familiares entrevistados na j-ésima AE amostral na i-ésima UPA amostral do estrato h

$b_{r,hij}$ = número de pessoas de 7 anos ou mais com entrevistas completas dentro dos agregados familiares seleccionados na j-ésima AE amostral na i-ésima UPA amostral do estrato h

Seguindo a metodologia de estimação que usaram para o IAF 2002-3, é importante calcular as estimativas da população total ponderada por província usando os dados do IFTRAB para os primeiros seis meses com os ponderadores preliminares, para comparar com as projecções demográficas correspondentes. Dado que encontramos diferenças significativas para várias províncias como no caso do IAF 2002-3, é recomendado ajustar os factores de expansão preliminares baseado nas projecções demográficas da população por província. O INE elaborou projecções da população de Moçambique para o meio de cada ano (quer dizer, 1° de Julho). Para propósitos de ajustar os factores de expansão para o IFTRAB, é recomendado usar projecções da população para o meio do período da colheita de dados dos 12 meses, que seria 1° de Abril de 2005.

Para propósitos de estimar indicadores dos dados do IFTRAB, temos um ponderador para as características dos agregados familiares e outro para características de pessoas. A maioria dos indicadores são para pessoas de 7 anos ou mais. Dado que as projecções por província são disponíveis para a população total, usamos os dados para as pessoas de todas as idades nos agregados familiares entrevistados para calcular o factor de ajuste. E porque o número de pessoas de todas as idades é bem correlacionado com o número correspondente de pessoas de 7 anos ou mais, esta metodologia deve ser bem efectiva.

O factor de ajuste para os ponderadores de cada província pode ser calculado usando a seguinte fórmula:

$$A_h = \frac{\hat{P}_h}{\sum_{i \in h} \sum_j \sum_k W'_{hij} \times p_{hijk}},$$

onde:

A_h é o factor de ajuste para os factores de expansão na província h

\hat{P}_h é a projecção da população para a data que representa o meio do período da colheita de dados (ou seja 1° de Abril de 2005) para a província h, baseado na análise demográfica do INE

p_{hijk} é o número total de pessoas no k-ésimo agregado familiar seleccionado na j-ésima AE amostral dentro da i-ésima UPA amostral no estrato h

A projecção da população provincial no numerador foi obtido das projecções oficiais do INE para 2004 e 2005, com data de referência de 1° de Julho (representando o meio de cada ano). Foi necessário ajustar as projecções para o dia 1° de Abril de 2005, representando o meio do período de colheita de dados do IFTRAB para os 12 meses. Neste caso assumimos um crescimento exponencial da população, usando a seguinte fórmula para obter a projecção da população provincial para o 1° de Janeiro de 2005:

$$\hat{P}_h = P_{04h} \times e^{\ln\left(\frac{P_{05h}}{P_{04h}}\right) \times \left(\frac{t_1 - t_{04}}{t_{05} - t_{04}}\right)}$$

onde:

P_{04h} = projecção da população da província h para o 1° de Julho de 2004, baseado na análise demográfica do INE

P_{05h} = projecção da população da província h para o 1° de Julho de 2005, baseado na análise demográfica do INE

$t_1 - t_{04}$ = número de dias entre 1° de Julho de 2004 e 1° de Abril de 2005 (isto é, 274 dias)

$t_{05} - t_{04}$ = número de dias entre 1° de Julho de 2004 e 1° de Julho de 2005 (isto é, 365 dias)

O denominador do factor de ajuste A_h é a estimativa da população total ponderada na província h baseada nos factores de expansão preliminares. O componente P_{05h}/P_{04h} na fórmula representa a taxa de crescimento da população anual para a província h, e o componente $(t_1 - t_{04})/(t_{05} - t_{04})$ representa a proporção do ano entre a data de referência para a projecção do primeiro ano e a data correspondente ao meio do período de colheita de dados. O Quadro B-1 apresenta as estimativas da população ponderada dos dados do IFTRAB 2004-5 para cada província e os factores de ajuste correspondentes.

QUADRO 8.2 PROJECCÃO DE POPULAÇÃO DE MOÇAMBIQUE PARA 1° DE ABRIL DE 2005, ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO TOTAL PONDERADA COM BASE NOS 12 MESES PARA OIFTRAB 2004/05, E FACTOR DE AJUSTE PARA PONDERADORES, POR PROVÍNCIA

Domínio	Projecção da População 1° Janeiro 05	Projecção da População 1° Abril 05	População Total IFTRAB 12 Meses	Factor de Ajuste
Moçambique	19,204,894	19,319,678	16,044,949	
Niassa	979,692	986,170	867,686	1.1366
Cabo Delgado	1,605,207	1,613,324	1,290,769	1.2499
Nampula	3,603,588	3,623,497	3,188,734	1.1363
Zambézia	3,689,741	3,711,511	2,574,409	1.4417
Tete	1,481,086	1,490,686	1,238,762	1.2034
Manica	1,299,903	1,309,336	1,009,184	1.2974
Sofala	1,599,537	1,608,058	1,766,529	0.9103
Inhambane	1,420,503	1,430,034	858,861	1.6650
Gaza	1,351,049	1,359,697	1,073,787	1.2663
Maputo Província	1,092,603	1,101,421	1,003,807	1.0972
Maputo Cidade	1,081,986	1,085,944	1,172,423	0.9262

Pode-se ver, no Quadro B-1, que os factores de ajuste por província variam entre 0.9103 para Sofala e 1.6650 para Inhambane. Este factor de ajuste depende da cobertura da listagem e a diferença entre a média de pessoas por agregado familiar na província estimada dos dados do IFTRAB e a cifra correspondente do RGPH 97.

8.2.4 Análise de Erros Padrão Usando CENVAR

O relatório “Recomendações para o Desenho da Amostra para o Inquérito à Força de Trabalho 2004-5 de Moçambique” inclui uma secção sobre a metodologia para o cálculo de erros padrão usando o *software* CENVAR, um componente do *Integrated Microcomputer Processing System (IMPS)*. Foram usados dados do IFTRAB dos 12 meses para fazer a análise de CENVAR para um grupo de indicadores de participação económica e desemprego.

Para a análise de CENVAR foi gerado um ficheiro de dados em formato de texto com um registo para cada pessoa de 15 anos ou mais. Este ficheiro contém variáveis do desenho (estrato, conglomerado e ponderador), variáveis de classificação (com categorias para as estimativas), e variáveis de análise (geralmente variáveis binomiais, igual a 1 se a pessoa tem certa característica, e igual a 0 ao contrário). Estas variáveis binomiais são usadas para calcular o número total de pessoas com as características correspondentes, ou como numerador ou denominador para uma razão ponderada. O dicionário de *IMPS* para esta aplicação de CENVAR está no Anexo 1 deste documento.

Baseado no desenho da amostra do IFTRAB, o estrato corresponde à província por área de residência (urbano/rural), e o conglomerado corresponde à área de enumeração (AE). Usamos os ponderadores ajustados para a análise de CENVAR, com 6 casas decimais. O número de decimais implícitos está especificado no dicionário de *IMPS*, mas o ponto decimal não aparece no ficheiro de dados. Os ponderadores originais foram multiplicados por 1,000,000 para eliminar os decimais no ficheiro de dados para CENVAR.

Dado que a amostra é suficiente para obter estimativas precisas para algumas características a nível de província, a análise de CENVAR também inclui estimativas a nível das três regiões geográficas: Norte, Centro e Sul. Foi necessário gerar uma nova variável para região. No caso das variáveis de análise, foi necessário gerar novas variáveis binomiais (com valores de 0 ou 1) para calcular os totais e razões, por exemplo para as pessoas economicamente activas (PEAs) e desempregadas tipos A, B e C.

ANEXOS